



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

DANIELE LEITE COTINI DE OLIVEIRA

***CYBERBULLYING* E ESCOLA COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
VALORES ÉTICOS E MORAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL II DE UMA
INSTITUIÇÃO PRIVADA**

Presidente Prudente/SP
2023



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

DANIELE LEITE COTINI DE OLIVEIRA

**CYBERBULLYING E ESCOLA COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
VALORES ÉTICOS E MORAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL II DE UMA
INSTITUIÇÃO PRIVADA**

Dissertação apresentada à Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia Dias

370.15
O48c

Oliveira, Daniele Leite Cotini de.
Cyberbullying e escola como espaço para o desenvolvimento de valores éticos e morais no ensino fundamental II de uma instituição privada. / Daniele Leite Cotini de Oliveira. – Presidente Prudente, 2023.
123 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2022.

Bibliografia.

Orientadora: Carmen Lúcia Dias.

1. Bullying. 2. Ensino fundamental. 3. Escola privada. 4. Tecnologia e educação. I. Título.

DANIELE LEITE COTINI DE OLIVEIRA

CYBERBULLYING E ESCOLA COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE VALORES ÉTICOS E MORAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL II DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA

Dissertação apresentada à Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Oeste Paulista como parte dos requisitos para obtenção de título de mestre em Educação. Área de concentração: Educação.

Presidente Prudente, 31 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia Dias
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Prof.^a Dr.^a Camélia Santana Murgó
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Prof.^a Dr.^a Rita Melissa Lepre
Universidade Estadual Paulista - Unesp
Bauru – SP

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as crianças e adolescentes que, assim como eu, já sofreram, ou sofrem, alguma forma de agressão, seja ela física ou virtual (*Bullying* ou *Cyberbullying*). Que ele seja um guia de ajuda para o enfrentamento.

Dedico este trabalho também aos meus filhos, que são a minha maior motivação e a razão da minha luta diária.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer todo o apoio, paciência, motivação e ensinamento recebido por minha orientadora, Prof. Dra. Carmen Lúcia Dias, durante todo o período do curso.

Às minhas amigas doutorandas, Camila Cassemiro Rosa e Daniela Ferreira dos Santos, que sempre me auxiliaram com minhas dúvidas diárias, além de meu amigo, Mestre Fernando Bruzatti.

Às funcionárias Ina e Renata, pelo comprometimento e pela prontidão em servir. Obrigada por tudo.

À diretora, à coordenadora e aos professores da escola onde realizei a pesquisa, que não mediram esforços para me ajudar.

À banca, pela disposição em analisar e referendar meu trabalho.

Não poderia deixar de mencionar minha família, meu apoio, minha base, que sempre está presente em todos os momentos da minha vida.

Meu marido, Ângelo de Oliveira Neto, por toda a parceria e cuidado, aguentando meus choros, meus momentos instáveis, minhas quedas e meus saltos.

Meus filhos, Benjamin Leite de Oliveira e Gabriel Leite de Oliveira, por serem minha motivação, aguentando minha ausência, cansaço e estresse.

E minha querida mãe, Sônia Maria Leite Simões, que sempre investiu e acreditou na minha formação.

Por fim, gostaria de agradecer, em especial, ao Criador do mundo, que proporciona oportunidades imensuráveis em minha caminhada.

RESUMO

***Cyberbullying* e escola como espaço para o desenvolvimento de valores éticos e morais no ensino fundamental II de uma instituição privada**

Esta dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Oeste Paulista, na linha de pesquisa “Formação e ação do profissional docente e práticas educativas”. A escola é um espaço estabelecido para a mediação dos conceitos cognitivos e sociais que orientam a nossa sociedade e um dos desafios dos profissionais da educação é oferecer um ambiente saudável e democrático aos seus alunos, mas, com o ensino remoto emergencial e uso constante da internet, seja para lazer ou estudo, têm se expandido vários tipos de agressões virtuais como mensagens ofensivas, fotos vexatórias, práticas de humilhação etc. Um ano antes da pandemia da Covid-19, o Brasil já era classificado como o segundo país no mundo com o maior número de casos de *bullying* na internet, o denominado *cyberbullying*. Os principais alvos dessas práticas virtuais violentas são crianças e adolescentes, que geralmente têm perfis pessoais nas redes sociais. Para tanto, esta pesquisa tem como questão norteadora: como o trabalho desenvolvido nas escolas com temáticas de cultura da paz, de educação moral e de competências socioemocionais podem auxiliar no processo de prevenção e de conscientização dos casos de violência virtual? Isso posto, o objetivo geral é analisar quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do ensino fundamental II em relação à construção de valores sociomorais e à prevenção do *cyberbullying*. O aporte teórico foi pautado na psicologia da moralidade, na perspectiva da teoria cognitivo-evolutiva. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, na qual, por meio de uma entrevista semiestruturada, fizemos a coleta e análise de dados das respostas de nove profissionais da escola (gestão escolar e professores) de uma escola particular do oeste paulista que atuam com os alunos no ensino fundamental II, 6º ao 9º anos, que correspondem às idades de dez e 14 anos. Os resultados sinalizam que, nos documentos institucionais declarados, não constam orientações sobre um trabalho desenvolvido para a prevenção de violência. Observamos pelas respostas dos participantes em relação ao desenvolvimento moral, valores, autonomia intelectual e moral que apresentam conhecimento de senso comum. O mesmo ocorre com ciber(*bullying*), indisciplina e incivilidade. Quanto aos planos de prevenção da violência, apenas dialogam quando ocorre algum fato para as tomadas de decisão. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para as possibilidades de conscientização de ambientes escolares saudáveis e democráticos, com projetos de cultura da paz e práticas morais bem estabelecidos, a começar pela escola e família, para que possam ser praticados em todos os ambientes, inclusive nos virtuais.

Palavras-chave: *Cyberbullying*; Educação moral; Valores sociomorais; Práticas morais; Cultura da paz; Ensino Fundamental II.

ABSTRACT

Cyberbullying and school as a space for the development of ethical and moral values of elementary school II in a private school

This dissertation was developed together with the Graduate Program of the Universidade do Oeste Paulista, in the line of research "Training and action of teaching professionals and educational practices". The school is an established space for the mediation of cognitive and social concepts that guide our society. And one of the challenges for education professionals is to offer a healthy and democratic environment to their students, but with emergency remote teaching and constant use of the internet, whether for leisure or study, various types of virtual aggression have expanded, such as offensive messages, embarrassing photos, humiliating practices etc. A year before the Covid-19 pandemic, Brazil was already classified as the second country in the world with the highest number of cases of bullying on the internet, the so-called cyberbullying. The main targets of these violent virtual practices are children and adolescents, who usually have personal profiles on social networks. To this end, this research in the line "Training and action of teaching professionals and educational practices" has as its guiding question: how the work carried out in schools with themes of culture of peace, moral education and socio-emotional skills can help in the process of prevention and of awareness of cases of virtual violence? That said, the general objective is analyze which conceptions school management and teachers have regarding the construction of moral values and the development of moral autonomy, as well as understanding the work developed by teachers with students of Elementary School II in relation to the construction of socio-moral values and the prevention of cyberbullying. The theoretical contribution was based on the psychology of morality from the perspective of cognitive-evolutionary theory with the contribution of studies by Piaget, Avilés Martínez, Diaz-Aguado, Bozza, Vinha, Tognetta, Puig, among others. For that, we developed an exploratory and descriptive research with a qualitative approach in which, through a semi-structured interview, we collected and analyzed data from the answers of 09 school professionals (school management and teachers) from a private school in the west of São Paulo which work with students in Elementary School II, 6th to 9th years, which corresponds to ages 10 and 14. The results indicate that the declared institutional documents do not contain guidelines on work developed to prevent violence. We observed from the participants' responses in relation to moral development, values, intellectual and moral autonomy that they present common sense knowledge. The same occurs with ciber(*bullying*), indiscipline and incivility. Regarding violence prevention plans, they only dialogue when some fact occurs for decision-making. We hope that this research can contribute to the possibilities of raising awareness of healthy and democratic school environments with culture of peace projects and well-established moral practices starting with the school and family so that they can be practiced in all environments, including virtual ones.

Keywords: Cyberbullying; Moral education; Sociomoral values; Moral practices; Culture of Peace; Elementary school II.

LISTA DE SIGLAS

ATD -	Análise Textual Discursiva
BDTD -	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC -	Base Nacional Comum Curricular
Cross -	Central de Regulação de Oferta e Serviços de Saúde
Cetic.br -	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CEP -	Comitê de Ética em Pesquisa
CGI.br -	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CNV -	Comunicação não Violenta
Unimed -	Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CF -	Constituição Federal
DCNEB -	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ESPII -	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
Fapesp -	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
UNICEF -	Fundo das Nações Unidas para a Infância
GEPEM -	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral
Ipsos -	Instituto de Pesquisa
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIAP+ -	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais
NIC.br -	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
ONU -	Organização das Nações Unidas
Unesco -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
OMS -	Organização Mundial da Saúde
PL -	Plano de Ensino
PPGE -	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP -	Projeto Político-Pedagógico
RNP -	Rede Nacional de Pesquisas

RCNEI -	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SciELO -	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
TICs -	Tecnologias da Informação e Comunicação
TCLE -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UENP -	Universidade Estadual do Norte do Paraná
Unoeste -	Universidade do Oeste Paulista
Unicamp -	Universidade Estadual de Campinas
Unesp -	Universidade Estadual Paulista
CSE -	Competência Socioemocionais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos selecionados na BDTD.....	19
Quadro 2 - Trabalhos selecionados na SCIELO.....	20
Quadro 3 - Trabalhos selecionados no Portal de periódicos da CAPES.....	21
Quadro 4 - Porcentagem dos brasileiros conectados via internet.....	49
Quadro 5 - Seis medidas do manifesto.....	71
Quadro 6 - Objetivos e procedimentos metodológicos.....	76
Quadro 7 - Identificação dos participantes.....	77
Quadro 8 - Categorias e subcategorias.....	82

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Moradores de Littleton se reúnem em memorial para as vítimas do massacre, em 24 de abril de 1999	53
---	----

SUMÁRIO

	SEÇÃO I	14
1	INTRODUÇÃO	14
	SEÇÃO II	24
2	ALGUNS ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO	24
2.1	Documentos legais do ensino fundamental II	26
2.1.1	O ensino fundamental II e a adolescência	30
	SEÇÃO III	39
3	EDUCAÇÃO EM VALORES	39
3.1	Considerações sobre o desenvolvimento moral	41
3.2	A construção de valores e o desenvolvimento da autonomia moral	43
	SEÇÃO IV	47
4	AS RELAÇÕES NA ESCOLA A PARTIR DO ADVENTO DA INTERNET E DE SEUS CONFLITOS	47
4.1	Reflexão sobre a violência, as incivildades e a indisciplina escolar	50
4.2	O <i>bullying</i> escolar e o <i>cyberbullying</i>	52
	SEÇÃO V	60
5	MEDIDAS PREVENTIVAS E DE CONSCIENTIZAÇÃO NA ESCOLA	60
5.1	Práticas morais na escola como mecanismos de educação moral	66
5.2	Cultura da paz	70
	SEÇÃO VI	75
6	METODOLOGIA	75
6.1	Delineamento da pesquisa	75
6.2	Objetivos	76
6.3	Participantes da pesquisa e local de realização	76
6.4	Procedimentos de coleta e análise dos dados	79
	SEÇÃO VII	82
7	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	82
7.1	Categorias e subcategorias	82
	SEÇÃO VIII	103

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICES.....	117
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	
	ESCLARECIDO	118
	APÊNDICE B - ENTREVISTA DE COORDENADOR.....	120
	APÊNDICE C - ENTREVISTA DE PROFESSOR	122

SEÇÃO I

1 INTRODUÇÃO

Antes de dialogarmos sobre o assunto da dissertação, é significativo contextualizarmos o porquê de o desenvolvermos. Profissionalmente, sempre pensei¹ em exercer uma atividade voltada para o cuidado das pessoas, uma profissão que ajudasse na saúde e no bem-estar da população. Logo, fiz a escolha pela carreira na área da saúde, sendo médica pediatra e hebiatra.

Inicialmente, considerei a área de fisioterapia, pois auxiliaria o paciente na recuperação de alguma lesão bem como a readquirir confiança para exercer suas atividades diárias, de maneira segura. Por isso, em 2000, cursei a graduação em Fisioterapia pela Faculdade de Fisioterapia da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste. Em 2005, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, iniciei a especialização em Acupuntura, modalidade terapêutica chinesa, que consiste na aplicação de agulhas em pontos específicos do corpo para tratar doenças. Ainda nesse mesmo ano, atuei como fisioterapeuta aquática com idosos, a denominada hidroterapia, que realiza exercícios dentro de uma piscina.

Com o passar do tempo, atuando na área de fisioterapia, percebi que minha responsabilidade em cuidar e promover a saúde das pessoas aumentava e entendi que necessitava adquirir novos conhecimentos. Por isso, em 2008, iniciei a graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, da Unoeste. Quando concluí a graduação, pensei em fazer uma especialização em Geriatria por conta do trabalho que havia desenvolvido com os idosos na fisioterapia, mas não fiz esse aperfeiçoamento, porque sabia que não teria condições emocionais, pelo vínculo afetivo que criaria com esses pacientes, o que poderia dificultar meu trabalho.

Assim, em 2016, fiz a minha primeira especialização na área da medicina pela Unoeste, a Medicina em Tráfego, que atua nos aspectos físicos, psíquicos e sociais da pessoa que pretende tirar a habilitação de motorista. Nesse estudo, pesquisei sobre a pessoa com deficiência física no trânsito e sobre as pessoas em cadeira de

¹ Para apresentar a motivação da pesquisa, utilizarei a primeira pessoa do singular (eu), por se tratar de um processo de apropriação do conhecimento, anterior à pesquisa de mestrado.

rodas, mas não atuei nesse ramo da medicina, não tendo me aprofundado tanto nessa área.

Foi então que, nos anos de 2016 e 2017, compreendi que a pediatria seria a especialidade que exerceria, pois, nesse período, engravidei dos meus dois filhos. A escolha se deu, inicialmente, por uma necessidade pessoal, já que, nessa época, tive dificuldades de encontrar um pediatra que pudesse me auxiliar no cuidado com as crianças. Sendo assim, em 2017, principiei, pela Unoeste, a especialização em Pediatria, que se dedica à saúde de crianças, adolescentes e pré-adolescentes. Passados dois anos, no intuito de continuar os estudos com os adolescentes, realizei outra especialização na Unoeste, agora em Hebiatria, que se dedica à idade entre dez e 20 anos incompletos, de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde – OMS (OMS, 1965), e 12 a 18 anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Atualmente, trabalho na cidade de Presidente Prudente/SP como pediatra e hebiatra (médica de adolescente) no meu consultório. Sou responsável pelo transporte de pacientes da ala pediátrica, atuo como médica e docente no ambulatório médico de triagem pediátrica; além de atender no pronto-socorro, trabalho na CROSS - Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - do Hospital Regional de Presidente Prudente. Sou docente da Unifadra - Faculdade de Dracena, que é mantida pela Fundação Dracenense de Educação e Cultura-Fundec.

A área da educação foi escolhida em razão do meu desejo de lecionar para estudantes, atividade que já exerço, mas quero me aprofundar no conhecimento relacionado a ela, para que isso me proporcione um trabalho cada vez mais embasado. Só com informação conseguimos excelência.

No trabalho com os adolescentes, é rotineiro ouvir, no consultório, queixas como preocupação com altura, peso, alterações menstruais, acnes e outros que despertam, nesses pacientes, a comparação com os colegas ou amigos. Muitos dessas preocupações são desencadeadas pelo *bullying*, que são atos de violência física ou psicológica exercidos presencialmente entre o alvo e o autor². Já com o advento da internet, essas agressões tomaram proporções maiores, pois são

² Utilizaremos os termos “alvo” e “autor” do *bullying* e *cyberbullying*, conforme o fazem os pesquisadores Garcia; Tognetta e Vinha (2013). Os termos “vítima” ou “agressor” aparecerão apenas quando se tratar de citações diretas e que precisamos apresentar da forma com que se encontram na obra.

praticadas no ambiente on-line com mais pessoas assistindo, o que se denomina como *bullying* virtual ou *cyberbullying*.

É importante ressaltarmos que tanto o *bullying* quanto o *cyberbullying* apresentam violência intencional contra o outro como característica. O *bullying* de maneira repetida, diária e, em alguns casos, restrita a um grupo de pessoas (na escola, no bairro). Tognetta, Avilés Martinez e Rosário descrevem que o *bullying* é um fenômeno de violência humana. O que o difere de outros conflitos sociais é o fato de ser uma violência escondida das autoridades e fundada em um ato repetitivo, no qual o autor (ou um grupo de autores) tem a escolha de quem será o alvo, que, na visão do autor, pela prática violenta, “[...] se vê com menos valor e consente com as ações de seus algozes” (2014, p. 290).

Avilés Martinez (2013) conceitua o *cyberbullying* como uma forma de assédio virtual entre pares, que, por meio de um celular ou computador, praticam atos violentos, agressivos nos espaços virtuais, embasados pelo simples prazer de verem o seu alvo em situações de medo e constrangimento. Para o pesquisador, dentre as peculiaridades do ciberespaço, este é entendido, muitas vezes, como um ambiente livre e que pode ser visto como não inibidor das atitudes de violência virtual porque, na maioria das vezes, os autores ficam no anonimato.

O *cyberbullying*, uma vez postado algo na rede social, alcançará o mundo, e milhares de pessoas, ao redor do mundo, visualizarão os autores intimidarem, humilharem, ofenderem, ameaçarem seus próprios pares, com idades semelhantes, por meio de um vídeo ou foto editada como os memes³ da internet. A propagação ocorre mais rápida porque a tecnologia tem tomado conta de nossas vidas e, principalmente, da forma como nos relacionamos (DIÁZ-AGUADO, 2015).

Em consequência da experiência com os adolescentes, desde o começo de 2019, de forma presencial, e durante o enfrentamento da Covid-19, de forma remota, ministrei palestras, a convite de escolas, para falar sobre a prevenção do *cyberbullying* por conta das várias histórias com pacientes adolescentes. E, com base nessas vivências e trocas de relatos que tive nas escolas, percebi que esse é um assunto ainda frágil e não falado no dia a dia escolar.

Entendo que a premissa das instituições de ensino é fazer com que os alunos se apropriem dos conhecimentos cognitivos, porém, além dessas atribuições dos

³ Meme é uma mensagem quase sempre de tom jocoso ou irônico utilizado na internet (TORRES, 2016). Susan Blackmore define como aquilo que “viraliza” (BLACKMORE, 2000, p. 75–76).

gestores, dos professores, de toda a comunidade escolar, é essencial oferecerem também um ambiente que seja saudável e democrático, favorecendo o desenvolvimento integral dos jovens. A escolha pela instituição privada a ser estudada ocorreu em razão dos poucos trabalhos realizados na rede particular e também pelo meu histórico com o ensino fundamental II da escola, assim, o colégio sempre me requisitava para palestras sobre o assunto.

Dada a importância da temática para este estudo e pensando de que forma posso contribuir e melhorar a minha prática médica e docente, eu me propus a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – da Unoeste para cursar o mestrado em Educação. A minha pesquisa dá continuidade aos estudos sobre o *cyberbullying*, que é um problema que merece uma discussão mais aprofundada, pois, todos os dias, algum tipo de perseguição virtual atinge crianças e adolescentes, fato esse antes exercido frente a frente entre os pares.

Todo o meu caminhar profissional, seja como médica ou docente, e o caminhar acadêmico, seja como estudante ou pesquisadora, sempre me levaram ao cuidado, à prevenção, ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas. Por isso, tenho a necessidade de estudar e me aprimorar como médica e docente, pois estou a serviço de uma população que, mais do nunca, necessita estar bem física e emocionalmente, considerando a importância da saúde mental no mundo contemporâneo.

Após essa breve contextualização acadêmica e profissional, apresentamos⁴, a seguir, a dissertação de mestrado que faz parte da linha de pesquisa “Formação e ação do profissional docente e práticas educativas”, que tem como objetivo geral analisar quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do ensino fundamental II em relação à construção de valores sociomorais e à prevenção do *cyberbullying*.

O nosso aporte teórico foi pautado na psicologia da moralidade, na perspectiva da teoria cognitivo-evolutiva, com a contribuição dos pesquisadores Piaget, Avilés Martinez, Diaz-Aguado, Bozza, Vinha, Tognetta, Puig entre outras referências.

⁴ A partir daqui, o discurso será apresentado na primeira pessoa do plural (nós), por se tratar de uma pesquisa para o mestrado, pensado juntamente com a professora orientadora e a banca examinadora.

Foi realizada uma busca com a finalidade de identificarmos publicações científicas referentes ao *bullying* e ao *(cyber)bullying*, como forma de ajudar a delinear um objeto de estudo que somasse ao que já existia sobre o assunto, e não apenas termos uma visão nova sobre algo que já tivesse sido explorado por várias sondagens. Para as buscas (que serão discutidas no decorrer da dissertação) as seguintes bases de dados foram utilizadas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO); e Portal de Periódicos Capes. O período de busca se deu de 2018 a 2022, sendo que esse levantamento foi realizado de 18 de maio de 2022 a 11 de novembro do mesmo ano. Para o desenvolvimento deste trabalho, a seguir, apresentamos as bases de busca, os descritores utilizados e o número de trabalhos encontrados.

Considerando como fonte de pesquisa a BDTD, houve 171 trabalhos, sendo que, com os descritores “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “Cultura da paz” OR “convivência” AND “ensino fundamental II” AND “prevenção bullying”, não foi encontrado nenhum trabalho; já com o descritor “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores”, quatro trabalhos; enquanto com o descritor “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “educação de valores”, cinco trabalhos; e “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “Cultura da paz” OR “convivência” resultou em 162 trabalhos.

No Scielo, houve 183 trabalhos, sendo que, com os descritores “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “Cultura da paz” OR “convivência” AND “ensino fundamental II” AND “prevenção bullying”, dois trabalhos foram encontrados; com o descritor “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores”, três trabalhos; com o descritor “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “educação de valores”, três trabalhos; e “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “Cultura da paz” OR “convivência”, 175 trabalhos.

Na base de dados do Portal de Periódicos Capes, 210 trabalhos foram encontrados, sendo que, com os descritores “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “Cultura da paz” OR “convivência” AND “ensino fundamental II” AND “prevenção bullying”, cinco trabalhos foram encontrados; com o descritor “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores”, oito trabalhos; com o descritor “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND

“educação de valores”, quatro trabalhos; e “Cyberbullying” OR “bullying” AND “educação em valores” AND “Cultura da paz” OR “convivência”, 193.

Os trabalhos encontrados passaram por uma triagem, por meio da leitura dos resumos dos trabalhos, usando, como critério norteador, que tivessem assuntos diretamente relacionados ao tema desta pesquisa, para obtermos informações que auxiliassem na contextualização do nosso tema no meio científico, totalizando 530 resultados, entre teses, dissertações, artigos e periódicos, dos quais, sete atenderam à pesquisa.

Seguem os trabalhos selecionados por base de dados.

Quadro 1 - Trabalhos selecionados na BDTD

Autor	Título do Artigo	Tipo e Ano	Objetivo	Resultados
BRANDÃO, Benedito da Silva.	<i>Cyberbullying</i> : uma análise das percepções de estudantes da educação básica da cidade de Ipatinga/MG	Dissertação / 2020.	Realizar um inventário da prevalência do fenômeno <i>cyberbullying</i> entre alunos de três escolas do município de Ipatinga/MG, duas da rede pública e uma da rede privada.	Participação em percentual, tanto os agressores como as vítimas são representados entre as raças com igual proporção, não há diferenças significativas dessas cores/raças no envolvimento com o <i>cyberbullying</i> . Percentual de envolvimento em agressões online aumenta quando a escolaridade dos pais e mães é maior.
FERREIRA, Taiza Ramos de Souza Costa	<i>Cyberbullying</i> de crianças e adolescentes: definições, associações com a saúde, a educação e propostas de ação	Dissertação / 2018.	Conceituar os fenômenos e suas dinâmicas, quais os personagens identificados e quais as associações apontadas à saúde dos perpetradores e acometidos por essa categoria de violência, analisar as propostas e enunciados de prevenção e intervenção propostas pelo e para os campos da Saúde e da Educação, analisar os discursos sobre prevenção, responsabilização, modos de enfrentamento e dinâmicas do fenômeno.	Necessidade de novos estudos que contextualizem a questão do <i>cyberbullying</i> na cibercultura e novas possibilidades de interação digitais bem como estudos que discutam, com maior aprofundamento, o papel dos profissionais de saúde no enfrentamento e na prevenção.

Fonte: A autora.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados na SCIELO

Autor	Título do Artigo	Tipo e Ano	Objetivo	Resultados
WENDT, Guilherme Welter; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo	<i>Cyberbullying</i> e depressão em adolescentes	Artigo / 2020.	Avaliar a prevalência do fenômeno do <i>cyberbullying</i> em uma amostra de adolescentes bem como verificar associações entre sintomas de depressão e diferenças em relação a variáveis sociodemográficas	Não houve diferenças entre sexos na ocorrência do <i>cyberbullying</i> , mas houve diferenças em relação à faixa etária, adolescentes mais velhos se envolveram mais com <i>cyberbullying</i> . Correlações positivas foram encontradas entre o envolvimento com <i>cyberbullying</i> , idade, tempo gasto na internet e sintomas de depressão. Adolescentes vítimas-agressores reportaram médias superiores de depressão.
OLIBONI, Samara Pereira <i>et al</i>	Prevalência do <i>bullying</i> entre alunos do ensino fundamental	Artigo / 2019.	Conhecer a prevalência e os tipos de <i>bullying</i> entre estudantes do ensino fundamental.	Constatada propagação da violência escolar e a necessidade de intervenções intersetoriais direcionadas para o empoderamento das vítimas de <i>bullying</i> , segundo os pressupostos da promoção da saúde.
FUJITA, Jorge Shiguemitsu RUFFA, Vanessa	<i>Cyberbullying</i> : família, escola e tecnologia como stakeholders	Artigo / 2019.	Tratar do conceito de <i>cyberbullying</i> , meio de propagação e instrumentos de prevenção – nos âmbitos familiar, escolar, tecnológico – e repressão, na esfera legal	O <i>cyberbullying</i> é um sistema complexo e multidisciplinar, seu enfrentamento deverá ser holístico, tridimensional com família e instituições de ensino imbricados, tecnologia e legislações.

Fonte: A autora.

Quadro 3 - Trabalhos selecionados no Portal de Periódicos da Capes

Autor	Título do Artigo	Tipo e Ano	Objetivo	Resultados
GARCIA, M. F.; MORAIS, S. N.	<i>Bullying</i> no ambiente escolar: um olhar a nossa volta	Artigo / 2022.	Investigar a prática e as consequências do <i>bullying</i> no ambiente escolar em uma escola pública de ensino localizada no estado do Rio Grande do Norte, Brasil.	Vítimas de <i>bullying</i> na infância podem demonstrar comprometimento dos rendimentos escolares, e, possivelmente, há abertura de brechas a transtornos psíquicos na vida adulta em consequência desse tipo de violência, ao que se sugere, em continuidade a esta pesquisa, estudos de caráter longitudinal
REIS, K. P.; VIANNA, J. A.; FERREIRA, T. A. D.; LOVISOLO, H. R.	A percepção dos praticantes de <i>bullying</i> na escola	Artigo / 2020.	Compreender as crenças e valores que norteiam a violência escolar, por meio da prática do <i>bullying</i> , assim como desvelar os significados atribuídos a essa prática pelos praticantes e as relações decorrentes do <i>bullying</i>	O <i>bullying</i> ocorre diariamente e proporciona, tanto ao praticante quanto ao alvo, a aquisição da capacidade de lidar com a adversidade. O abandono da prática se dá, progressivamente, a partir da influência de agências de socialização (escola e família) e do comprometimento com as perspectivas da vida adulta.

Fonte: A autora.

Em relação às buscas, para Fujita e Ruffa (2019, p. 407 e 408), “se o aluno for destituído de bases familiares sólidas, que o formem e o transformem quanto à valorização da dignidade do outro”, as medidas legais serão eficientes. Práticas antecipatórias serão sempre mais efetivas no combate a esse comportamento, pois nem o direito ao esquecimento “poderá erradicar o dano impingido; para muitas vítimas a seqüela permanece como um rastro indelével”.

A relação presencial é diferente da virtual, segundo Brandão:

O cyberbullying é um fenômeno do ambiente online, portanto, não pode ser tratado como os acontecimentos presenciais. Dizer que uma agressão virtual ocorre na escola é algo que nos parece contraditório, pois são dois ambientes

distintos. No mundo digitalizado em que nos encontramos, as pessoas estão conectadas a todo tempo com seus smartphones, logo, o ambiente físico em que ela se encontra não diz nada sobre o que essa pessoa é e propaga pelas redes (BRANDÃO, 2020, p. 41).

Ferreira (2018, p. 92), em sua dissertação, coloca que deve haver certo monitoramento de atividade para que exista proteção, pois “não se pode silenciar ou negar o acesso aos meios de comunicação digital, já que esses representam instrumentos para construção de identidade, identificação de interesses e socialidade”, sendo representativos nesse novo modelo de sociedade.

Oliboni *et al.* (2019, p. 17) sustenta que a ocorrência do fenômeno nas escolas é alta e exige sensibilização das famílias para identificarem comportamentos agressivos ou de vitimização. As equipes de saúde podem auxiliar nos conhecimentos para famílias atendidas e “contribuir com ações de promoção da cultura de não violência e voltadas para a adoção de comportamentos de tolerância e respeito às diferenças”, o que ajudaria no empoderamento das eventuais vítimas de *bullying*, as quais devem ser instruídas sobre respostas adequadas às agressões. Os professores e profissionais da educação podem ajudar a identificar a ocorrência de *bullying* e ensinar como diminuir a prevalência no contexto educacional.

A conceituação desses novos comportamentos é muito importante como ferramenta de preparação educacional:

Ao conceituar essa prática foi possível caracterizá-la como sendo violência física e psicológica que ocorre com um determinado indivíduo de forma constante, mostrando-se o quão conflituoso podem ser as relações interpessoais dentro da escola. Além disso, foi importante entender que há diferenças entre *bullying*, a violência escolar e o preconceito, sendo a vítima do *bullying* alunos e alunas que passam a ser alvo da violência em decorrência de seu perfil considerado fraco, muitas vezes por apresentarem alguns atributos não comuns aos demais colegas, são escolhidos para serem ponto de humilhações, apelidos, xingamentos e situações vergonhosas. Porém, sua cor e seus atributos, em grande parte, não são motivos de ódio e aversão como o do preconceito racial, por exemplo, mas são vistos como características magoáveis para o agressor e que perdura por muito tempo, esse longo período é o que diferencia da violência escolar (GARCIA; MORAIS, 2022, p. 156).

Os trabalhos apontados nos Quadros 1 a 3 mostram a necessidade de as escolas refletirem e aprofundarem seus estudos sobre os comportamentos dos estudantes para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, não só com os colegas, mas também com todo o corpo educacional, estabelecendo a escola como um meio

democrático, justo, em que as relações são baseadas na ética e em valores universalmente desejáveis, buscando a formação integral dos alunos.

Notamos ser essencial a relação entre a formação inicial e continuada dos docentes e sua perspectiva sobre a construção da moral, ou seja, mestres com melhor formação mostraram estar mais familiarizados com o assunto e conscientes sobre a necessidade do desenvolvimento integral dos alunos (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Nessa perspectiva, esta dissertação foi organizada em oito seções, sendo a primeira a Introdução. A segunda contém alguns aspectos legais do Ensino Fundamental II e da adolescência. Na seção 3, encontram-se os tópicos “Considerações sobre o desenvolvimento moral” e “O desenvolvimento moral na perspectiva cognitivo-evolutiva”, além de “Aprendizagem socioemocional, autonomia moral e a construção de valores”, “A construção de valores e o desenvolvimento da identidade e da autonomia moral” e “A Psicologia Moral e a aprendizagem socioemocional”. Na seção 4, estão apresentados as relações sociais e os conflitos na escola e suas implicações ao ensino na atualidade. Em seguida, na seção 5, estão descritas as medidas preventivas e de conscientização na escola. A seção 6 é sobre a metodologia: a abordagem utilizada nesta pesquisa; os participantes e o local de realização dela; os procedimentos de coleta; e a forma de análise dos dados. Na seção 7, estão a apresentação e discussão dos dados, desenvolvidas à luz da fundamentação teórica utilizada. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências.

A seguir, serão abordados alguns aspectos legais do ensino fundamental II e da adolescência no Brasil.

SEÇÃO II

2 ALGUNS ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO

O direito à educação é parte de um conjunto de direitos denominados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. Esse direito apenas foi reconhecido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), antes disso o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros e o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar. A Constituição Federal, de 1988, legisla sobre a educação, com o apoio de duas leis que regulamentam e complementam o direito ao ensino: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996).

Esses mecanismos dão oportunidade de acesso à escola pública fundamental a todos os brasileiros, já que ninguém pode ficar sem estudar por falta de vaga. A educação prepara para o trabalho e facilita a participação do cidadão na sociedade. Quem não tem acesso à educação não consegue exigir direitos civis, políticos, econômicos e sociais. A educação é também um dever da família. A escola deve garantir o pluralismo de concepções pedagógicas e de ideias, além do respeito à liberdade e a valorização da tolerância.

Um ponto importante a ressaltarmos são os efeitos do *cyberbullying* na juventude de hoje, e os legisladores dos níveis estadual e federal continuam a lutar com a questão. Infelizmente, uma série de casos forçou os legisladores a aceitar a dura realidade da situação e tentar moldar leis para se lidar com tais questões (CELLARD, 2012). A violação dos direitos do aluno é o que, originalmente, provocou acaloradas controvérsias sobre as escolas, limitando o que os alunos podem fazer ou dizer dentro ou fora da escola. Por muito tempo, algumas pessoas tiveram o direito público de expressar livremente suas opiniões. Inevitavelmente, quando surge um caso tentando limitar esses direitos, o lado do demandante é, muitas vezes, difícil de argumentar em razão dessa forte tradição.

Para Silva (2015), a escola que impede a expressão de opinião, disfarçada de discurso de ódio, deve argumentar que a proibição é aplicada para se evitar interferência substancial na disciplina escolar ou nos direitos dos outros. Ou a escola

pode ser acusada de agir de modo considerado inconstitucional. Com o passar do tempo e o avanço da tecnologia, a questão se expandiu para se saber se as escolas podem ou não interferir nas ações dos alunos fora do próprio ambiente.

Alunos podem ser expulsos da escola por criarem uma página na Internet que inclua comentários ameaçadores e depreciativos sobre membros da administração ou da manutenção, além do corpo discente ou docente (ROSEMBERG, 2021). A decisão pode ser justificada por promover uma evidente perturbação do ambiente escolar. Infelizmente, hoje, quando a violência escolar está se tornando mais lugar comum, os membros da escola devem levar muito a sério as ameaças contra todos da comunidade educacional, pois essa violência na escola já atingiu o nível de tragédias como massacres e tiroteios em muitos lugares do planeta.

Para uma escola agir, deve haver clara interrupção do processo educacional ou uma representação da verdadeira ameaça. Para se determinar se é ou não uma expressão representativa de uma ameaça real, deve-se analisar se uma declaração ou atitude seriam interpretadas, por aqueles quem o autor atinge, como uma expressão séria de intenção de prejudicar ou agredir. A ideia de as escolas limitarem a fala do aluno fora do ambiente educacional é altamente relevante à medida que o *cyberbullying* se torna um problema mais reconhecido nacionalmente. As administrações escolares e as comunidades devem levar em consideração os casos passados bem como as definições legais atuais do que constituem a interrupção do processo educacional ou a verdadeira ameaça ao desenvolverem um programa preventivo eficaz (NEWALL, 2018).

Para enfrentamento dessa problemática social, temos o respaldo legal que define as regras para convivermos em sociedade e que estão deliberadas na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e na lei mais recente como o Programa de Combate à Intimidação Sistemática - *Bullying* (BRASIL, 2015). Todos com os objetivos de informar e assegurar direitos de todas as pessoas.

Além da legislação, há outras formas de se conscientizar as pessoas, como mostram os seguintes grupos de pesquisa: o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral – GEPEM - e a Convivere Mais. Esses grupos são formados por pesquisadores renomados e de diferentes regiões do Brasil e de outros países que se dedicam a pensar em melhorias na convivência das escolas, pautadas na cultura da

paz, na educação moral, nas relações socioemocionais, para enfrentarem, por exemplo, o (*cyber*)*bullying*, que é um problema presente nas relações entre os pares (SCB, [2021]; CONVIVERE MAIS, [2021]). Temos, ainda, a SaferNet, que é a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, que promove ações de sensibilização para o uso ético da internet com a ajuda de cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito com a missão de defender e promover os direitos humanos na internet (SAFERNET, [2021]).

Definir o problema e quais ações legais tomar, quando ocorrer uma violação, evitaria o alto número de casos de violência e até mesmo alguns suicídios. Alguns alunos se tornam “amigos” da vítima, para começarem a enviar comentários odiosos para ela. Se a vítima levar esses comentários a sério, pode cometer suicídio ou ter reações violentas contra toda a comunidade escolar. Para Moraes (2003), circunstâncias estranhas e falta de amparo legal dificultam a eventual punição dos agentes, forçando a Justiça a aplicar leis “adaptadas” ao caso para evitar impunidade. Os termos de serviço das redes sociais exigem que os usuários cumpram uma série de regulamentos, como registro verdadeiro e preciso, abstendo-se de usar informações da plataforma para assediar outras pessoas e de promover informações falsas ou enganosas. A lei deve proibir qualquer comunicação eletrônica que conscientemente assuste, intimide ou cause sofrimento emocional.

2.1 Documentos legais do ensino fundamental II

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seus dispositivos transitórios (ADCT 60 modificado pela Emenda Constitucional 14/1996), estabelecia o prazo de dez anos para a universalização do ensino e o fim do analfabetismo. Em 1996, surgiu a nova LDB - Lei das Diretrizes Básicas -, que criou a Política Educacional Brasileira. O Conselho Nacional de Educação foi criado pela lei 9131/1995, para substituir o Conselho Federal de Educação da LDB (BRASIL, 1996). Em 1990, o SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico - surgiu. Pela lei 9.424/96 (BRASIL, 1996), veio o FUNDEF - Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental (que virou FUNDEB posteriormente). Isso estabeleceu que estados e municípios investissem, em educação, um percentual mínimo de suas receitas por ano (sendo 60% para os salários dos professores no mínimo).

O artigo 6º, da Constituição Federal (CF), estabelece o direito social à educação: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...” (BRASIL, 1988). O artigo 205 afirma sobre a ajuda da sociedade, o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho. O artigo 208, da CF, institui o direito à educação de ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para todos aqueles que não tiveram acesso a ele na época de vida apropriada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) coloca o direito ao ensino básico como público no artigo 54, e a LDB, ou lei 9394/1996, institui a duração do ensino fundamental de 9 anos no artigo 32, desde o sexto ano de vida, além de metas para o ensino básico. O ensino fundamental obrigatório permite a dignidade da pessoa humana, dando condições materiais básicas para a existência do cidadão. As populações de zonas rurais isoladas são as mais afetadas, a pobreza dificulta a frequência à escola. O gênero feminino, os grupos étnicos minoritários, os migrantes, refugiados ou os que têm necessidades especiais são ainda mais excluídos. O Poder Público, um dos responsáveis pelo direito à educação, deve incentivar ações de políticas públicas, como a elaboração de leis e a proteção e fiscalização desse direito.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tiveram versões em 1997, 1998 e 2000. Elas foram essenciais para se mudar a educação brasileira, alterando os processos de aprendizagem e de ensino, a formação do sujeito, a percepção sobre si mesmo e sobre toda a sociedade, dando contexto ao conhecimento. O indivíduo teria habilidades, competências e ações para ajudar na estrutura e na formação da sociedade no futuro.

O PCN de 1997 – para o Ensino Fundamental I (EF I) (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries; atualmente 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos) – abordava temas transversais: a ética, a saúde, o meio ambiente, a pluralidade cultural e a orientação sexual (BRASIL, 1997). Em 1998, para o ensino fundamental II (EF II) (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries; atualmente 6º, 7º, 8º e 9º anos), a ética foi suprimida (BRASIL, 1998). Com a versão para o ensino médio (EM) (1º, 2º e 3º anos), em 2000, os temas transversais (TT) não foram especificados (BRASIL, 2000).

O ensino fundamental era dividido em dois ciclos: 1º Ciclo (EF I) e 2º Ciclo (EF II); em vez de “séries”, passou a ter “anos” em 2005, e o primeiro ciclo ganhou um ano a mais, o 1º ano, que o antigo. Assim, as crianças, com seis anos, estariam no

EF I, com formação melhor. Os PCN de EF II (BRASIL, 1998) e ensino médio (BRASIL, 2000) tiveram volumes enviados para as bibliotecas das escolas públicas quando foram lançados para o conhecimento de todos da comunidade educacional. O PCN do ensino fundamental II ajudou a estabelecer os níveis de ensino da educação nacional. Em 2017, houve mais alterações, com a reforma da base curricular nacional do ensino médio (PCN+).

De acordo com o MEC, os temas transversais servem para se compreender a educação e construir a realidade social, os direitos e as responsabilidades da vida pessoal e coletiva, além de auxiliar na afirmação do princípio da participação política. A aplicação dos temas transversais, educacionalmente, guarda relação com questões e aprendizados fundamentais para a formação integral dos estudantes; a fim de oferecer, a todos os alunos do país, uma base sólida, eles incluem ética, orientação sexual, saúde, trabalho e consumo, pluralidade cultural e meio ambiente. A escola é o ambiente onde os temas transversais se fazem presentes por valores passados pelas famílias, os quais serão ampliados em contextos educacional e social, sendo que o papel dos professores e dos estudantes necessita passar por transformação também (DIAS *et al.*, 2022, p. 34).

O aluno deve trabalhar, pesquisar, produzir relatórios e fazer observações. O docente tem o papel de orientador e conselheiro, empregando os temas transversais para tratar problemas sociais da atualidade, valorizando as potencialidades de cada indivíduo e estimulando os estudantes a ampliar a visão sobre várias questões, mantendo o respeito e a tolerância em relação às diferenças.

Os anos finais do ensino fundamental compõem o ensino fundamental II. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), eles servem para colaborar com a autonomia, com ferramentas e criação de condições para relacionar e buscar, com senso crítico, conhecimentos diversos e diferentes fontes de informação. As áreas do conhecimento da BNCC são Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, cada uma com competências específicas que devem ser desenvolvidas no ensino fundamental.

A BNCC é uma regulamentação sobre as aprendizagens consideradas essenciais para serem abordadas em instituições educacionais públicas e particulares no Brasil, incluindo a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Esse documento propõe os direitos de aprendizagem e pleno desenvolvimento para todos os estudantes. Ele promove a igualdade e ajuda na formação integral educacional, o

que contribui para uma sociedade com mais justiça, inclusão e democracia (BRASIL, 2017).

A BNCC (BRASIL, 2017) atua com base no artigo 09, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a fim de direcionar as grades curriculares dos estados e municípios brasileiros. Conforme a LDB, é dever da União “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que norteiam os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996).

Em 2018, a BNCC destacou que é necessária uma formação humana integral que mobilize os:

conhecimentos (conceitos e procedimentos), **habilidades** (práticas, cognitivas e socioemocionais), **atitudes e valores** para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8, grifo nosso).

O documento lista dez competências gerais para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo; Repertório cultural; Comunicação; Cultura digital; Trabalho e projeto de vida; Argumentação; Autoconhecimento e autocuidado; Empatia e cooperação e Responsabilidade e cidadania (BRASIL, 2017).

Dessas competências gerais, definidas pela BNCC, as de número 08, 09 e 10 se referem a temas que dialogam com a questão ética, ainda que, ao longo do documento, não fiquem explícitas as formas de se desenvolver tais competências, ou seja, ela normatiza, mas não operacionaliza.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceito de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p.08)

Nesse sentido, as competências, descritas pela BNCC, sinalizam a importância para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos nos estudantes capazes de fazê-los lidar, de maneira eficaz e ética, com os desafios e situações cotidianas (BRASIL, 2017). Ou seja, ensinar o estudante a pensar, a se comunicar, a ter um raciocínio lógico, a ser um sujeito emancipado, ser socialmente competente e independente. O ensino não será somente para a aquisição das competências cognitivas, mas terá função socializadora para desenvolver também as competências socioemocionais dos estudantes.

E, para que as aprendizagens socioemocionais se tornem competências, definidas pela BNCC, como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores empregados para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício pleno da cidadania e do mundo laboral, é necessária a criação de uma cultura escolar baseada nos valores morais para que os alunos possam desenvolver essas competências no convívio em sociedade, ou seja, que os alunos possam praticar essas competências em todas as relações que acontecem dentro e fora dos muros da instituição, tornando-se a escola uma das fontes primárias de conhecimento, em vez de um lugar que tem um fim em si mesmo (BRASIL, 2017).

Desse modo, para que os professores possam trabalhar com seus alunos as competências gerais descritas na BNCC (BRASIL, 2017), é importante que entendam como desenvolver adequadamente a construção das competências socioemocionais com vistas à autonomia intelectual e moral dos alunos, com subsídios da psicologia da moralidade, ou seja, aproximando as competências socioemocionais e os valores sociomorais com o aporte da Psicologia Moral. Valores esses que são basilares para se ser e viver para si e para o outro, fundamentados na justiça, solidariedade, honestidade, respeito, cuidado, que são universalmente desejados.

A seguir, serão abordados os documentos relacionados ao ensino fundamental II e à adolescência.

2.1.1 O ensino fundamental II e a adolescência

Alguns estudantes do ensino fundamental, que atende entre dez e 14 anos, de acordo com Lins (2013), dizem que se esforçam para fazer o melhor na escola, mas muitos indicam que querem descobrir as coisas por conta própria, se possível.

Eles fazem perguntas a si mesmos, verificam seu livro ou outros materiais, quando as coisas não fazem sentido, e tentam prestar atenção às coisas que deveriam lembrar.

Os professores devem apoiar e maximizar esse desejo dos alunos de pensar e raciocinar de forma autônoma - e os tipos de políticas devem ser incentivados a ver que, mesmo que não estejamos satisfeitos com os níveis atuais de desempenho, os alunos parecem estar dispostos a fazer melhor. Também é animador que o desejo de aprender e se sair bem permeie todos os tipos de alunos.

De acordo com Gil (2019), grupos distintos de alunos estão engajados na escola por diferentes motivos. Para alguns, a relação com o professor é fundamental; para outros, é a matéria ou os aspectos sociais da escolarização. Para outros, ainda, o nível de envolvimento varia de acordo com o grau em que suas necessidades emocionais podem ser atendidas na sala de aula - ou o grau em que eles participam ativamente da aula. Adaptar a escolaridade e a instrução a essas necessidades, preferências e tendências tem o potencial de render maior engajamento e, em última análise, maior desempenho.

Um sistema educacional único praticamente garante que alguns alunos serão deixados de fora – e eventualmente deixados para trás. Tanto o engajamento quanto a escolha assumem muitas formas. Nesse caso, a escolha não necessita ser entre escolas (embora mais opções certamente ajudariam). Também pode ser entre professores, entre cursos, entre estratégias de ensino, entre programas e entre escolas dentro das escolas. Segundo Deslandes e Coutinho (2020), para atender às necessidades dos alunos que estão engajados de várias maneiras, o lado da oferta necessita oferecer opções em vários níveis que sejam genuinamente diferentes, não apenas várias versões da mesma coisa. O que estamos recomendando é uma espécie de customização. Isso ocorre, porque o envolvimento do aluno e a escolha do aluno – em todas as suas formas variadas – são realmente dois lados da mesma moeda, e a internet mostra isso.

Os adolescentes passam grande parte do dia na escola ou realizando atividades relacionadas à educação. O objetivo principal da escola é o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas os efeitos sobre os adolescentes são muito mais amplos, pois influenciam sua saúde física e mental, segurança, engajamento cívico e desenvolvimento social, por meio do ambiente social criado por alunos e funcionários diariamente. O ensino fundamental II é quando se marca a saída

do *status* de criança para adolescente, seja por mudanças mentais, físicas, comportamentais, psicológicas, entre outras.

Diretores de escolas, professores, coordenadores, funcionários e outros são responsáveis por todos os aspectos do funcionamento da escola. A internet serve como uma expansão desse ambiente, pois aumenta o alcance da instituição educacional, afetando as relações antes limitadas às barreiras físicas, o que implica efeitos em um ambiente mais amplo nas áreas de saúde, segurança, apoio social, acadêmica e cívica.

Temos visto que a internet é uma das maiores invenções tecnológicas do século XX. Desde o seu surgimento, ela avança no desenvolvimento tecnológico, transformando o modo como vivemos e nos relacionamos com outras pessoas. O uso da internet nos trouxe muitos benefícios, como a socialização de ideias, a proximidade com as pessoas, o uso de serviços digitais, a rapidez no acesso às informações e ao conhecimento, mas também nos trouxe muitas preocupações como o aumento de alvos de manifestações violentas no ambiente virtual (GAMBOA, 2003).

Assim, nossa pesquisa sinaliza essa problemática social, apresentando medidas de enfrentamento e preventivas no ambiente escolar, que é o local em que, geralmente, se iniciam os abusos psicológicos, as perseguições, as “brincadeiras” que passam a ser praticados também no ambiente virtual. Essas atitudes levam, muitas vezes, à evasão escolar, prejudicando, assim, a saúde psíquica dos alunos. O que acrescentamos como importante é que se compreendam essas questões como *bullying*, *ciberbullying* nesse período de vulnerabilidade em que se encontram muitos adolescentes.

Segundo Moreira (2015), existem “relações que os jovens estudantes travam com o sistema midiático”, pois eles são capazes de manipular plenamente tecnologias midiáticas, trafegando nas mídias com grande desenvoltura, já que constroem uma intimidade de convivência diária. Todas as tecnologias de informação, além dos conteúdos disponíveis virtualmente, agem como mediadores e ajudam a construir realidades. Mas cada um tem uma história e um contexto cultural específico, o que significa que existem processos de construção de realidades entre emissores e receptores, nas interações que ocorrem em grupos sociais. Os conteúdos midiáticos de diferentes realidades histórico-culturais são gerados e compartilhados, podendo ocasionar o *bullying* no formato virtual, por exemplo. A escola, como um espaço de socialização e de aprendizagem, é um participante importante desse processo.

A inclusão social de crianças e adolescentes, conforme Queiroz (2012), vê a educação como agente essencial de mudança, a fim de se atingir um nível de desenvolvimento humano ideal. Para se conhecer a situação atual dessa faixa etária, a análise da legislação relacionada à criança e ao adolescente no Brasil, além de indicadores de saúde e educação com dados do Ministério da Educação, da Saúde, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) devem ser levados em conta. O trabalho futuro dos adolescentes e crianças pode definir suas condições de vida, para isso é essencial se focar em escolas, postos de saúde e de assistência social, em um processo democrático sociopolítico, que envolva governo e sociedade. Os profissionais de competência devem desenvolver propostas, incluindo monitoramento, acompanhamento e avaliação, para obterem eficiência de suas ações. Assim, condições de trabalho físicas e financeiras seriam compatíveis com a função de cada futuro adulto, incluindo a possibilidade de ascensão profissional.

O termo adolescência vem da palavra latina *adollacentia*, que se traduz como “crescer” ou “crescer em direção à maturidade” (PEREIRA, 2005, p. 2). Na lei brasileira nº 8.069, que trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, são entendidos como adolescentes indivíduos que estão na faixa de idade entre 12 e 18 anos. Em seu Artigo 2º, a lei estabelece que criança, para efeitos legais, é um indivíduo até 12 anos de idade incompletos, sendo que a definição de adolescente engloba entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990). De acordo com a OMS - Organização Mundial de Saúde -, a idade cronológica da adolescência é a época da vida que se inicia aos dez anos e acaba aos 19 anos de idade completos; de acordo com a ONU - Organização das Nações Unidas -, entre 15 e 24 anos de idade completos (BRASIL, 2007).

Geralmente, a puberdade segue um padrão previsível de início e sequência. Entretanto, a puberdade pode ocorrer de maneira menos previsível em razão de diferenças em cada indivíduo, incluindo genética e ambiente. A puberdade tardia, puberdade precoce (precoce), desenvolvimento puberal contrassexual, adrenarca prematura (andrógenos que causam alterações puberais precoces), telarca prematura em meninas e menarca prematura ou tardia podem ser algo com que se preocupar. Adolescentes do sexo masculino podem vivenciar o aparecimento de mamas aumentadas durante a puberdade. A ginecomastia é uma condição benigna masculina, que ocorre com a proliferação de elementos glandulares, resultando no aumento de uma ou ambas as mamas. Muitas vezes, há desequilíbrio entre estrogênio

e testosterona na puberdade masculina, causando a ginecomastia. Se o exame físico estiver normal, a ginecomastia se resolve sozinha aos 18 anos de idade, na maioria dos casos, mas a tranquilização e o monitoramento são necessários. A puberdade também pode afetar as emoções e causar estresse para os indivíduos conforme ocorrem as mudanças nos seus corpos: alterações na voz, sonhos molhados, ereções involuntárias e alterações físicas perceptíveis, como aumento dos seios, acne, quadris alargados e surtos de crescimento, que podem tornar os adolescentes inseguros em ser diferentes de seus colegas. Embora seja importante se reconhecer as mudanças fisiológicas na puberdade, é fundamental se identificar as mudanças psicossociais e emocionais que costumam ocorrer nesse período (FERRIANI, SANTOS, [2011]).

A adolescência constitui um processo cronológico de desenvolvimento humano em que é necessário se reconhecer e entender sua fase aparente com o objetivo de conhecer a situação do adolescente, fase com desequilíbrios e grandes instabilidades. Pode apresentar períodos de coragem, vergonha, falta de coordenação, urgência, ausência de interesse, eventual apatia, dentre outros.

Ao se referir à “síndrome normal da adolescência”, Aberastury e Knobel (1989) colocam que há contradição ao se associar uma síndrome, que implica entidade clínica, com normalidade, que estaria fora da patologia. Todavia, nosso convívio social e as estruturas institucionais permitem vermos que normas de conduta foram estabelecidas, regidas e manejadas por indivíduos sociais adultos. Essa intercorrelação de gerações, do ponto de vista regente e diretivo, torna o ser humano capaz de observar a conduta juvenil como seminormal e semipatológica. Para um estudo objetivo, segundo a psicologia evolutiva e a psicopatologia, é coerente, lógico e normal.

Tais comportamentos são comuns em certa linha temporal linear ou simultâneos, ocorrendo com embates afetivos e até religiosos, com a inclusão de ateísmo anárquico até o alto misticismo, passando por reflexões filosóficas, comportamentos sexuais de heteroerotismo, ascetismo e, até mesmo, homossexualidade. Essas características, em uma visão biologizante, formam a “síndrome normal da adolescência”.

As características da adolescência são descritas pela seguinte sintomatologia nessa “síndrome”, que deverá ser superada pela elaboração dos lutos: 1) busca de si mesmo e da identidade, pois é quando a pessoa se entende como um indivíduo único; 2) tendência grupal, já que é o momento em que o ser social procura se incluir em

grupos; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar, visto que a educação e planos futuros são preocupações comuns nessa época; 4) crises religiosas, sendo um momento de reflexão e busca de respostas; 5) deslocalização temporal, em que nenhum lugar ou época parecem adequados; 6) evolução sexual manifesta, pois os hormônios fazem seu papel biológico na espécie; 7) atitude social, em que atos definem a identidade na sociedade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, pois se lida com conceitos abstratos; 9) separação progressiva dos pais, em que a independência se torna um objetivo; e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo, pois se aprende a lidar com emoções e suas consequências (KNOBEL; ABERASTURY, 1989).

Na adolescência, ocorrem os lutos, e o seu processamento envolve a depressão e a ansiedade, que constituem um substrato natural das mudanças de humor nessa fase. Segundo Knobel e Aberastury (1989), só quando o mundo adulto entende e deixa de dificultar a tarefa da evolução adolescente, o jovem terá a possibilidade de apresentar um desempenho satisfatório, com a construção de uma personalidade com alegria e com saúde. O adolescente deve superar três lutos: a perda do corpo e a da identidade infantil, incluindo o cessar da figura protetiva parental. Os efeitos dessa síndrome dependem dos processos de identificação e de luto por que passa o adolescente, fortalecendo seu mundo interno e tornando essa fase de “normal anormalidade” menos conflitiva e perturbadora.

Ainda, de acordo com Knobel e Aberastury (1989), a busca de uniformidade é um comportamento de defesa que traz segurança e autoestima. O fenômeno do grupo tem importância enorme na adolescência, pois o indivíduo passa, para os semelhantes, parte da dependência familiar. Desse modo, a dependência dessa pessoa em formação aos valores grupais é quase escravizante. Necessita de aprovações constantes, achando-se sempre de acordo com a sua aceitação exterior. O indivíduo não percebe, nessa fase, que a busca da aprovação de outrem é um processo de autoaprovação. O adolescente busca se encaixar em um grupo social para que se sinta mais seguro e confiante.

Segundo Souza e Koch (2018), quando se rompem prescrições mecanicistas e biológicas em relação ao desenvolvimento humano, a perspectiva histórico-cultural supõe que a consciência é social. Assim, o psiquismo não é uma manifestação fenomênica e não existe previamente ao homem, entretanto se traduz como contextos econômicos, sociais e culturais, além do processo histórico que o formou. A fim de se

entender as condições materiais de produção do humano, deve-se tratar do fenômeno psicológico.

A concepção da psicologia histórico-cultural constitui o papel das emoções no acesso à cultura, fator essencial no processo. Para explicar a adolescência, a perspectiva tradicional da psicologia leva em conta as emoções, que servem de fio condutor do desenvolvimento nessa fase da vida. Já a racionalidade não apresenta caráter determinante nos atos dos sujeitos. A psicologia tradicional compreende que adolescentes estão sempre em conflito, pois suas emoções os dominam.

É importante ressaltarmos que a adolescência é um conceito psicológico que se constitui conforme a sociedade. De acordo com Viola e Vorcaro (2018), a comunidade samoana tem uma divisão de trabalho, ritos, costumes, com especificidades de estrutura familiar, o que afeta o cotidiano dos adolescentes. Essa sociedade ignora as meninas e os meninos entre zero e 15 ou 16 anos de idade. As crianças e adolescentes mais jovens vivem à margem de adultos, sem status social, só participando de poucas danças típicas em festas. Após uns dois anos de iniciada a puberdade, os adolescentes são divididos em grupos determinados, os quais são nomeados, recebendo obrigações e privilégios na comunidade. Os adultos, da mesma maneira, são divididos em grupos nomeados, mostrando a rigidez da organização social samoana, com atribuição de papéis. As meninas educadas não podem escolher o que farão a partir da adolescência, enquanto os meninos, com 13 ou 14 anos, são circuncidados. As meninas mantêm distância por uns três anos, quando ambos os gêneros começam a mostrar interesse. Relações sexuais entre adolescentes solteiros são aceitas por essa sociedade, assim como a homossexualidade, mas o celibato não tem sentido para essa comunidade.

Alguns ainda pensam que a adolescência é uma fase indesejável da vida, quando o comportamento humano se altera em razão de o cérebro ser, depois das modificações da infância, tomado de hormônios. A neurociência, em descobertas recentes, afirma que é, na verdade, um período de reorganização cerebral massiva, em que hormônios atuam como responsáveis por uma parte do comportamento, como o interesse sexual. Entre 12 e 15 anos, o córtex pré-frontal começa a fazer, com autonomia cada vez maior, suas funções adultas: propiciar raciocínio abstrato, otimizar a memória, melhorar a concentração e controlar impulsos irracionais (JENSEN; NUTT, 2015).

No fim da adolescência, as regiões do córtex amadurecem, permitindo um comportamento mais sensato e com responsabilidade superior, pois a capacidade de raciocínio aumenta e as emoções são usadas na tomada de decisões. As regiões do córtex orbitofrontal são responsáveis pelo arrependimento e pela antecipação, já que o adolescente inicia a avaliação autônoma das consequências das próprias ações antes dos atos. O circuito social cerebral também amadurece, tornando o adolescente uma pessoa mais sociável e empática. Essa solidariedade permite ao jovem se colocar no lugar de outrem, empregando essa informação na decisão de suas ações (FERRIANI, SANTOS, [2011]).

Para Calligaris (2000), a adolescência é um processo de travessia partindo da puberdade para a vida adulta. Entender a adolescência significa compreender uma das formações culturais mais abordadas de nossa época. Calligaris toma por base o pressuposto central de que a adolescência constitui um período de moratória em que um sujeito fisicamente adulto não pode fazer parte da sociedade dos adultos, já que a adolescência é uma criação social muito recente, é um mito ainda a ser desvendado, um fenômeno, com problemas insolúveis à primeira vista.

A passagem de tempo de maturação dos adolescentes é denominada de moratória, certa imposição social que deixa o adolescente se sentindo isolado, como se não pertencesse à sociedade dos adultos. A partir desse isolamento, formam-se grupos a fim de se buscar formas novas de pertencimento social, com interesses em comum, como música e moda, e até gangues, que trazem desordem e cometem crimes. A participação em um grupo é um ato de autoafirmação do adolescente, para que este pertença e seja aceito socialmente (CALLIGARIS, 2000).

O ideal é que a adaptação na sociedade ocorra naturalmente, assim que o adolescente se transforme de reformador em realizador. Durante 12 anos aproximadamente, as crianças se integram na cultura humana, aprendendo duas coisas essenciais para a felicidade e o reconhecimento da comunidade: relações amorosas/sexuais e o poder nos campos produtivo, financeiro e social. Todos sentem a necessidade de serem desejáveis e invejáveis. O adolescente é um indivíduo que teve o tempo de entender os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade, cujo corpo chegou à maturação e, para quem, a comunidade impõe uma moratória (CALLIGARIS, 2000).

É um indivíduo capaz, bem instruído e muito treinado por vários meios, incluindo mídia, pais e escola, a fim de adotar os ideais comunitários. O adolescente,

embora tenha corpo e espírito prontos para competição, não é visto como adulto. Ao longo de cerca de mais dez anos, ficará sob a tutela de adultos, visando se preparar para o sexo, trabalho e amor, mas sem produzir, amar ou ganhar. As alterações da puberdade trazem insegurança ao jovem, que não tem mais o corpo de criança nem tanta proteção parental. Essa época de vida tem muita baixa autoestima, depressão e tentativas de suicídio (CALLIGARIS, 2000).

A modernidade promove um ideal que ela considera acima de outro valor: a independência, além de instruir os jovens sobre os valores importantes para agradar a comunidade. O indivíduo somente é um adulto responsável quando viver independentemente, com autonomia. É uma fase de frustração imposta pela moratória, além da idealização social da adolescência que lhe ordena que seja feliz. O jovem se rebela ao praticar desejos ocultos nos adultos, pois o adolescente tem a liberdade sem culpa, com transformações visíveis no comportamento dessa faixa etária, ampliando o conhecimento, construindo e/ou reconstruindo teorias, com o desejo de ser diferente e reformar o mundo. Cada adolescente atravessa uma fase em que julga que seu pensamento tem um poder ilimitado. O adolescente se insere no ciclo social com base em projetos e políticas sociais com que ele se identifica ao longo de sua existência, além dos meios cultural e social de que faz parte (CALLIGARIS, 2000).

Segundo Calligaris (2000), podemos concluir que a adolescência pode ser compreendida como um período de moratória, própria da nossa civilização, o qual consiste na fase em que o adolescente está preparado cultural e fisicamente para um “mundo adulto”, todavia não apresenta autonomia para desenvolver atividades econômicas, financeiras e sexuais. Eventualmente, isso pode ocasionar um comportamento rebelde, já que os adolescentes não são reconhecidos como adultos, e os adultos manifestam frequentemente o desejo de voltar à adolescência simultaneamente, o que torna essa fase ainda mais conflituosa.

Reiteramos, como assinalado acima, que devemos observar com um olhar mais apurado o período da adolescência e suas relações com o *bullying* e o *ciberbullying*; momento de vulnerabilidade em que se encontram muitos dos nossos jovens.

A seguir, serão abordados alguns aspectos da educação em valores e do desenvolvimento moral.

SEÇÃO III

3 EDUCAÇÃO EM VALORES

Para Buxarrais (2013, p. 21), existem elementos a se levar em conta quando se trata de conciliar valores de justiça e liberdade. É absolutamente fundamental desenvolver a capacidade pessoal da empatia; um indivíduo deve ser capaz de se colocar no lugar de outrem, inclusive quanto aos sentimentos, sendo isso um enorme desafio em sociedades de bases democráticas. Aceitar o diferente, que pode ser de outra cultura ou crença, é uma atitude que tem de ser estabelecida por meio da educação em valores.

Puig *et al.* (2000) reforçam a ideia da diversidade como instrumento para a empatia, que proporciona ao indivíduo enxergar que o outro tem muitas possibilidades individuais, com características positivas, fazendo-o desenvolver um comportamento mais compreensivo e tolerante em contextos diversos. A questão está ligada ao altruísmo, além de outros conceitos, o que constitui importante objeto de estudo, pois foca em se fazer as coisas para os outros, não apenas para si. A figura do professor é, portanto, de essencial destaque para a formação em valores, entretanto ele não é o único responsável.

Os valores como justiça, honra, fidelidade e honestidade são expressos e mediados pelas diretrizes da escola assim como pelas famílias em casa. Critérios morais como o desenvolvimento da autonomia, consciência crítica, responsabilidade, cidadania, entre outros, fazem com que vários mecanismos cognitivos e de desenvolvimento psíquico humano e a construção de valores estejam intimamente ligados na qualidade das relações interpessoais, em razão de o valor constituir-se em um investimento afetivo que influencia as ações dos indivíduos a uma direção (PIAGET, 1994). O mesmo autor reforça que os principais determinantes do desenvolvimento moral são a quantidade e a variedade da experiência social assim como a oportunidade de assumir e de encontrar novas perspectivas. Sendo assim, o desenvolvimento da educação moral se dá na qualidade das relações interpessoais e vai se aperfeiçoando na quantidade de troca de experiências, pois são valores morais as motivações afetivas que são inseridas nas ações, nas regras, nos princípios e nos juízos.

A educação em valores refere-se ao aspecto da prática educacional que implica que valores morais ou políticos, bem como normas, disposições e habilidades fundamentadas nesses valores, sejam mediados ou desenvolvidos entre os alunos. A educação em valores pode ser referida como explícita ou implícita. A educação de valores explícitos se refere ao currículo oficial das escolas sobre o que e como se desenvolvem valores e moralidade, incluindo-se as intenções e práticas explícitas de educação de valores dos professores. Já a educação de valores implícitos está associada a um currículo oculto e à influência de valores implícitos, incorporados na escola e na sala de aula. Ensinar é uma atividade moral em que os professores devem considerar a complexidade ética do ensino e o impacto moral que eles, como educadores, têm sobre seus alunos, visto que atuam na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade (SARMENTO, 2002).

Ao examinarmos os valores e a influência moral na vida escolar cotidiana, analisamos as principais preocupações dos professores e as definições de suas práticas de educação de valores, a ética do professor, a moralidade das regras escolares e como as crianças e adolescentes raciocinam, agem e interagem em termos de moral, como as regras escolares funcionam e quais são as perspectivas e experiências das crianças sobre democracia e participação na escola. São aspectos importantes a tratarmos, pois o planejamento de atividades contempla muitos temas que serão vivenciados na vida adulta do estudante (CÓRDULA, 2014).

O desenvolvimento do estudante depende dos ambientes domésticos e escolares, que ajudam a construir os valores morais de acordo com as regras de cada meio, variando de uma sociedade e/ou época para outra. Cada jovem pode ter reações diferentes aos mesmos estímulos e fenômenos desses meios, o lar e a escola, o que faz a sociedade se modificar conforme novas gerações chegam à vida adulta.

Os valores morais têm, por objetivo, direcionar o comportamento humano, permitindo escolhas baseadas no que é certo e no que é errado, desenvolvendo, assim, a crítica, democracia e respeito mútuo, desde a infância sendo moldada com o desenvolvimento humano, nos diferentes ambientes, sendo assim, a escola é um espaço fundamental para essas aprendizagens. Por isso a necessidade de um entendimento dos docentes sobre educação em valores, contemplando a formação cognitiva (LA TAILLE, 2006).

A seguir, serão abordadas algumas considerações sobre o desenvolvimento moral.

3.1 Considerações sobre o desenvolvimento moral

Segundo Piaget (1996), a condição essencial da moral é definida pela razão, mas desenvolver ambas, moral e razão, pode ocorrer ao mesmo tempo, não necessita de ser algo separado: “Toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras” (PIAGET, 1994, p. 23).

Assim, há a indicação de dois tipos de respeito: o unilateral, o qual Piaget denomina de relação de coação; e o mútuo, que Piaget nomina como uma relação de cooperação, permitindo uma relação igualitária entre os indivíduos. Piaget afirma que,

Oriundas dos elos de autoridade respeito unilateral, as relações de coação caracterizam, portanto, a maioria dos estados de fato de dada sociedade e, em particular, as relações entre a criança e seu ambiente adulto. Definidas pela igualdade e pelo respeito mútuo, as relações de cooperação constituem, pelo contrário, um equilíbrio limite mais que um sistema estático. Origem do dever e da heterônoma, a coação é, assim, irreduzível ao bem e à racionalidade autônoma, produtos da reciprocidade, se bem que a própria evolução das relações de coação tenda a aproximá-las da cooperação (PIAGET, 1994, p. 294).

O respeito unilateral e o respeito mútuo explicam a existência de duas morais: a heterônoma e a autônoma, o primeiro levando ao sentimento de dever e ao sentimento do bem. Tognetta (2009, p. 528) mostra que a criança “[...] é naturalmente governada pelos outros e considera que o certo é obedecer às ordens das pessoas que são autoridade” na heteronomia. Segundo essas autoras, existe manifestação progressiva no sentimento de reciprocidade da criança, em vez do controle e da submissão a outrem na moral autônoma. Assim, essa regulação é interna na pessoa, um autocontrole para obedecer às regras de modo independente da supervisão de outra pessoa, especialmente um adulto (TOGNETTA, 2009, p. 528).

O procedimento mais comum na educação moral se refere somente ao respeito unilateral; o adulto dita as regras e as fiscaliza por meio de uma coação espiritual e/ou em parte material. Inicialmente, a criança liga a moral a obedecer a alguém com mais autoridade sobre ela, como os pais, os quais definem o que está correto e o que está incorreto por um longo tempo, em relação ao que a criança pode ou não fazer. Verificamos esse procedimento também na disciplina escolar tradicional.

Que se apoie sobre uma moral religiosa ou sobre uma moral laica, o procedimento é o mesmo: para a criança, com efeito, pouco importa que as regras emanem de Deus, dos pais ou dos adultos em geral, se elas são recebidas de fora e impostas de uma vez por todas. (PIAGET, 1996, p.10-11).

Portanto, a anomia corresponde ao estágio em que a criança ainda não conhece a moralidade. Heteronomia pode ser definida como uma condição de submissão de valores e tradições, sendo a obediência passiva aos costumes por conformismo ou em razão do temor à reprovação de determinada sociedade ou de deuses. Heteronomia, portanto, estabelece-se como o oposto de autonomia, a partir do radical grego “auto”, que significa “por si mesmo”, e de “nomia” (lei ou regra), que é a liberdade e/ou independência de se reger por si mesmo, com a propriedade pela qual o homem pode escolher as leis que normatizam sua conduta (LA TAILLE, 2006).

Dessa forma, a heteronomia constitui a “moral do dever”, já que a criança segue regras não porque compreende o que elas representam, mas pelo fato de elas serem determinadas por um adulto ou uma figura de autoridade superior. As crianças criam juízo das ações de outrem, nessa etapa, observando as consequências materiais do fato, em vez da intenção do indivíduo que praticou o ato (LA TAILLE, 2006).

No mesmo sentido, Piaget discute o processo de desenvolvimento da moral, enfatizado em três etapas (PIAGET, 2014): as tendências afetivas: anomia, heteronomia e autonomia. Anomia: a moral ainda não é colocada, há ausência de regras, as normas de conduta são determinadas pelas necessidades básicas; heteronomia: não há consciência, nem reflexão, apenas obediência. O certo é o cumprimento da regra, e qualquer interpretação diferente dessa não corresponde a uma atitude correta; autonomia: há a legitimação das regras. Aqui o indivíduo adquire a consciência moral, possui princípios éticos e morais. O respeito às regras é gerado por meio de acordos mútuos.

Para Tognetta (2009), necessita-se de uma compreensão que regras devem passar de um ponto de vista individual para um entendimento da perspectiva do outro. Isso garante um avanço de relações morais, entre alguém com mais poder e outro com menos poder, o que permite que regras interiorizadas sejam legitimadas, construindo um contrato social coletivo, em vez de a ordem ou até o medo marcarem essa relação. Necessária a compreensão de que todos os docentes são fundamentais na formação diária dos alunos, haja vista que é um processo contínuo e

multidisciplinar. Os professores de todas as matérias devem entender que a ética e a moral devem estar inseridas no cotidiano, englobadas nos métodos de ensino, desenvolvendo projetos de convivência ética, estudos de caso com problemática diária, projetos que envolvam a comunidade escolar e alunos, aumentando os relacionamentos interpessoais.

O objetivo central da educação, em nossa opinião, deve ser o da construção de personalidades morais autônomas, críticas, que almejam o exercício competente da cidadania, embasada nos princípios democráticos da justiça, da igualdade, da equidade e da participação ativa de todos os membros da sociedade na vida pública e política. (ARAÚJO; PUIG; ARANTES, 2007, p. 208).

Durante a gênese do desenvolvimento pessoal, a passagem da heteronomia para a autonomia moral acontece em paralelo à passagem do estágio pré-operatório para o operatório. Tal paralelo explica-se pelo fato de a autonomia moral pressupor uma razão também autônoma, capaz de chegar, por si mesma, a verdades por meio de implicações; ora, tal capacidade depende da reversibilidade das operações mentais, reversibilidade esta característica do estágio operatório. No campo do saber objetivo, a criança troca a crença pela demonstração; no campo moral, ela passa do dogma e do tabu para a justificação (LA TAILLE, 2006).

A seguir, serão abordadas algumas considerações sobre a construção de valores e o desenvolvimento da identidade e da autonomia moral.

3.2 A construção de valores e o desenvolvimento da autonomia moral

A relação de pressão exercida sobre as crianças pelos adultos contribui para a moral heteronômica, já que é respeito unilateral, baseando-se em dever, obrigação e desigualdade. A coação ocorre por meio de ordens e prescrições, as quais são acatadas por afeto e temor. A educação moral é onipresente na formação escolar, ajudando nos valores morais, construindo a autonomia, visto que dominar formas de pensamento proporciona juízos valiosos e otimizados (PUIG, 1998).

A autorregulação do desenvolvimento intelectual passa pela transformação, com assimilação, adaptação e acomodação de experiências. O processo é interno, permitindo novas construções, e acontece por meio da equilibração. Esse mecanismo

de controle interno é bem mais eficiente autonomamente. Para atribuir um sentido à experiência, a afeição é a base do processo de conhecimento, com sentimentos, inclinações e tendências. O desenvolvimento intelectual permite a autorregulação, pois torna a nova experiência efetiva (WADSWORTH, 1997).

A autonomia moral envolve interações sociais de cooperação e de respeito mútuo, segundo Piaget (1998). O papel da escola é formar pessoas autônomas com liberdade de expressão, para garantir a criatividade e despertar o interesse da criança. Na moralidade, Piaget (1994) ressaltou o desenvolvimento humano da criança, analisando a prática e a consciência da regra desta, implicando os conceitos de anomia, heteronomia e autonomia.

Piaget baseou-se em Immanuel Kant, que entendia autonomia como a competência do ser em agir independentemente, segundo sua própria vontade, de acordo com tensões expostas ao indivíduo. Conforme Kant, o fundamento da autonomia constitui o imperativo categórico; a pessoa deve agir consoante preceitos bons para todos. Isso se dará pela racionalidade, com leis, formando uma razão prática no lugar da vontade, independentemente da inclinação, e é a necessidade que reconhece essa bondade (KANT, 1974, p. 217).

Segundo Araújo (2015), o desenvolvimento moral acontece juntamente com o desenvolvimento cognitivo e o afetivo, dependendo da qualidade e da exposição de relações entre os indivíduos. A construção da inteligência é baseada nas interações entre objeto e meio, influenciando no desenvolvimento moral e no afetivo, a fim de propiciar o desenvolvimento humano. Valores constituem referências para atribuir sentido a ações e práticas, parâmetros que direcionam o trabalho do docente. Valores apresentam projeções da vida moral e geral, inspirando princípios e regras, que serão compreendidos pelo intelecto. Valores morais são essenciais na educação e na formação do indivíduo, pois constroem sentido nas ações, ensinando como se lidar com conflitos, relações interpessoais e responsabilidades.

A formação ética e integral do indivíduo tem como referência a importância da educação em valores, contribuindo para uma autonomia moral e intelectual, dentre as diferentes formas de aprendizagem. Cada pessoa deve entender o que significa o que vê, a utilidade de cada informação, o potencial de cada novo conhecimento, transformando a aprendizagem em um processo contínuo de descoberta, garantindo a formação de um indivíduo consciente de seus direitos e deveres na sociedade contemporânea.

[...] uma escola que estudantes e docentes queiram e tenham prazer em frequentar. Uma escola que tenha significado para a vida e o dia a dia de cada um de seus membros e que não exista apenas porque pode lhes ensinar a ler e a escrever ou, supostamente, dar-lhes condições de ascensão social. Enfim, uma escola que tenha sentido para a construção de personalidades autônomas e para o resgate e valorização da cidadania. (ARAÚJO, 2007, p. 104).

As escolas nos ensinam muito mais do que ler, escrever e aritmética, pois também nos socializam com normas e expectativas culturais. Quando uma criança nasce, começa a sua educação, que é um processo informal no qual uma criança observa os outros e os imita. À medida que o bebê se torna uma criança pequena, o processo de educação se torna mais formal com brincadeiras na escola. As lições acadêmicas tornam-se o foco da educação conforme a criança avança no sistema escolar. A educação é muito mais do que o simples aprendizado de fatos.

O sistema educacional nos socializa, visto que expectativas e normas culturais são reforçadas por professores, livros didáticos e colegas de classe. Para alunos fora da cultura dominante, esse aspecto do sistema educacional pode representar desafios significativos. Aprendemos a tabuada na segunda série e regras sociais de nos revezarmos no balanço no recreio, além da Constituição e da hora certa e de como falarmos e nos portarmos na sala de aula, um treino para a vida em sociedade, que envolve ambientes com regras que devem ser seguidas por um contrato social.

Segundo Tognetta (2009), a formação moral das crianças e jovens depende muito do ambiente escolar propício, que ressalta a importância da qualidade dos relacionamentos e das experiências sociais, ou seja, quanto mais solidário, mais expressivamente aumenta o desenvolvimento da autonomia; em contrapartida, quanto mais opressivo, mais ocorrerá a diminuição dessa autonomia, gerando uma dependência maior de uma bússola moral da parte de terceiros, o que compromete um futuro desenvolvimento de gerações com evolução contínua. A transmissão cultural é como as pessoas aprendem os valores, crenças e normas sociais de sua cultura. A educação informal e a formal incluem a transmissão cultural, em que um aluno aprende sobre aspectos morais da História, mas também pode aprender a norma cultural para convidar um amigo para algo, por meio de bilhetes e conversas.

As escolas também podem ser agentes de mudança, ensinando os indivíduos a pensar fora das normas familiares nas quais nasceram. Ambientes educativos podem ampliar horizontes e até ajudar a quebrar ciclos de pobreza e racismo. A educação tem papel primordial na vida dos indivíduos e da sociedade, pois ela prepara as pessoas para diferentes papéis funcionais na sociedade. Mas a educação pode aumentar a desigualdade social, ser opressiva e causar sexismo, por exemplo, impedindo que as mulheres alcancem igualdade social. A dinâmica da sala de aula deve promover a autonomia, as interações entre alunos e professores e como elas afetam a vida cotidiana. Cada uma dessas perspectivas é importante para a formação moral.

A seguir, serão abordadas as relações na escola a partir do advento da internet e dos conflitos desta.

SEÇÃO IV

4 AS RELAÇÕES NA ESCOLA A PARTIR DO ADVENTO DA INTERNET E DE SEUS CONFLITOS

No Brasil, em 7 de abril de 2011, 12 crianças foram assassinadas a tiros, fato mais conhecido como massacre de Realengo, e, até então, poucos eram os estudos sobre o tema, mas, a partir daí, as pesquisas se intensificaram, aumentando as possibilidades de estudos. Por conseguinte, o governo federal instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) por meio da lei 13.158, de 2015 (BRASIL, 2015). No ano seguinte, foi criado o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola, mediante a lei 13.277 (BRASIL, 2017) e, em maio de 2018, por meio da lei 16.663, o governo federal alterou o

art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2018, p. 1).

A promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência nos ambientes de ensino se faz necessária, pois, não obstante, lembremo-nos dos acontecimentos nas escolas brasileiras como as violências ocorridas desde sempre.

A internet mudou o mundo desde a sua origem em 1969, nos Estados Unidos, onde foi criado o primeiro protótipo de rede de internet denominado de Arpanet. Nesse ano, professores das universidades da Califórnia e de Stanford trocaram o primeiro e-mail da História. Essa rede, usada pelos professores, pertencia ao Departamento de Defesa norte-americano no intuito de compartilhar informações sobre estratégias de guerra, tinha fins exclusivamente científicos e governamentais, e eram grandes máquinas que realizavam cálculos e armazenavam informações (LINS, 2013).

Lins (2013) destaca que, em 1989, a internet chegou ao Brasil apenas para uso acadêmico. O envio e recebimento de dados se deram pela Rede Nacional de Pesquisas – RNP, e essa estrutura foi custeada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Foi a partir de 1994, com a abertura da

rede ao público em geral, que foi anunciado que a internet seria pública e sem taxas para se usar e criar qualquer tipo de projeto virtual, disponibilizando o acesso para qualquer pessoa.

A partir desse momento, com o avanço do conhecimento em nível mundial, vieram as consequências das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação). As relações sociais humanas foram ampliadas com trocas constantes de informações, mantidas por meio da utilização da internet, ou seja, o mundo ficou cada vez mais interligado. Para Santos *et al.* (2018), o homem, com o passar do tempo, aperfeiçoou e mudou o seu modo de se relacionar com o outro, pois a comunicação é uma necessidade e é ela quem viabiliza a vida em sociedade desde os tempos mais remotos.

Nesse sentido, verificamos que as relações humanas foram ampliadas com o surgimento da internet, o que nos possibilitou o conhecimento de outras culturas, línguas, costumes e religiões diferentes dos nossos, sem sairmos do nosso país de origem e em tempo real. Logo, entendemos que trocar informações, registrar fatos, expressar ideias e emoções são fatores que contribuíram para a evolução das formas de nos comunicarmos (SANTOS *et al.*, 2018).

A internet tem mais de 4,66 bilhões de usuários ativos no mundo. Só no Brasil, chegou a 152 milhões de pessoas, o que representa 81% da população no país, entre 2020 e 2021; essas são informações da pesquisa “TIC Domicílios 2020”, elaborada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br -, que é apoiado pela Unesco e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, logo, é uma pesquisa de bastante relevância e de responsabilidade do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br (NIC.BR, 2020).

Com o isolamento social causado pela pandemia da Covid-19 (Corona Virus Disease), o número de pessoas conectadas aumentou não só para troca de ideias entre as pessoas que fazem parte do nosso convívio social, mas também para uso de serviços digitais como transporte por aplicativo e apps de entrega de refeições. A criação do PIX, que é um meio de pagamento instantâneo, idealizado pelo Banco Central, e os pagamentos do auxílio emergencial, que aconteceram de maneira virtual, são fatores que incentivaram a mudança de hábitos.

No entanto, apesar de o Brasil ter mais pessoas conectadas com internet, a desigualdade social e a de acesso impedem que toda a população brasileira possa fazer uso dos serviços digitais, e o maior empecilho é o preço da conexão. O perfil de

usuários (Quadro 1) é ainda das classes mais altas, com maior escolaridade e mais jovens (NIC.br, 2020).

Quadro 4 - Porcentagem dos brasileiros conectados via internet

Gênero	Mulheres	74%
	Homens	73%
Zona	Urbana	77%
	Rural	53%
Raça	Branco	75%
	Pretos	71%
Escolaridade	Ensino superior	97%
	Analfabeto	16%
Salário	Menos de um salário-mínimo	61%
	Três a cinco salários-mínimos	86%

Fonte: A autora.

Nota: Elaborado com base em Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR, 2020).

Com base nesse perfil de usuários, a internet também traz alguns prejuízos justamente para essas pessoas que são alvos de comportamentos agressivos, antiéticos e indesejados que se potencializam pelas mídias digitais, o que denominamos de *cyberbullying*. Segundo Zednik *et al.* (2016), as tecnologias digitais proporcionaram um grau elevado de liberdade, por meio da socialização de ideias, conteúdos e informações, sendo notório que, no mundo virtual, as pessoas ganharam liberdade de expressão e de voz, mas, infelizmente, às vezes, usam essa ferramenta de comunicação de forma maldosa.

Com a utilização crescente dos meios de comunicação pelas crianças e adolescentes, muitos passaram a interagir em ambientes virtuais que podem ser desvirtuados e não estão livres de prática de violência. Sendo assim, os aumentos exponenciais de uso das tecnologias repercutiram em diversos fenômenos sociais, proporcionando o surgimento de aspectos comportamentais negativos na utilização das redes sociais, o que os pesquisadores denominam de *bullying* eletrônico (FORNASIER; SPINATO; RIBEIRO, 2020; BABVEY *et al.*, 2021; NABUCO *et al.*, 2021; CASTRO *et al.*, 2021).

Mesmo antes da pandemia, a relação das crianças e dos adolescentes com a internet sempre foi algo comum para eles interagirem nas redes sociais, fazerem pesquisas para os estudos, assistirem a séries e a documentários. E, com o

distanciamento e o isolamento social, a escola necessitou realizar a transição do ensino presencial para o remoto, que é uma modalidade de ensino em tempo real. O ensino remoto emergencial trouxe, de forma mais intensa, um assunto que acarreta preocupações aos pais e aos professores mesmo antes da pandemia, que é o *cyberbullying*.

4.1 Reflexão sobre a violência, as incivildades e a indisciplina escolar

De acordo com Abramovay (2005), a violência apresenta diferentes dimensões: física; simbólica e institucional; incivildades. Vinha *et al.* (2009) diferenciam violência e incivildade. Violência inclui agressões físicas, enquanto incivildade abarca provocações, insultos, zombarias, apelidos, indelicadezas, dificultando a boa convivência (VINHA *et al.*, 2009).

A incivildade perturba estudantes e professores pela frequência e pela intensidade, e não pela gravidade em si. Alguns adultos julgam esses atos como falta de educação dos alunos ou até brincadeiras infantis. As ações do mestre devem conter tais atitudes a fim de retomar conteúdos programáticos, o que colabora para se manter essas práticas (ABRAMOVAY, 2005).

Segundo Abramovay (2006, p. 80), as incivildades podem promover “desorganização da ordem coletiva e das referências de sentido individuais, destruindo laços sociais, fomentando um sentimento de insegurança, fragilizando instituições, afetando a experiência e a confiança no outro”. Isso acaba dificultando a convivência escolar. A incivildade rompe regras sociais, mas não constitui crime perante a lei.

Vinha *et al.* (2009, p. 29) afirmam que “Os dados de estudos indicam que, em nossa sociedade, a violência tem crescido. [...] A capacidade de negociação dos conflitos é baixa e a violência é frequentemente usada para a solução dos problemas”. Os valores morais são importantes atualmente, já que conflitos são comuns em escolas. Violência, incivildade, *bullying*, além de indisciplina, podem ocasionar cenas constrangedoras e até tragédias. Conforme definem La Taille e Menin (2009, p. 10): “os valores estariam doentes, isto é, sendo desaparecidos, ou em ‘crise’ sendo interpretados de outras formas”.

A Saúde Pública agora enfrenta também a violência, pois esta tem aumentado rapidamente no mundo, especialmente nas escolas. De acordo com a Organização

Mundial da Saúde (OMS), a violência é algo complexo na sociedade, pois depende de fatores culturais e sociais. Sob esse aspecto, as microviolências ou incivildades também envolvem emprego “de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos”, tendo uma tipologia: contra si mesmo, interpessoal ou coletiva. A violência interpessoal não fatal é mais recorrente do que homicídios, gerando sérias consequências sociais e salutareis (OMS, 2015, p. 2). “O conjunto de restrições, que se dá no plano das instituições e que impede que os indivíduos usufruam plenamente de seus direitos fundamentais” corrobora as incivildades e microviolências, as quais são as mais frequentes no cotidiano (ABRAMOVAY, 2005, p. 3). A incivildade não é contra a lei, mas a pessoa que a comete transgredir regras sociais e dificulta a convivência harmoniosa.

No contexto escolar, a incivildade se mostra em comportamentos inapropriados, apelidos, provocações, zombarias, insultos e indelicadezas (ABRAMOVAY, 2005). Um estudante ou um grupo deles, agressivamente, de modo intencional e repetitivo, aparentemente sem motivo, infligem sofrimento ao outro, o que podemos definir como *bullying*.

A incivildade afeta professores e alunos. Muitas vezes, acaba encarada como falta de educação ou comportamento etário, sendo ignorada por docentes, o que reforça a manutenção desses atos. Os estudantes, sem orientação, não compreendem a necessidade de respeito e de cooperação na comunidade escolar, o que dificulta a convivência social no ambiente de aprendizagem (VINHA *et al.*; 2009).

A incivildade e a indisciplina interferem no processo de educação das crianças, no desenvolvimento destas e em suas relações sociais. Para La Taille (2006, p.10), “[...] entendemos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas; a indisciplina poderá traduzir de duas formas: 1) revolta contra essas normas; 2) o desconhecimento delas”; a indisciplina acontece quando há a ruptura de regras pedagógicas, já que muitos estudantes pensam que elas são impostas autoritariamente pelos docentes.

A violência seria, por exemplo, um caso de agressão entre um professor e um aluno em razão de uma ação indisciplinar segundo o docente, como o aluno não ter trazido o material para o trabalho que seria feito na sala. O professor pode colocar o

estudante para fora de sala, mas o aluno pode não aceitar a atitude do professor, iniciando uma discussão que talvez resulte em agressão física.

A incivildade dificulta a boa convivência, podendo ser causada por muitas razões: tédio, aborrecimento, desinteresse, dificuldade em empatia, falta de respeito, necessidade de chamar a atenção, popularidade, dificuldade em acompanhar o conteúdo, falta de motivação, necessidade de diversão, entre outros.

A indisciplina provoca um rompimento do contrato pedagógico, já a incivildade trata dos comportamentos que afetam o cumprimento do contrato social, desafiando regras e o esquema da vida social. A incivildade não constitui uma manifestação de violência, na verdade, é formada por pequenas agressões cotidianas que se repetem frequentemente. A indisciplina escolar se baseia na desobediência de ensinamentos, regras e normas de conduta escolares.

4.2 O *bullying* escolar e o *cyberbullying*

No contexto escolar, um dos conflitos que enfrentamos é a problemática do *bullying*, assim, é necessário colocarmos em prática essas ações de prevenção de violência, incivildades e indisciplina desde a primeira infância para que as crianças e os adolescentes recebam uma formação educacional baseada em valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida que lhes permitam resolver conflitos por meios pacíficos e com espírito de respeito pela dignidade humana e de tolerância e não discriminação.

Definimos *Bullying* como um estrangeirismo da língua inglesa, derivado do verbo “*to bully*”, que significa tyrannizar, ameaçar, amedrontar. Esse termo foi empregado pela primeira vez em 1999, nos Estados Unidos, país no qual dois estudantes que cursavam o 3º ano do ensino médio invadiram a escola onde estudavam e mataram dez colegas. O trágico acontecimento, conhecido como “Massacre de Columbine”, apresentou o *bullying* ao mundo. O caso ocorreu em 20 de abril de 1999, quando os estudantes Eric Harris e Dylan Klebold invadiram a escola *Columbine High School*, em Littleton, no estado do Colorado, nos Estados Unidos. Eles atiraram contra alunos e funcionários, matando 12 colegas de classe e um professor. Logo depois, os atiradores se suicidaram. Vinte e três pessoas ficaram feridas no total. A tragédia foi transmitida ao vivo pela televisão norte-americana, ganhando repercussão mundial, segundo o site de notícias G1.

Figura 1 - Moradores de Littleton se reúnem em memorial para as vítimas do massacre, em 24 de abril de 1999



Fonte: G1 Notícias (2019).

Tognetta, Avilés Martínez e Rosário (2014, p. 290) descrevem que o *bullying* é um fenômeno de violência humana. O que o difere de outros conflitos sociais é o fato de ser uma violência escondida das autoridades e fundada em um ato repetitivo, no qual o autor (ou um grupo de autores) tem a escolha de quem será o alvo que, na visão do autor da prática violenta, “[...] se vê com menos valor e consente com as ações de seus algozes”.

Segundo os pesquisadores, é um problema moral em que o respeito, empatia, gentileza, compaixão e outros exemplos de valores morais recorrentes não estão presentes na vida dos autores que praticam essas ações. Os atos são praticados entre pares, ou seja, aqueles que participam da construção de sua identidade, da maneira como são e como se veem diante daqueles que assistem aos episódios de *bullying*. Essas ações podem se iniciar ou não em um ambiente escolar.

Podem até não ter início na escola, mas, de acordo com Fante (2011), a presença do *bullying* na escola é uma realidade inegável e que acontece na maioria das escolas, independente do ano de escolarização, localização, se pública ou privada. Para a pesquisadora, essas práticas de perseguição podem acarretar prejuízos nos alunos que são alvo de ataques:

O medo constante e repetitivo bloqueia a agressividade e o bom funcionamento mental, prejudicando as funções de raciocínio, abstração, interesse por si mesmo e pelo aprendizado, além de estender-se a outras faculdades mentais ligadas à autopercepção, concentração, autoestima e capacidade de interiorização (FANTE, 2011, p.72).

No entanto, Fante (2011) afirma que o *bullying* não é apenas uma problemática social de quem é alvo das ações e que os autores desses atos cruéis acabam se distanciando dos conteúdos escolares. Como consequência, esses autores estão mais propensos à criminalidade, a condutas desonestas e cada vez mais ausentes de valores morais e éticos.

A temática *cyberbullying* se torna importante, porque, segundo Santos *et al.* (2018), com o aumento da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, pesquisas sobre *cyberbullying* vêm se destacando no meio acadêmico. Esse tipo de violência, geralmente, se inicia como *bullying* no ambiente escolar, por isso necessita-se de medidas de prevenção dentro desse cenário. De maneira acelerada, as práticas de violências se estendem para fora do ambiente escolar por meio das tecnologias de comunicação e de suas implantações na sociedade, das redes sociais e de aparelhos de comunicação digital que estão disponíveis na sociedade. A violência física ou a verbal entre alunos, anteriormente restritas aos núcleos escolares, iniciaram sua manifestação também de forma on-line.

Outro fato a considerarmos é que, mesmo antes da pandemia da Covid-19 (dezembro de 2019), mais precisamente um ano antes, o Brasil já tinha um número expressivo de casos de *cyberbullying*: três, de cada dez pais brasileiros, relataram que os filhos eram alvo dessa problemática, segundo dados do Instituto de Pesquisa – Ipsos (NEWAL, 2018). A Organização das Nações Unidas – ONU -, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF - e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – alertaram, no início da pandemia, para o fato de que o ensino emergencial remoto aumentaria as manifestações de violência e ódio on-line em razão do fechamento das escolas (UNICEF, 2020), já que o novo ambiente virtual substituiria o real, dificultando até o amadurecimento social desses jovens pela diferente forma de interação.

De acordo com Díaz-Aguado (2015), o ato do *bullying* é realizado por seus autores como uma maneira destrutiva de demonstrarem seu poder em relação ao seu alvo. O autor destaca que o alvo não pode se defender e, normalmente, é visto como indefeso no contexto social, ocorrendo o assédio. Na maioria das vezes, a

perseguição acontece em situação de desigualdade, pois os autores com comportamento violento são apoiados por um grupo, e o alvo se encontra sozinho, sendo a parte indefesa.

A pesquisadora classifica o *bullying* em quatro características: tem vários tipos de condutas como provocações, ameaças, intimidações, agressões físicas, isolamento sistemático, ofensas e outros; não se limita a um episódio, pois é uma situação repetida e se estende por um tempo porque as pessoas frequentam o mesmo local, por exemplo, a escola; é estimulado por uma pessoa, geralmente apoiada pelo grupo em que está inserida, tendo como alvo a pessoa que se encontra indefesa; ocorre por conta da passividade das pessoas que convivem com autores e alvos *bullying* e não tomam nenhuma atitude (DÍAZ-AGUADO, 2006).

Rezende e Calhau (2020) corroboram ressaltando que o *bullying* é uma prática de violência que tem diversas causas, mas o foco central é a relação de poder entre as pessoas, as diferenças individuais e étnicas e a formação moral e de carácter do jovem e de sua família. Essa prática no ambiente familiar traz consequências negativas, como as já citadas no âmbito escolar, para a sociedade, para o alvo e para o autor do ato.

Avilés Martinez (2013) conceitua o *cyberbullying* como uma forma de assédio virtual entre pares, que, por meio de um celular ou computador, praticam atos violentos, agressivos nos espaços virtuais, embasados pelo simples prazer de ver o seu alvo em situações de medo e constrangimento. Para o pesquisador, como uma das peculiaridades do ciberespaço este é entendido, muitas vezes, como um ambiente livre e que pode ser visto como não inibidor das atitudes de violência virtual porque, na maioria das vezes, os autores ficam no anonimato.

Sendo assim, a utilização da internet de forma deliberada, repetitiva e hostil tem por finalidade a intenção de prejudicar uma pessoa ou um grupo. Logo, os atos provocados com o *cyberbullying* são bem mais graves que o *bullying*, visto que os compartilhamentos das ofensas ou ameaças podem ser distribuídos, em pouco tempo, para milhares de usuários da internet, conseguindo ultrapassar estados e países em uma velocidade muito rápida, diferente do *bullying*, que se limita à sala de aula, colégio etc.

O que temos entendido sobre o perfil das pessoas alvo de *cyberbullying*, assim como do *bullying*, é que a maioria é discriminada e julgada pela sociedade ao longo do tempo por meio dos preconceitos contra a mulher (machismo), classe baixa

(social), cor da pele (racismo), acima do peso (gordofobia), homossexual (homofobia), pessoa com deficiência (capacitismo) e estrangeiro (xenofobia) (NEWAL, 2018). Na maioria das vezes, o preconceito, disfarçado de brincadeiras e piadas, começa no contexto primário social da criança e do adolescente, ou seja, no convívio familiar.

A pesquisadora Bossa explica que a brincadeira se torna *bullying* quando o ato causa sofrimento ao alvo e prazer para o autor.

Aquele que faz o *bullying* percebeu os aspectos mais vulneráveis da outra pessoa e tripudiar. Tripudiar está sendo usado aqui como sinônimo de humilhar, menosprezar, ou seja, com o objetivo destrutivo, como na estrutura perversa, na qual a dor do outro causa prazer naquele que atua (BOSSA, 2000, p. 1).

Os autores da prática violenta reforçam a hipótese de que esses alvos são sujeitos inferiores e, sem nenhum problema moral, consideram que estão no direito de insultá-los e agredi-los. O reflexo desses autores é fruto de uma sociedade cada vez mais individualizada e competitiva, com ausência de estímulos para a empatia e cooperação. Bossa (2000) explica que o perfil do autor de *bullying* é um comportamento negativo, violento, executado de forma repetitiva e um relacionamento de desequilíbrio de forças físicas e psicológicas entre as partes envolvidas: autor x alvo. Por sua vez, os alvos são, geralmente, aqueles alunos mais novos, com poucos amigos e retraídos.

Como pudemos notar, o *bullying* e o *cyberbullying* são praticados contra grupos específicos e são praticados por pares, ou seja, tanto alvo como autor se conhecem e convivem um com o outro. Não são ataques que se originam de pessoas desconhecidas. Para Silva (2015), essa prática tão nociva para nossa sociedade deve e necessita ser combatida com a participação da família, dos professores e dos estudantes. Nesse processo, é mister se compreender que os estudantes podem produzir materiais e discursos que combatam essa prática abusiva.

Tanto o *bullying* quanto o *cyberbullying* estão cada vez mais presentes na vida dos jovens, podendo levar ao desequilíbrio emocional, atrapalhando o desempenho, levando ao risco de seu futuro profissional. Compreendemos que o *cyberbullying* é mais desumano que o *bullying*, pois traz o anonimato do autor no mundo virtual, agravando o sofrimento do alvo. Também, consequências mais severas, como a

morte ou suicídio, são reflexos dessa nova prática, atacando a honra das pessoas, tornando-se cada vez mais comum os estragos nos alvos do *bullying* virtual.

Uma pesquisa realizada pelo Ipsos, em 2018, revelou que o Brasil está em segundo lugar no *ranking* de países com o maior número de casos de *bullying* na internet, o denominado *cyberbullying*, contra crianças e adolescentes que são considerados “fora dos padrões” estabelecidos pela sociedade. Geralmente, o perfil dos alvos são crianças e adolescentes com idade de 12 a 20 anos, pretos, classes sociais mais baixas, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e mais, que inclui o Arromantismo e o Poliamor) (NEWAL, 2018).

Uma pesquisa da Unicef com 30 países, datada de um ano antes da pandemia e divulgada em setembro de 2019, já retratava o crescimento contínuo de crianças e adolescentes como vítimas de *cyberbullying*, sendo os autores os próprios colegas de sala de aula, que promoviam ofensas de forma presencial e também nas redes sociais. Nessa pesquisa, 170 jovens com idade de 13 a 24 anos responderam à pesquisa da ferramenta *U-Report*. Os jovens brasileiros responderam:

- **37%** afirmaram já terem sido alvo de *cyberbullying*. As redes sociais foram apontadas como o espaço on-line em que mais ocorrem casos de violência entre jovens no país, identificando a rede social Facebook como a principal.
- **36%** informaram já terem faltado à escola após terem sofrido *bullying* on-line de colegas de classe, tornando o Brasil o país com a maior porcentagem nesse quesito na pesquisa.
- **55%** acreditam que quem deve ser o principal responsável por acabar com o *cyberbullying* são os próprios jovens e não o governo e empresas de internet (UNICEF, 2019, p. 3, grifo nosso).

Um dos fatores que causou maior mudança na vida das pessoas foi o isolamento social, que impulsionou o uso excessivo das redes sociais e outras plataformas virtuais, resultando em uma nova forma de dinâmica social e interação entre os indivíduos. Entre os principais efeitos negativos, por conta desse isolamento social e outras restrições impostas, evidenciam-se o preconceito virtual e as alterações psicológicas dos internautas como depressão e ansiedade (CLEMENTINO *et al.*, 2020).

Deslandes e Coutinho (2020) acrescentam que esse protocolo adotado para o enfrentamento da Covid-19 estimulou alguns elementos relacionados à

sociabilidade digital, por exemplo, hiperexposição, espetacularização de si, que criam condições para a excitação da violência digital. Compreendemos, portanto, que, no contexto dessa sociabilidade digital de isolamento social, com o uso intensivo da internet, a vulnerabilidade de crianças e adolescentes às violências autoinflingidas aumentou.

Estudos recentes relatam que o uso intensivo da internet durante o período de pandemia do Covid-19 aumentou, pois as pessoas passaram a utilizar mais o meio virtual, como aplicativos e redes sociais, para se conectarem com familiares, amigos, clientes, professores e colegas (FORNASIER; SPINATO; RIBEIRO, 2020; BABVEY *et al.*, 2021; NABUCO *et al.*, 2021; CASTRO *et al.*, 2021).

Os índices de *cyberbullying* no mundo aumentaram significativamente, em especial na Indonésia, Filipinas, Portugal e Brasil, locais em que esse índice chegou a mais de 30% (trinta por cento) em um curto período de cinco meses (BABVEY *et al.*, 2021). Para Fornasier, Spinato e Ribeiro (2020), essa nova realidade fez com que as pessoas ficassem mais ofensivas, impacientes, propagando, assim, comentários ofensivos, fotos vexatórias e prática de humilhação, tornando o *bullying* ainda mais perverso na modalidade virtual.

Essas práticas causam risco à saúde mental das crianças e dos adolescentes; Nabuco *et al.* (2021) alertam que essas práticas de *cyberbullying* são ações criminosas e causam muitos prejuízos na vida dessas pessoas que são alvo dessas ações que vão desde um quadro médico de depressão até mesmo ao suicídio. Castro *et al.* (2021) corroboram ao dizer que, por meio do *cyberbullying*, crianças e adolescentes têm acesso à pornografia que influencia negativamente os indivíduos mais vulneráveis.

Mesmo antes da pandemia da Covid-19, já tínhamos um número preocupante de casos de violência pela internet e, como uma das consequências, a evasão escolar, item que coloca o Brasil com índices maiores em relação a outros países da pesquisa. A ONU, o UNICEF e a Unesco alertaram que, desde o início da pandemia, aumentariam, de forma acelerada, as manifestações de violência, mensagens de ódio on-line, pois os alunos estariam ainda mais conectados à internet em razão do fechamento das escolas, que trouxe como alternativa o ensino emergencial remoto (UNICEF, 2020).

Em 2019, estávamos prestes a enfrentar um problema de saúde de ordem mundial cujas consequências e o tempo que passaríamos por isso nem

imaginávamos. Precisamente no dia 31 de dezembro de 2019, a OMS foi alertada sobre muitos casos de pneumonia na cidade de Wuhan (China). Tratava-se de um novo tipo de coronavírus que ainda não tinha acometido seres humanos (OPAS, [2021]).

Um mês depois, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou, pela sexta vez na História, estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, que é um protocolo de enfrentamento da influenza pandêmica em portos, aeroportos e fronteiras, por se tratar de um surto do novo coronavírus de extrema gravidade. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 (recebeu o nome de SARS-CoV-2) foi caracterizada, pela OMS, como uma pandemia por se espalhar por diferentes continentes de forma rápida e de pessoa para pessoa (OPAS, [2021]).

Com a propagação em massa, ou seja, com o aumento exponencial do número de casos ao redor do mundo da Covid-19, a OMS sugeriu a necessidade de se cumprir regras rígidas de isolamento social, acompanhadas do fechamento de fronteiras para se conter a expansão da pandemia. Como consequência, milhares de pessoas no mundo se viram obrigadas a interromper bruscamente as interações humanas presenciais. A internet passou a ser a mais utilizada forma de comunicação e interação disponível para a não interrupção completa das interações sociais, tentando simular e restabelecer uma nova forma de normalidade frente à pandemia.

Dessa forma, somos impulsionados a entender e compreender todo esse cenário, criado ou não, que aumentou a intensidade e a quantidade dessas agressões virtuais às crianças e adolescentes e pensar em formas de prevenção nas quais se prevaleça um ambiente democrático e se institua a cultura da paz em todos os ambientes em que pessoas estão inseridas.

Em seguida, na seção 5, estão descritas as medidas preventivas e de conscientização na escola.

SEÇÃO V

5 MEDIDAS PREVENTIVAS E DE CONSCIENTIZAÇÃO NA ESCOLA

Apresentaremos, inicialmente, como uma das ferramentas de enfrentamento do *bullying* e *cyberbullying*, o Direito Educacional, que é um conjunto de normas, princípios, leis, normativas, entre outros (Constituição Federal, ECA, LDB, PPP), que respaldam toda a equipe escolar nas suas relações entre alunos, professores, gestores e outros. É importante destacarmos, também, o papel dos valores morais como medida preventiva e de conscientização na escola. Isso se justifica por ser compreensível que qualquer aluno tenha medo de ser alvo de ataques e tenha a sua reputação social manchada perante o seu grupo social, não só no ambiente presencial da escola bem como nas redes sociais.

A Constituição Federal de 1988 assegura, a todos, o direito à proteção dos direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a liberdade de se expressar sob a condição de não desrespeitar o espaço, a imagem e a opinião do outro, conforme o art. 5 e seguintes incisos:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (BRASIL, 1988, p. 13-15).

Mesmo sem mencionar as palavras *bullying* ou *cyberbullying*, a Carta Constitucional assegura proteção individual para os alvos que se enquadram nessas situações citadas no art. 5 (BRASIL, 1988). Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto o ECA, instituído pela lei n.º 8.069/1990, reforçam a obrigação dos familiares, da sociedade e do Poder Público em garantir que as crianças e adolescentes tenham

Art. 227 – [...] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 132).

Art. 4 – [...] a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 16).

Esses dois artigos, desses documentos legais, orientam que é de absoluta prioridade que todos estejam vigilantes e velem para que esses direitos sejam cumpridos para que esses sujeitos estejam livres de qualquer ato desumano, de violência e de constrangimento. Logo, a prática do *bullying* e a do *cyberbullying* representam uma direta violação ao direito material que esses conteúdos legais visam resguardar, que é justamente que esses sujeitos vivam em sociedade de forma saudável, democrática e sem discriminação.

Para Lippe, Andreassa e Santos (2020), por uma questão de proximidade, a família é crucial nessa constante atenção com fiscalização de celulares e computadores bem como com o diálogo como medidas de enfrentamento do *cyberbullying*, pois é a família que tem o contato direto com as crianças e os adolescentes, que, dependendo do contexto, podem ser o alvo, o autor ou o expectador da agressão. É de suma importância que todos compreendam que a atual realidade tecnológica e a potencialidade das atitudes violentas realizadas em ambientes virtuais podem ser enfrentadas se tivermos esse olhar vigilante.

É importante ressaltarmos que o acesso a informações tidas como confidenciais e protegidas por princípios constitucionais e normais penais garantidas pela Constituição Federal e o ECA é reservado e flexibilizado aos familiares e que, quando essas normas fiscalizam é para garantir a proteção, o cuidado, a educação das crianças e dos adolescentes.

Na maioria das vezes, **os pais não questionam suas próprias condutas, deixando de atribuir a devida importância a suas ações no trato com os filhos.** Com tais posturas, os pais desqualificam totalmente o valor dos limites na educação das crianças. Eles esquecem que um embate crítico, um confronto respeitoso, **um chamado às regras, podem ser os maiores atos de amor oferecidos a um filho.** Quem ama não mata, não bate, não desrespeita, mas certamente educa e luta para melhorar o ser amado (SILVA, 2015, p. 623, grifo nosso).

Para Silva (2015), é na falta de limites e atenção na educação dos filhos que ocorrem os conflitos familiares e, como consequência, esses filhos são aqueles que vão para escola e não sabem respeitar regras de convivência e os limites estabelecidos. A não vigência dos pais é prejudicial, e um dos papéis que cabe a eles

é justamente o de educar os seus filhos, pois a premissa da escola é fazer com que estes se apropriem dos conhecimentos científicos.

A autora ainda pontua que os pais

[...] estão confundindo o ato de educar com o de fazer vontades ou presentear constantemente os filhos com coisas materiais. Educar é confrontar os filhos com as regras e os limites, além de fornecer-lhes condições para que possam aprender a tolerar e enfrentar as frustrações do cotidiano (SILVA, 2015, p. 630).

A família pode flexibilizar regras e princípios para evitar uma situação de agressões cibernéticas e que resultados mais rápidos cheguem ao alvo isolado psicologicamente. No momento em que a família não consegue fazer o controle e isso vira uma problemática social com consequências psíquicas e emocionais, Silva (2015) é categórica ao dizer que, com esse cenário, essa situação se torna um problema de saúde pública e deve entrar na pauta de todos os profissionais que atuam nas áreas médica, educacional e psicológica, de forma mais abrangente.

O ECA, em seu art. 4, inciso II - violência psicológica, menciona uma única vez a palavra *bullying* e ressalta que esse comprometimento psíquico ou emocional pode ocorrer mediante

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) (BRASIL, 1990, p. 208).

O ECA representa a evolução da finalidade constitucional de proteção do desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes e é calcado nos direitos fundamentais próprios da pessoa, de modo a assegurar todas as oportunidades e as facilidades, “[...] a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”, como expressa o art. 3º (BRASIL, 1990, p. 15). O parágrafo único desse artigo destaca que as universalidades da aplicação dos direitos fundamentais devem ser garantidas a todos:

Os direitos enunciados nesta Lei **aplicam-se a todas as crianças e adolescentes**, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as

famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990, p. 15-16, grifo nosso).

Nas Disposições Preliminares, o ECA já destaca, em seu art. 1º, que “[...] esta Lei dispõe sobre **a proteção integral à criança e ao adolescente**”, expondo seu escopo de resguardo da dignidade da criança (BRASIL, 1990, p. 14, grifo nosso). Segundo Santos *et al.* (2018), o dever de assegurar, à criança, ao adolescente e ao jovem, a proteção integral para o seu desenvolvimento, recai sobre todos, sendo que tais obrigações decorrem da necessidade solidariedade e caridade, ética beneficente e ética da justiça.

A LDB, instituída pela lei n.º 9.394/1996, acrescentou, em 2018, dois incisos no art. 12 que determinam que todas as instituições de ensino terão de

IX – promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas;

[...]

X – estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas (BRASIL, 1996, p. 15).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI - ressalta que, na faixa etária de quatro a seis anos, os professores devem ensinar conteúdos sobre a “Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar” porque, desde o nascimento, as crianças já participam de diversas práticas sociais que fazem parte do seu dia a dia. Nesse sentido, quando os professores ministram esse conteúdo, as crianças

[...] adquirem conhecimentos sobre a vida social no seu entorno. A família, os parentes e os amigos, a instituição, a igreja, o posto de saúde, a venda, a rua entre outros, constituem espaços de construção do conhecimento social. Na instituição de educação infantil, a criança encontra possibilidade de ampliar as experiências que traz de casa e de outros lugares, de estabelecer novas formas de relação e de contato com uma grande diversidade de costumes, hábitos e expressões culturais, cruzar histórias individuais e coletivas, compor um repertório de conhecimentos comuns àquele grupo etc. (BRASIL, 1998, p. 181).

Ou seja, o trabalho com esses conteúdos fomenta, nas crianças, conhecimentos a respeito das diversidades de hábitos, de modos de vidas, de costumes etc. presentes no seu contexto familiar assim como nos dos colegas da sala,

dos vizinhos do seu bairro. Outro conteúdo que o documento sinaliza ser importante e de que as crianças se apropriem é sobre “Os seres vivos”, pois a construção desses conhecimentos dá condições para que elas desenvolvam atitudes de respeito e preservação à vida e ao meio ambiente bem como atitudes relacionadas à sua saúde e à do outro.

- Estabelecimento de algumas relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e suas necessidades vitais;
- Conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais por meio da sua criação e cultivo;
- Conhecimento de algumas espécies da fauna e da flora brasileira e mundial;
- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente;
- Valorização da vida nas situações que impliquem cuidados prestados a animais e plantas;
- Percepção dos cuidados com o corpo, à prevenção de acidentes e à saúde de forma geral;
- Valorização de **atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo** (BRASIL, 1998, p. 188-189, grifo nosso).

O RCNEI não emprega o termo *bullying*, mas orienta, didaticamente, o professor a trabalhar com atividades para fazer com que os alunos reflitam, desde pequenos, sobre o respeito ao diferente, sobre como viver em sociedade, sobre cooperação. É nessa fase que as crianças estão em formação pessoal e social, e esse documento contribui para que o professor auxilie no processo de construção de identidade desses sujeitos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNEB - ressaltam que as crianças estão inseridas no mundo dos direitos humanos que são assim definidos:

[...] não apenas o direito fundamental da criança à provisão (**saúde, alimentação, lazer, educação lato senso**) e à proteção (**contra a violência, discriminação, negligência e outros**), como também seus direitos fundamentais de participação na vida social e cultural, **de ser respeitada** e de ter liberdade para expressar-se individualmente (BRASIL, 2013, p. 88, grifo nosso).

Ainda, a DCNEB, no item 5, “Sobre a Educação Escolar Quilombola”, traz o termo *bullying* quando descreve a importância de os currículos contextualizarem a

história da comunidade quilombola que é oriunda dos escravos que resistiram à brutalidade do regime escravocrata. O documento ressalta que

A nucleação pode acarretar desenraizamento dos estudantes em relação ao seu lugar de origem e produzir situações constrangedoras e **bullying nas escolas**. Nesse sentido, afeta as identidades. No contexto da nucleação, muitas instituições nem sequer inserem em **seus currículos a discussão sobre a realidade e a história das comunidades quilombolas, suas identidades culturais e políticas** (BRASIL, 2013, p. 456).

O documento ainda enfatiza que, durante as “[...] audiências públicas, foram inúmeras as denúncias dos quilombolas a respeito de situações que envolvem ofensa moral, agressões verbais e físicas, **bullying em relação às questões étnico-raciais e à diversidade sexual**” (BRASIL, 2013, p. 463, grifo nosso). Ressalta que um dos alvos dessa violência discriminatória tem a ver com a sua cor de pele e com a homofobia.

Como vimos, os documentos descritos até aqui são de grande importância para desenvolver nos alunos os valores morais e éticos que são construídos com base no respeito ao outro. No entanto, por muito tempo, as pessoas alvo de *bullying* e *cyberbullying* não contavam com um documento específico contra os seus autores. Foi somente em 2015 que foi criada a lei federal n.º 13.185, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), conhecida também pelo nome Lei Antibullying, que define que

Todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015, p. 1).

O documento traz oito classificações para o *bullying* (BRASIL, 2015, p. 2, grifo nosso):

- I - verbal:** insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- II - moral:** difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III - sexual:** assediar, induzir e/ou abusar;
- IV - social:** ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica:** perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
- VI - físico:** socar, chutar, bater;
- VII - material:** furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

No art. 4º, obriga as instituições de ensino a adotar medidas de prevenção e combate ao *bullying*, como capacitação de professores e equipes pedagógicas; implementação de campanhas de educação e conscientização; orientação dos professores para que a escola dialogue com os pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores; promoção de cultura de paz e tolerância mútua (BRASIL, 2015, p. 2).

É uma lei de extrema importância não apenas para a escola, mas para toda a sociedade, pois estabelece medidas de enfrentamento dessa problemática social que constrange o alvo de forma física e psicológica. Não só o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, mas os outros documentos citados nesse tópico, buscam, de forma premissa, orientar que o caminho é o respeito ao outro e que a conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência decorrentes do *bullying* necessitam da ajuda coletiva, ou seja, família, escola e Poder Público.

A esses acrescentamos projetos que poderão ser desenvolvidos nas escolas com as práticas morais como as assembleias de classe, a discussão de dilemas, *role-playing* entre outros para a evolução moral e a convivência democrática (PUIG, 2004).

Em seguida, na seção 5, estão descritas as práticas morais na escola como mecanismos de educação moral.

5.1 Práticas morais na escola como mecanismos de educação moral

Para Piaget (2014), ao contrário do que se pensava no período em que ele iniciou seus estudos, as crianças não pensam como os adultos, pois certas habilidades são construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, para o estudioso, os valores morais são construídos pela criança em diversos contextos sociais, no seu dia a dia, principalmente na presença de um adulto que é quem a conduzirá no processo de desenvolvimento da moral.

Ainda, para Piaget, a construção do conhecimento é pautada na qualidade das relações de cooperação e interação social e, por assim ser, favorece o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral, pois, “[...] embora a construção

do conhecimento ocorra na mente da criança, ele ocorre em um contexto social, sempre necessário para que qualquer construção aconteça” (WADSWORTH, 1997, p. 160).

Nesse sentido, compreendemos que o ambiente escolar é um local importante e necessário para o desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes por passarem ali boa parte de seu dia (podemos dizer da vida) na presença de seus colegas e de seus professores. A educação é um processo, ela propicia ao ser humano crescimento integral com tipos variados de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, a fim de ele obter a autonomia moral e intelectual. É necessário pensarmos sobre como essas aprendizagens devem ser inseridas em um contexto escolar. A educação em valores e a contribuição dela para se formar socio emocionalmente um indivíduo constituem elementos essenciais para a construção da autonomia intelectual e de personalidades autônomas (TOGNETTA, 2009, p. 529).

Segundo Oliveira (1994), no processo de desenvolvimento moral é importante que os professores se preocupem com a formação das crianças e dos adolescentes fazendo com que estes sejam capazes de refletir, discutir e solucionar os conflitos sociais e morais, por meio do diálogo, da busca de alternativas viáveis, da exposição de ideias, da coordenação de pontos de vista divergentes e da elaboração e reelaboração dos princípios e normas que regem a vida social.

Compreendendo essa competência da escola e do professor como peças essenciais para o desenvolvimento de princípios morais, enfatizamos que, segundo Oliveira, (1994) “No atual contexto histórico-político-social, é de grande importância que haja uma preocupação central em criar condições, para que os sujeitos, em fase de escolarização, vivenciem o processo de construção dos seus próprios valores”.

Logo, o objetivo da educação moral é o de auxiliar as crianças a construir a sua autonomia. Para Piaget (1996, p. 09), “[...] constituir personalidades autônomas aptas à cooperação; se desejarmos, ao contrário, fazer da criança um ser submisso durante toda a sua existência à coação exterior, qualquer que seja ela, será suficiente todo o contrário do que dissemos”.

Sendo assim, podemos falar sobre as práticas morais que são importantes para a construção de valores e para o desenvolvimento da autonomia moral e prevenção da violência. As práticas morais ajudam significativamente, tendo a possibilidade de serem empregadas em contextos situacionais diversos no âmbito educacional. Elas envolvem práticas procedimentais, as quais englobam reflexividade

ou podem ser deliberativas, além de práticas substantivas, que incluem virtudes e normativas. Alguns exemplos de práticas morais deliberativas são dramatizações, assembleias, discussão de dilemas, *role-playing*, entre outras. As assembleias são caracterizadas como o “momento institucional da palavra do diálogo. Momento em que o grupo se reúne para refletir, tomar consciência de si mesmo e transformar o que seus membros consideram oportuno, de forma a melhorar os trabalhos de convivência” (PUIG, 2000). As dramatizações, ou *role-playing*, constituem um método de dramatização utilizado em educação moral que facilita o desenvolvimento da habilidade de se colocar no lugar do outro. Essa capacidade de a pessoa reconhecer o ponto de vista da outra pessoa é indispensável para atingir um bom comportamento dentro da moral. Já as discussões de dilemas levam o aluno a refletir, argumentar e justificar racionalmente uma alternativa que lhe pareça mais justa diante de situações que não são totalmente claras e nem oferecem uma solução só. Elas colaboram na prevenção da violência, pois racionalizam comportamentos por meio da reflexão de atitudes, vivenciando procedimentos, estabelecendo normas e valorizando virtudes (PUIG, 1998).

Desse modo, compreendemos que a construção e o desenvolvimento da moral nas instituições sociais e educacionais se apresentam como fundamentais e necessários nesse processo, possibilitando a convivência e o exercício de regras fundamentais à formação do sujeito. Nesse sentido, a plataforma on-line “Somos Contra o *Bullying*”, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral – GEPEM -, se dedica “[...] a pensar as questões de convivência na escola a partir de um dos fenômenos mais complexos e escondidos presentes nas relações entre pares nesta instituição: o *bullying*”. O GEPEM é formado por pesquisadores da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Unesp de Araraquara/SP - em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (SCB, [2021]).

Há mobilização dos professores para que a escola, que é o ambiente mais propício para o desenvolvimento da moral, visto que “[...] é a única instituição que ainda tem legitimidade social para tanto, a única que, no fundo, diz respeito a todo mundo, visto que, em algum momento da vida, todo mundo é aluno ou professor, pai ou irmão de aluno” (LA TAILLE, 2006, p. 107).

A SaferNet é outro exemplo de plataforma on-line que oferece formas de se denunciar crimes cibernéticos e muitas formas de prevenção e conscientização para

uso seguro, responsável e consciente da internet. A plataforma em parcerias com escolas oferece, de forma gratuita, cursos de formação a distância para profissionais da educação, embasados na BNCC e LDB. Entre as formações, podemos citar o curso "Educando para boas escolhas on-line", que foi idealizado pela SaferNet Brasil, com o apoio do Google, para facilitar e ampliar a incorporação da temática de aprendizagens socioemocionais nas salas de aula e nos projetos pedagógicos (SAFERNET, [2021]).

Existem diferentes maneiras de se criar consciência nos indivíduos, além da implantação de leis específicas, segundo demonstram alguns grupos de pesquisa: a Convivere Mais e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral – GEPEM, por exemplo. Pesquisadores de renome e de várias regiões do Brasil e de outras nações integram esses grupos com o objetivo de pensar como otimizar a boa convivência no ambiente educacional com base na cultura da paz, além do emprego da educação moral e a abordagem das relações socioemocionais a fim de combater o *(cyber)bullying*, um obstáculo comum nas relações entre conviventes (SCB, [2021]; CONVIVERE MAIS, [2021]).

A escola constitui o local onde o *bullying* é frequente e é nesse local que ele deve ser combatido por meio do diálogo, da conscientização e da prevenção. Nesse sentido, a violência escolar não existe por si só, nem se dissemina por si mesma. O que existe são autores ou um grupo que organizam ações de maneira violenta. E essas pessoas, assim como os seus atos, devem ser foco de ações de transformações.

O desenvolvimento de um ambiente escolar saudável e democrático deve ser construído, vivenciado e refletido. É necessário preparar e convidar os alunos a participar de atividades que lhes mostrem os valores, o respeito, a empatia para que, assim, consigam ultrapassar os muros da escola e sejam gerações futuras moldadas em valores morais, no bem coletivo.

Percebemos que o intuito desta pesquisa é preparar, orientar os alunos com medidas de prevenção, conscientização no ambiente escolar, fortalecendo nos alunos referências positivas e não violentas, estimulando-os a compreender as diversidades, a resolução de conflitos de forma pacífica e reflexiva, pautados nos embasados teóricos da Cultura da Paz, Educação Moral e nas Competências Socioemocionais.

Em seguida, na próxima seção, será abordada a cultura da paz.

5.2 Cultura da paz

A CUFA (Central Única das Favelas) foi fundada em 1999, sendo reconhecida nacional e internacionalmente como uma organização social do Brasil, tanto nos âmbitos esportivo e cultural como político e social. Ela se iniciou com a união entre jovens de diversas favelas, negros em sua maioria, que não tinham muitos espaços para se expressarem. O rapper MV Bill é um de seus fundadores, já tendo recebido vários prêmios pela sua participação no movimento hip hop. A ONU (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) deu um prêmio a ele por ser uma das dez pessoas mais militantes no mundo. A CUFA também tem Nega Gizza, referência feminina no rap, empenhada em causas sociais. O produtor Celso Athayde é o coordenador geral.

A CUFA realiza atividades em esportes, cultura, educação, lazer e cidadania, incluindo audiovisual, basquete de rua, grafite, DJ, break, rap, literatura e outros. Ela distribui, veicula, promove e produz a cultura hip hop por meio de programas de rádio, shows, publicações, discos, exposições, debates, seminários, vídeos, concursos, festivais de música, cinema, oficinas de arte e diversos outros meios. As formas de expressão da CUFA são ferramentas para a integração e a inclusão social (CUFA, 2020).

A ONU, na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, definiu, no art. 1º, que Cultura de Paz “[...] é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida” (ONU, 1999, p. 2). Esses princípios são baseados no respeito à vida que rejeitam qualquer tipo de violência e que o diálogo seja a forma de se solucionar conflitos.

Em 2000, ano internacional para Cultura da Paz, a UNESCO, em conjunto com os laureados no prêmio Nobel da Paz, criou o “Manifesto por uma Cultura de Paz e Não Violência”, no qual foram reunidas as assinaturas de mais de 100 milhões de pessoas no mundo. Esse manifesto pontuou seis atitudes que as pessoas deveriam adotar (Quadro 6):

Quadro 5 – Seis medidas do manifesto

1	Respeitar a vida	Respeitar a vida e a dignidade de qualquer pessoa sem discriminar ou prejudicar.
2	Rejeitar a violência	Praticar a não violência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas: física, social, psicológica, econômica, particularmente diante das pessoas mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes.
3	Ser generoso(a)	Compartilhar tempo e recursos materiais cultivando a generosidade para acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica.
4	Ouvir para compreender	Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo nem à maledicência e ao rechaço ao próximo.
5	Preservar o planeta	Promover o consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenham em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.
6	Redescobrir a solidariedade	Contribuir para o desenvolvimento da comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, para criar novas formas de solidariedade.

Fonte: A autora.

Nota: Elaborado com base na UNESCO (2000).

As seis atitudes do manifesto ressaltam a importância e a responsabilidade de cada um de colocar em prática os valores, as atitudes e as formas de conduta que inspirem uma cultura de paz (UNESCO, 2000). E essas ações podem começar na escola e ser aplicadas dentro do contexto familiar, com os amigos do bairro, enfim, em qualquer contexto social, no qual possamos promover a não violência por meio do diálogo, da tolerância, da reconciliação e da solidariedade nas nossas atitudes do cotidiano.

Nesse sentido, segundo Rayo (2002), a Cultura de Paz é uma forma de cooperação e compete às escolas a exigência de uma verdadeira tomada de consciência sobre seu papel educativo e como meio para trocas e desenvolvimento sociais. Para o pesquisador, por meio do diálogo há tolerância e respeito às diferenças como pontos importantes para o convívio em sociedade de forma saudável, democrática e inclusiva.

Pensando em alternativas para *bullying*, acreditamos na importância do diálogo; o psicólogo norte-americano Rosemberg (2021) retrata que, em todas as etapas e pessoas de nossas vidas, devemos prezar pela Comunicação não Violenta (CNV), que é uma forma de utilização da Cultura da Paz. Para o psicólogo, há quatro componentes para realização da CNV:

1. observação: serve para definir o que aconteceu de fato em uma situação, é a descrição factual do que ocorreu, como o relato de uma testemunha da situação;

2. sentimento: é o mensageiro de necessidades atendidas ou não, com termos que relatam uma experiência mostrando a vulnerabilidade da pessoa, aproximando-a de seus semelhantes;

3. necessidades: motivações que levam os indivíduos a fazer, a falar e a escolher. Toda ação traz uma necessidade humana universal, que é a causa do que se sente. Ter consciência do que se necessita facilita achar alternativas a fim de resolver conflitos;

4. pedido: expressão da maneira como as necessidades devem ser atendidas, permitindo ao outro ajudar com o que é importante para alguém, colaborando com as vidas de outros indivíduos, mas sem abrir mão das próprias necessidades. Com pedidos claros e específicos, outras pessoas entendem o que importa para o indivíduo, sabendo como contribuir para a vida dele. Caso não haja a possibilidade de escutar **não** a um pedido, é uma exigência, não um pedido.

Utilizar os princípios da CNV no contexto escolar ajudará a evitar conflitos ou mal-entendidos que às vezes, pelo simples tom de voz, podem gerar um conflito, uma confusão. No momento de falar algum assunto desagradável com algum colega, por exemplo, usando a CNV, você fala de forma mais calma, consegue expor aquilo que incomoda, você consegue ter uma conversa de valor (ROSEMBERG, 2021).

O diálogo sem violência capacitará os alunos a se envolver em uma conversa saudável, de modo que poderão criar suas próprias soluções, de forma empática e passiva. Com base nas ideias de Rosemberg (2021), podemos pensar que, quando a Cultura de Paz na escola é estruturada em termos de justiça e cuidado, logo adquire um tom de moral, de valores e passa a ser vista como um objetivo bom e desejado e, acima de tudo, como a coisa certa e desejável de ser feita na educação das crianças e dos adolescentes.

Estabelecer uma cultura de paz e desenvolvimento sustentável está no centro do debate da UNESCO. Treinamento e pesquisa em desenvolvimento sustentável estão entre as prioridades, assim como educação em direitos humanos, habilidades para relações pacíficas, boa governança, lembrança do holocausto, prevenção de conflitos e construção da paz. A UNESCO, desde 1945, promove o direito à educação de qualidade e ao avanço da ciência e suas aplicações para desenvolver o conhecimento e a capacidade de progresso econômico e social, base da paz e do desenvolvimento sustentável.

Vários projetos internacionais estabelecidos da UNESCO (2012) visam promover a solidariedade e a paz por meio da cooperação científica, como o projeto “Ensinar Respeito para Todos”. A UNESCO concentrou seu trabalho na ciência em questões de interesse global que exigem colaboração multinacional, como nas áreas de gestão de recursos de água doce, saúde dos oceanos, mudança climática, energia renovável, redução de desastres naturais, biodiversidade e capacitação em ciência, tecnologia e inovação.

O conhecimento dos direitos e liberdades é considerado uma ferramenta fundamental para se garantir o respeito pelos direitos de todos. O trabalho da UNESCO na educação em direitos humanos é orientado pelo Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. A UNESCO (2012) está preocupada com o aumento do racismo, da xenofobia e da intolerância e considera que a educação é essencial para fortalecer os alicerces da tolerância, reduzindo a discriminação e a violência. Lançado em 18 de janeiro de 2012, o projeto “Ensinar Respeito para Todos” tem como objetivo elaborar uma estrutura curricular para combater o racismo e promover a tolerância, permitindo que os países possam se adaptar aos seus respectivos contextos e necessidades.

A “Sou da Paz” se iniciou como uma campanha visando ao desarmamento, em 1997, organizada por estudantes a fim de se destacar o tema, até então ignorado nas políticas de segurança pública. Em 1996, a ONU apontou, em uma pesquisa, que o Brasil era o país em que mais se matava por armas de fogo no mundo e que o fator de risco que aumentava as mortes no país era o alto volume de armas em circulação, além da cultura de se valorizar as armas de fogo.

Apoiada por organizações da sociedade civil (OAB, ILANUD, Comissão de Justiça e Paz, entre outros) e personalidades jornalísticas, publicitárias, artísticas e esportivas, a campanha “Sou da Paz” se dividiu em duas frentes: conscientizar a população com uma de mídia de alcance em todo o país, além de debates e palestras; e, simultaneamente, realizar a campanha de desarmamento voluntário, que seria a primeira da história do país.

Mais de 3.500 armas, só na cidade de São Paulo, foram entregues voluntariamente em poucos meses, as quais foram destruídas publicamente. Em razão da importância que a campanha obteve, o Congresso propôs medidas de restrição às armas. Em 1999, o Instituto Sou da Paz foi criado, fruto da ampliação da campanha para pôr em prática uma renovada visão da segurança pública. Os projetos

iniciais eram para lugares e pessoas mais atingidos pelos homicídios: moradores jovens do Jardim Ângela, do Jardim São Luís e do Capão Redondo.

Valorizar a convivência, participar e formar empreendedores mudou as histórias de vida de vários grupos. Aos poucos, o “Sou da Paz” ampliou seu alcance de temas: projetos para otimizar a atuação policial, assessoria para Prefeituras diagnosticarem e prevenirem violência; além de ajudar a aprovar e implementar o Estatuto do Desarmamento; internacionalmente, mobilizou-se pela aprovação de um tratado internacional de controle de armas.

A UNESCO reconhece que ensinar as lições do holocausto é fundamental para estabelecer o respeito pelos direitos humanos, liberdades básicas e valores de tolerância e respeito mútuo. Os Estados Membros da ONU são incentivados a desenvolver programas educacionais para transmitir a memória do holocausto às gerações futuras, de modo a evitar que o genocídio ocorra novamente. A UNESCO promove esses materiais de aprendizagem e fornece uma plataforma para instituições, professores, alunos e partes interessadas acessarem recursos sobre educação em geral.

A seguir, na seção 6, está descrita a metodologia.

SEÇÃO VI

6 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos o delineamento da pesquisa, os participantes, o local de realização e os procedimentos de coleta e da análise dos resultados obtidos nas entrevistas.

6.1 Delineamento da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória (parecer 5.247.861 de 17/02/2022, CAAE 55289522.4.0000.5515), que faz a análise das interpretações das realidades sociais dos participantes, que são oito professores e um gestor do EFII, de uma instituição privada paulista. A metodologia envolveu a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Planos de Ensino (PE); entrevista semiestruturada; e análise textual discursiva para a interpretação dos dados, separadas por categorias e subcategorias de análise. Isso foi realizado por meio da análise das respostas da entrevista. Para Gamboa (2003, p. 394), a abordagem qualitativa “[...] prima pela compreensão dos fenômenos nas suas especificidades históricas e pela interpretação intersubjetiva dos eventos e acontecimentos”.

É uma pesquisa exploratória que tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto em que ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é mais bem compreendido no contexto social onde ocorre (GIL, 2019).

6.2 Objetivos

Quadro 6 - Objetivos e procedimentos metodológicos

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do ensino fundamental II em relação à construção de valores sociomorais e à prevenção do <i>cyberbullying</i>. 	<p>Pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória (parecer 5.247.861 de 17/02/2022, CAAE 55289522.4.0000.5515), que faz a análise das interpretações das realidades sociais dos participantes, que são oito professores e um gestor do EFII, de uma instituição privada paulista. A metodologia envolveu a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Planos de Ensino (PE); entrevista semiestruturada; e análise textual discursiva para a interpretação dos dados, separadas por categorias e subcategorias de análise. Isso foi realizado por meio da análise das respostas da entrevista.</p>
Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a inserção da construção de valores éticos e morais e de planos de convivência ética para a prevenção da violência ((ciber)bullying) nos documentos institucionais: Projeto Político-Pedagógico e Plano de Ensino do ensino fundamental II da instituição pesquisada. • Verificar a concepção da diretora e dos professores a respeito do desenvolvimento moral, valores, autonomia intelectual e moral e de planos de prevenção da violência ((<i>cyber</i>)bullying); • Analisar a experiência do professor do ensino fundamental II por meio da prática declarada em relação à construção de valores sociomorais e a prevenção do <i>cyberbullying</i>; 	<p>Foram analisados os seguintes documentos institucionais por meio de informações escritas/verbais via <i>whatsapp</i> da diretora: Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Ensino do ensino fundamental II da instituição pesquisada.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foram efetuadas entrevistas com 9 profissionais do ensino fundamental II, que atuam com alunos do 6° ao 9° anos que correspondem às idades entre 10 e 14 anos, de uma escola particular do oeste paulista. • Houve a transcrição das entrevistas para melhores reflexões acerca das respostas; após, estas foram submetidas, revisadas e assinadas pelos participantes para sua anuência, de acordo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). • Por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), foram analisadas as respostas dos entrevistados, sendo categorizadas e posteriormente defrontadas com a literatura.

Fonte: A autora.

6.3 Participantes da pesquisa e local de realização

A pesquisa foi realizada com nove profissionais do ensino fundamental II, incluindo coordenador (Part. C) e professores (Part. A, B, D,E,F,G,H,I), que atuam com alunos do 6° ao 9° anos que correspondem às idades entre dez e 14 anos, de uma escola particular do oeste paulista. A escolha pela instituição particular se deu

por conta dos poucos trabalhos realizados na rede privada e pelo meu histórico com a escola em um trabalho preventivo, a qual sempre me requisitava para palestras sobre o assunto, mesmo com a instituição não registrando casos de *bullying*. Há um número maior na rede pública com base nos trabalhos encontrados nas plataformas Biblioteca de Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD - e *Scientific Eletronic Library Online* – SciELO.

A seguir, o Quadro 8 mostra os participantes da pesquisa.

Quadro 7 - Identificação dos participantes

	PART.A	PART.B	PART.C	PART.D	PART.E	PART.F	PART.G	PART.H	PART.I
Idade	29	30	47	27	34	27	40	55	39
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
Formação acadêmica	Matemática e Engenharia Civil	Geografia e História	Biologia, Pedagogia, Ensino Religioso		Química	Biologia	Matemática	Letras	História
Atuação profissional	Professor	Professor	Coordenadora Pedagógica	Professor	Professor	Professora	Professora	Professora	Professor
Especialização	Ensino da Matemática, Neuroaprendizagem e Práticas Pedagógicas	Não	Matemática, Psicopedagogia	Ciência Política	Não	Não	Não	Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia	Sociedade e Cultura
Qualificação (Mestrado/ Doutorado)/ Área	Não	Não	Não	Não	Mestrado e Doutorado em Química Analítica e Radioatividade de Natural	Não	Mestrado em Matemática	Não	Não
Há quanto tempo trabalha na escola	4 anos	3 anos	1 ano	3 anos	3 anos	1 ano	3 anos	2 anos	3 anos
Carga horária semanal/escola	33 aulas	6 horas	6 horas	19 horas	10 aulas	27 aulas	20 horas	30 aulas	25 aulas
Momento de formação na escola	Formações indicadas pelo colégio e HTPC mensalmente	Todas as que são oferecidas	Formações realizadas e HTPC mensal	HTPC	HTPC	Grupos de estudos	Todos possíveis e propostos	ATPC	Todas para os docentes
Exerce docência em outra escola	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Trabalha em escola pública	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Exerce outra atividade	Não	Não	Palestras de formação	Sim	Sim	Não	Não	Não	Ilustrações

Fonte: O autor.

Observando o perfil dos entrevistados sobre a formação acadêmica, vemos que há maior predomínio de docentes com licenciatura, oito no total, um é bacharel e dois possuem ambas as formações. Em relação ao *Lato Sensu*, cinco docentes possuem a titulação, sendo três voltados à área pedagógica; um docente possui

doutorado em área técnica; dois possuem ou cursam o mestrado, sendo um em Educação e outro em áreas técnicas.

Portanto, podemos observar que há pouca preocupação com a formação acadêmica, apenas alguns docentes buscam titulações além da graduação. Sobre o percurso de atuação profissional, a minoria dos docentes é concursada e efetiva, e quatro deles também atuam em outra instituição escolar. Os docentes atuam há bem menos de cinco anos na escola no geral, somente um há quatro anos.

Dessa maneira, notamos a atuação em sala de aula pelos docentes entrevistados com cargas horárias variadas, inclusive docentes que trabalham em outras unidades escolares, tendo contato com outras realidades. Portanto, os entrevistados desta pesquisa relatam experiência na atuação diária docente, com formação acadêmica compatível com sua atividade profissional no geral.

A escola, na qual foi desenvolvida a pesquisa, trabalha com material próprio e tem seu próprio regimento, é privada e tem um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural, com a função e a responsabilidade de garantir a todas as crianças o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. A instituição acredita que uma escola que tenha uma gestão democrática promove uma educação de qualidade, além de ser um espaço privilegiado de início ao mundo letrado, garantindo a igualdade no acesso ao conhecimento para as crianças de diferentes meios socioculturais, sendo capaz de promover experiências significativas com as linguagens oral, escrita e visual, artística, musical e outras, além de prevenir eventuais casos de *(cyber)bullying*.

Segundo informações verbais obtidas da instituição pesquisada, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento de trabalho que direciona as ações de um grupo, para que se atinjam os objetivos nele proposto. Ele é articulado e fundamentado nos paradigmas propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e adequados à realidade da instituição escolar segundo a BNCC. A construção do PPP propõe à instituição uma identidade, e a execução e o sucesso dependem de todos os envolvidos no processo, por isso é fundamental a participação de toda a equipe escolar. Em suma, as responsabilidades são pessoais e coletivas.

O PPP deve possibilitar, à equipe da escola, uma tomada de decisão consciente dos problemas e das intervenções para soluções, estabelecendo as responsabilidades e comprometimento de todos. O PPP define a intencionalidade e as estratégias da escola e é um instrumento eficiente que direciona as ações por meio

do planejamento de metas e objetivos a ser atingidos, pois permite o envolvimento de toda a equipe para construir e executar o plano, pensado na flexibilidade e na avaliação contínuas para ajustes, quando necessário.

6.4 Procedimentos de coleta e análise dos dados

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - da Unoeste, no qual a gestão escolar e os professores participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE -, e a participação foi totalmente voluntária, podendo o professor participante se recusar ou até mesmo desistir de responder à entrevista.

As informações coletadas tiveram utilidade somente para os fins desta pesquisa e foram tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade dos participantes. Após cinco anos da publicação da dissertação, todo o material coletado, por meio de registro escrito ou de filmagens, será descartado.

Foi utilizada uma entrevista semiestruturada para a coleta de dados, de forma remota, em razão da pandemia do Covid-19, e transcritas a seguir. As respostas das entrevistas forneceram informações para a análise qualitativa. Na entrevista, abordamos as seguintes temáticas: concepção de desenvolvimento moral, autonomia intelectual e moral, valores sociomoraes, aprendizagem socioemocional, violência/(cyber)*bullying*, práticas morais/cultura da paz.

Para a obtenção de dados, analisamos as documentações institucionais como Projeto Político-Pedagógico e Plano de Ensino do Ensino Fundamental II da instituição pesquisada.

Segundo Cellard (2012, p. 295), o documento escrito é uma fonte importante e relevante para qualquer pesquisador, pois é “[...] insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante [...]. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”.

Para a coleta com os participantes, foi utilizada a entrevista, que consiste em uma técnica de coleta de dados, que se destina aos sujeitos da pesquisa e tem por finalidade obter respostas válidas e informações pertinentes aos objetivos desta

pesquisa (SEVERINO, 2007).

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.179),

A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades [...].
A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.

Para esta pesquisa, fizemos um roteiro inicial previamente estabelecido com questões aos participantes da pesquisa. Esse roteiro foi submetido ao processo de validação de conteúdo, por meio da análise por juízes.

Nesse roteiro de entrevista, analisamos quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como buscamos entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do ensino fundamental II em relação à construção de valores sociomorais e à prevenção do *cyberbullying*.

Como os dados a ser coletados consistem em argumentações elaboradas pelos sujeitos, recorreremos à Análise Textual Discursiva – ATD -, que se refere a uma metodologia para analisar informações de cunho qualitativo, visando à produção de novas compreensões a partir dos discursos analisados, abrangendo “[...] extremos da análise de conteúdo e a análise de discurso, representando, diferentemente destas, um movimento interpretativo de caráter hermenêutico” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 13).

Nesse sentido, a ATD é utilizada para a realização de análises a partir de entrevistas e observações, sendo uma metodologia que descreve e interpreta sentidos e significados a partir de um *corpus*. Moraes (2003, p. 192) a descreve como

[...] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Esse processo em seu todo pode ser comparado com uma tempestade de luz.

Ainda, Moraes (2003, p. 191) se refere à ATD como um processo realizado por meio de um ciclo de análise constituído de três elementos: unitarização, categorização e comunicação. Esse ciclo apresenta um movimento que possibilita a

emergência de novas compreensões com base na auto-organização, bem como a explicação a respeito da busca ou finalidade desse tipo de análise.

Para o primeiro elemento da análise, unitarização, utilizamos as entrevistas e os documentos obtidos da escola pesquisada.

O elemento de categorização foi definido depois das transcrições das entrevistas e documentos, com o começo do processo de construção das categorias de análise. As unidades de significado e sentido foram elaboradas pelo método intuitivo, por meio de um processo de imersão em dados e informações dos materiais separados, lidos e compreendidos.

A opção de métodos de categorização utiliza um conjunto de pressupostos teóricos e paradigmáticos, com indução, intuição e abdução, além da subjetividade, mas com foco na qualidade e na ideia de construção. A comunicação é um elemento de análise textual, que visa interpretar e compreender os dados pela análise da unitarização e da categorização.

Portanto, a ATD (Análise Textual Discursiva) é o processo que utiliza os três elementos, organizando os resultados em categorias e subcategorias (Quadro 9, seção 7, subitem 7.1).

Enfim, todo o material coletado, as informações obtidas por meio da entrevista semiestruturada, foi organizado a fim de apresentarmos uma proposta de trabalho com práticas morais para o desenvolvimento da autonomia moral e a promoção de uma cultura da paz dos alunos inseridos na instituição pesquisada.

Em seguida, na seção 7, são apresentados os resultados e a discussão da pesquisa.

SEÇÃO VII

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, será apresentada a discussão das entrevistas aplicadas aos participantes da pesquisa, divididos por categorias e subcategorias.

7.1 Categorias e subcategorias

Quadro 8 – Categorias e subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
I-Gestão, Projeto Político Pedagógico e as relações interpessoais na escola.	1- O papel da gestão e a construção do Projeto Político Pedagógico. 2- As relações interpessoais e regras de convivência na escola.
II- Desenvolvimento moral, autonomia, valores morais e competências socioemocionais.	3- Valores morais, autonomia moral e as contribuições para o desenvolvimento dos alunos. 4- BNCC e as competências socioemocionais.
III- Indisciplina, incivildades, <i>(cyber)bullying</i> e Projetos de prevenção.	5- Indisciplina, incivildades, <i>(cyber)bullying</i> . 6- Projetos de prevenção.

Fonte: A autora.

Na **Categoria I** (gestão, Projeto Político Pedagógico e relações interpessoais na escola), buscamos analisar as questões respondidas pelos participantes da pesquisa sobre sua percepção no que concerne à equipe gestora da escola em que atuam, às relações interpessoais que se fazem presentes em seu trabalho e à forma como ocorrem o desenvolvimento e a construção do PPP da escola. Para melhor compreensão e discussão, os resultados das entrevistas foram divididos em subcategorias, como será apresentado a seguir.

Em relação à **Subcategoria 1**, foram analisados o papel da gestão e a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições em que se exercem o trabalho e a perspectiva teórica utilizada pela instituição.

A gestão escolar é a equipe responsável pelo planejamento, pela organização, pela orientação, pela coordenação, pelo monitoramento e pela avaliação dos processos que se constituem nas instituições educacionais, garantindo a formação dos alunos e a promoção da aprendizagem (LÜCK, 2009, p. 23). O participante A vê a gestão como algo bom:

A percepção é positiva, ambas buscam um "alinhamento" entre comunicação de ensino a aprendizagem dos alunos e também o trabalho que o professor está favorecendo que esse ensino realmente aconteça de forma de qualidade, atenciosa buscando atender as necessidades de todo mundo (PART.A).

Já o participante B responde:

Percepção? Ah, eu vejo. eu acho muito bacana assim a parceria que a gente tem, né, eu acho isso fundamental pra um bom desenvolvimento, pro bom funcionamento de tudo aqui. E, ah, eu acho que é isso, acho que parceria sempre, ser transparente também, em tudo, eu acho, isso é bem bacana. Acho que não tem nenhum problema, assim, eu nunca tive nenhum problema, então, a minha percepção é essa. Pessoalmente atencioso, sempre correndo atrás do melhor, buscando novas estratégias, ah acredito que é isso. Não sei se respondi bem (PART.B).

Perguntados sobre o papel da gestão e a construção do PPP, os entrevistados responderam sobre pedagogia afetiva², pragmatismo, adaptação do docente ao público e aspectos práticos do PPP.

O participante D responde com mais segurança, demonstrando mais certeza:

Ok, é uma gestão e uma coordenação bastante ativa, preocupada não só com seus alunos, mas também com o quadro de docentes, acredito que a gente tem todo o respaldo necessário dentro dos profissionais que estão dentro da gestão e coordenação (PART.D).

A maioria dos entrevistados elogia a organização e a dinâmica da escola, mas destaca que o pouco tempo de trabalho na unidade não permitiu uma perspectiva sobre a participação e o estudo mais eficiente da instituição para alguns. Os contratados há mais tempo relatam mudanças positivas nos últimos anos, enquanto os recém-contratados veem com bons olhos as perspectivas da instituição abordadas no documento, como podemos perceber na fala da participante I:

² A pedagogia afetiva foi citada pelos professores e subentende-se que há uma relação entre docentes e alunos.

Eu vejo que ela {gestão} é proativa, eu entendo que eles fazem tudo para que a escola funcione, obviamente estamos falando de pessoas, então as pessoas têm os seus conflitos, as suas necessidades, as suas debilidades. Mas na minha visão, é uma gestão humana, uma gestão conciliadora, uma gestão agregadora, não há punição, não há essa impressão além da desejada, que é a profissional. É um ambiente prazeroso. Eu me sinto bem durante o meu horário de trabalho. Vejo também que eu sou bem-quisto, vejo que eles vislumbram algo positivo, há um desejo de melhora em todos os aspectos, pois é positivo, então, analisando, eu vejo que é uma direção de uma combinação proativa, dinâmica, sensata, claro, sempre tem alguma coisa ou outra que precisa melhorar, mas também se estende a mim. Que eu sou peça dessa engrenagem, mas de mim, nas linhas gerais, essa é minha visão (PART.I).

O participante A ressalta a questão da perspectiva do PPP: “Nós temos essa relação dessa estrutura dentro da linha no trabalho com a escola, a pedagogia afetiva”. A pedagogia é a base da educação, pois é uma ciência que tem como objeto de estudo todo o processo de ensino, estando em constante evolução, a fim de conduzir os estudantes na jornada da educação, focando no aspecto cognitivo. A afetividade constitui uma necessidade do ser humano com a finalidade de proporcionar a vida em grupo. A ação de cuidar e de receber cuidado é fundamental, devendo haver equilíbrio entre as medidas para se desenvolver a pedagogia afetiva. Valores e princípios são elementos de suma importância para a pedagogia afetiva. Essas características direcionam as habilidades desenvolvidas na instituição de ensino para formar a criança, destacando-se o conhecimento, a autonomia, a solidariedade, o respeito, a criticidade, a criatividade, os direitos e os deveres, além da cidadania, entre outros (VASCONCELOS, 2004).

Os participantes B e D concordam com a abordagem do participante A sobre a pedagogia afetiva: “Puxando pela pedagogia afetiva, a gente trabalha muito com isso, a gente preza muito por isso, conquistar né, estar sempre ao lado, ser parceiro também dos nossos estudantes (PART.B)”. D afirma: “Que os alunos assim como todos, que o foco é que eles se sintam amados, queridos, valorizados como pessoa”.

A participante C discorre sobre a prática do PPP: “não é aquele Projeto Político Pedagógico de gaveta que a direção faz, coloca ali bonito, se alguém pedir, tá maravilhoso, mas que não é praticado”, algo que o participante E complementa, ao abordar o racionalismo como inatista, o qual sustenta que o conhecimento começa com impressões inatas dos seres humanos, que possuem capacidade racional desde o nascimento.

Piaget procurou ressaltar que o desenvolvimento decorre do processo de interação entre dois grupos de fatores: as ações externas e o processo de pensamento envolvendo uma organização lógica. Na perspectiva cognitivo-evolutiva e interacionista de Piaget (1896 – 1980), a teoria psicogenética se explicita a partir da interação do sujeito com o meio; isso só acontece quando existe uma estrutura de relações que dão significados ao conhecimento, resultando no crescimento cognitivo (SPRINTHALL; SPRINTHALL, 1993).

...alinhamento entre o processo racionalista e empirista é muito importante para nós. Mas assim, a questão da efetividade de valores, princípios, sempre determinado para a gente poder exercer na sala de aula de acordo com a realidade do aluno, dentro de uma perspectiva pedagógica (PART.E).

A participante C foca no pragmatismo, que é a ideia apresentada pelo participante E: “como eu já tive várias coordenadoras também sendo professora, tanto do infantil quanto da área de biologia, a gente pega um pouquinho do que é bom de cada uma para a gente poder colocar em prática”. Dentro do pragmatismo, que é a aplicação prática, os participantes F e G abordam a questão de se adaptar aos conteúdos e às necessidades de cada turma, levando-se em conta o ritmo dos alunos.

Para Veiga (2008), o PPP é um ato intencional, com definição coletiva:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população [...] (VEIGA, 2008, p.13).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o instrumento que direciona as ações de um grupo, a fim que se alcancem objetivos, articulados e fundamentados nos paradigmas das Diretrizes Curriculares Nacionais na realidade escolar conforme a BNCC. O PPP dá, à instituição, uma identidade, sendo que a execução e sucesso dele dependem dos envolvidos no processo, com a participação da equipe escolar.

O PPP possibilita a tomada de decisão consciente para soluções, com responsabilidade e comprometimento, além de intencionalidade das estratégias, constituindo-se em instrumento que direciona ações por meio do planejamento de metas e objetivos, com envolvimento da equipe para construir e executar o plano, havendo flexibilidade e avaliação para ajustes.

No geral, os participantes demonstram conhecer o PPP da instituição, com percepção positiva, percebendo um "alinhamento" entre direção e coordenação, favorecendo a comunicação de ensino e a aprendizagem dos alunos para que o trabalho do professor seja de qualidade, com reuniões participativas e novas estratégias, para uma construção conjunta, com a pedagogia ativa e a afetiva. Nessa perspectiva da pedagogia afetiva, a fim de que um indivíduo legitime um conjunto de regras, é necessário que o veja como algo de bom para si, que diz respeito a seu bem-estar psicológico, seu sentimento de pertencimento ao grupo e à comunidade escolar.

Na **Subcategoria 2**, conforme Araújo (2015), o desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo depende da qualidade e da exposição de relações entre os indivíduos. A construção da inteligência tem como base interações entre objeto e meio, que influenciam no desenvolvimento moral e afetivo, para propiciar o desenvolvimento humano. Valores morais são essenciais na educação e na formação do indivíduo, já que constroem sentido nas ações, ensinando a se lidar com conflitos, relações interpessoais e responsabilidades.

Sobre dar aula para adolescentes entre 11 e 14 anos, os docentes consideram um desafio em um universo variado, como afirma o participante A:

É um desafio, comparando com essa nova adolescência que estamos vivendo, essa era tecnológica também que está influenciando, é um grande desafio comparado à minha época, já como um professor, eu vejo que mudou muito, até meus irmãos que são adolescentes conseguem vivenciar isso também. Vejo como um grande desafio, seja na forma de ensinar, tem que ser mais atrativo, chamar mais a atenção, precisam desenvolver novas atividades que na minha época não tinha, mas agora é necessário, realmente é um grande desafio, cada aula, cada conteúdo e precisa ser significativo para cada estudante.

O participante D ressalta o imediatismo dessa geração:

...crianças extremamente imediatistas, eles têm uma carência de várias coisas. Faltam, sim, referências, são carentes em alguns aspectos, porém, também são muito inteligentes, são muito perspicazes, muito sagazes, tem um filtro muito grande pra muita coisa. Claro, assim como qualquer geração, são crianças né, eles têm as questões deles, qualquer pessoa nessa faixa para si, como eu tive quando eu tinha a idade deles, de novo, síndrome da adolescência é normal, não muda nada, as crianças de antiguidade não eram igual a vocês, mas assim, também isso não é um problema só deles, mas é nosso, é do nosso tempo. São muito suscetíveis à doença psíquica, como eles são extremamente imediatistas, não conseguem assistir um vídeo de 15 minutos por exemplo. E a gente vê que essa geração, estão com graves problemas de ansiedade, com a questão da idade, com aceitação, são muito fragilizados nesse aspecto, é uma análise que eu vejo.

Na legislação brasileira, de acordo com a lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, são considerados adolescentes pessoas que se encontram na faixa etária entre 12 e 18 anos. Em seu art. 2º, consta: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade" (BRASIL, 1990).

Durante a adolescência, os lutos acontecem, com seu processamento da depressão e da ansiedade. Isso compõe substrato natural para mudanças de humor nesse período da vida. De acordo com Knobel e Aberastury (1989), o jovem poderá ter desempenho satisfatório apenas quando o mundo adulto compreender e não dificultar a evolução adolescente. O adolescente tem de superar três lutos: a perda da identidade e a do corpo infantil e a interrupção da figura de proteção parental. Os efeitos relacionados a essa síndrome tem dependência dos processos de identificação e de luto pelos quais o adolescente passa, o que dá força a seu mundo interno e torna essa fase de "normal anormalidade" algo menos perturbador e conflitivo.

A adaptação na sociedade deve ocorrer de forma natural, durante o processo em que o adolescente se transforma de reformador em realizador. No início da adolescência, as crianças se integram na cultura humana, aprendendo duas coisas essenciais para a felicidade e o reconhecimento da comunidade: relações amorosas/sexuais e o poder nos campos produtivo, financeiro e social. É quando começa a despertar a necessidade de serem desejáveis e invejáveis. O adolescente é um indivíduo que teve o tempo de entender os valores mais corriqueiros e mais bem partilhados na comunidade, cujo corpo chegou à maturação e para quem a comunidade impõe uma moratória (CALLIGARIS, 2000).

Os PCNs trazem a abordagem do desenvolvimento de relações interpessoais e a convivência a fim de proporcionar o desenvolvimento da autonomia:

O desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as estéticas de inserção social, torna-se possível mediante o processo de construção e reconstrução de conhecimentos. Essa aprendizagem é exercida com o aporte pessoal de cada um, o que explica por que, a partir dos mesmos saberes, há sempre lugar para a construção de uma infinidade de significados, e não a uniformidade destes (BRASIL, 1997, p.34).

Perguntados sobre as relações interpessoais e regras de convivência na escola, os entrevistados responderam sobre efeitos da pandemia, parcerias,

importância da coordenação e defasagem de aprendizagem, além da relação com os pais. Percebemos o efeito claro da pandemia, que trouxe muitas adaptações, de acordo com a fala do participante A:

Essas regras são baseadas conforme a situação, por exemplo, estávamos vivendo uma situação de pandemia, então essa é uma relação um pouco mais próxima na casa do aluno, tinha grupo de whatsapp, uma comunicação mais prática, só que invadia mais a privacidade da pessoa, estava diretamente ligada a essa comunicação. Agora voltando a essa nova realidade, voltando pro presencial, estamos voltando a usar plataformas específicas, no colégio, envolvendo essa comunicação, criativa, participativa, os pais estão sempre aí alinhados com as notícias e as novidades, qualquer coisa já comunica na hora, tanto caderno de recados em algumas turmas ou quando viam o sistema do colégio mesmo, notícias das redes sociais, então a comunicação é bem direta e objetiva (PART.A).

A parceria é ressaltada pelo participante B, que destaca que o colégio apresenta “vários universos”, pois cada estudante atinge a maturidade de uma maneira diferente, não só pela idade, mas pelo comportamento. O participante B também aponta que a coordenação apresenta regras claras, mas permite um debate de ideias que promova melhor aproveitamento de estratégias, ficando evidente a preocupação com a defasagem na aprendizagem durante a pandemia. O participante D deixa isso claro:

Eu acredito que, em questão da aprendizagem de fato, a gente não pode falar sobre aprendizagem significativa nesses últimos 2 anos, o que nós não tivemos foi aprendizagem significativa, a gente teve um repasse de conhecimento, uma tentativa árdua de ambos os lados, né? Para que eu, como professor, conseguisse ser um mediador de algo que eles pudessem, minimamente, compreender, mas não é que tenha sido significativo, eu acho que, quando a gente fala, né, os termos mais corretos, na educação, a aprendizagem significativa, realmente, ela não existiu. No entanto, eu acredito que, agora, quando os alunos veem a questão da ansiedade, ela é muito evidente, os alunos muito mais ansiosos, apresentam muito mais dúvida, eles sempre têm dúvida do que falar, de como falar, se estão ou não certos, né, acho que gerou essa questão de insegurança ao voltar para o presencial, acredito que é o que eu mais tenho notado, a falta mesmo de segurança, de viver mesmo, agora, a escola, o professor, o meu amigo, meu colega do lado, eu respondo ou não respondo, eles têm medo de ter a resposta errada, mesmo estando certos, a insegurança é algo instalado nesse novo momento de retorno pós pandemia (PART. D).

A defasagem de aprendizagem também é citada pelos outros participantes, “eu vejo essa defasagem, sabe? Muito grande, principalmente em princípios de língua portuguesa”, afirma o participante E. O participante I menciona que, “se você não tem uma interpretação, a dificuldade disso vai te afetar em todas as áreas de

conhecimento”. Além dos conteúdos cognitivos, o participante acredita que os alunos estão cada vez mais fragilizados emocionalmente em razão das dificuldades enfrentadas na aprendizagem durante o afastamento social que causou baixa autoestima.

O trabalho dos pais com os docentes é visto como importante pelo participante G: “Os pais participam muito, eu, pelo menos na minha matéria, eu vejo, e às vezes eles vão estudar com os filhos e às vezes o pai não entende”. Mas com ressalva pelo participante H, que valoriza a hierarquia:

Na pandemia, era muito ruim, porque o pai falava direto com o professor, isso era muito ruim e eu prefiro esse filtro mesmo. Hoje tudo passa para a coordenação, a coordenação, se necessário, chama o professor, se não a gente não tem contato [com os pais]. Só um pai, uma mãe que tem o telefone, que acaba mandando mensagem direta. Mas aqui não é assim mesmo que funciona, tudo vai para a coordenação. Nós, quando queremos falar de algum aluno, fazemos uma ocorrência no sistema, a coordenação pega, entra em contato com o pai, passa pro pai e tudo assim bem organizadinho.

Observamos, na fala de H, que todas as questões referentes ao aluno, seja de aprendizagem ou comportamento, passam pela coordenação, “assim bem organizadinho”, em uma perspectiva heterônoma, “engessada”.

Heteronomia pode ser definida como uma condição de submissão de valores e tradições, sendo a obediência passiva aos costumes por conformismo ou em razão do temor à reprovação de determinada sociedade ou de deuses (LA TAILLE, 2006).

Tognetta (2009, p. 528) mostram que a criança “[...] é naturalmente governada pelos outros e considera que o certo é obedecer às ordens das pessoas que são autoridade” na heteronomia. Segundo essas autoras, existe manifestação progressiva no sentimento de reciprocidade da criança, em vez do controle e da submissão a outrem na moral autônoma. Assim, essa regulação é interna na pessoa, um autocontrole para obedecer às regras de modo independente da supervisão de outra pessoa, especialmente um adulto (TOGNETTA, 2009, p. 528).

Segundo Silva (2015), a ausência de limites e a falta de atenção no processo educacional dos filhos que acontecem nos conflitos familiares resultam em estudantes que não sabem seguir regras de convivência e limites determinados. Dessa forma, o papel da escola não se restringe somente a ensinar conhecimentos científicos, sendo imprescindível o trabalho com o desenvolvimento moral, ético e emocional em parceria com os pais na educação dos filhos.

O desenvolvimento da educação moral ocorre nas relações interpessoais e se aperfeiçoa na troca de experiências, já que são valores morais as motivações afetivas nas ações, nas regras, nos princípios e nos juízos. Critérios morais como o desenvolvimento da autonomia, consciência crítica, responsabilidade e cidadania proporcionam mecanismos cognitivos e de desenvolvimento psíquico, além da construção de valores das relações interpessoais, em razão de o valor ser um investimento afetivo das ações dos indivíduos (GARCIA; MORAIS, 2022).

Na **Categoria II**, “Desenvolvimento moral, autonomia e valores morais e competências socioemocionais”, buscamos analisar a compreensão que os entrevistados apresentam em relação ao desenvolvimento da autonomia dos alunos e à construção dos valores morais. O objetivo era caracterizar como esses elementos contribuem para o desenvolvimento dos alunos e a abordagem que a BNCC traz sobre o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Na **Subcategoria 3**, “Valores morais, autonomia moral e as contribuições para o desenvolvimento dos alunos”, perguntamos aos entrevistados se tinham conhecimento sobre os temas transversais descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e como eles trabalhavam o tema ética com os alunos ou com os professores, no caso da coordenadora; além do que sabiam sobre desenvolvimento dos alunos e autonomia moral, valores morais e suas concepções. O adolescente é uma pessoa que compreendeu valores mais simples e mais bem compartilhados na sociedade, sendo que seu corpo amadureceu; a sociedade impõe uma moratória a ele (CALLIGARIS, 2000).

Os participantes A, C, D e I relatam a importância do respeito, das normas, das regras e de se diferenciar perspectivas. O participante A afirma: “Então a gente como professor, dentro da escola, a gente acaba de forma geral pegando tudo isso e manipulando buscando sempre o respeito entre nós”. D concorda: “problemas são normais de sala, afinal a sala tem uma dinâmica, mas não há nenhum tipo de problema mais grave que eu me lembre, com os funcionários também, eles são solícitos há um respeito hierárquico”. I ratifica: “eles ainda não caíram na real, aí eu entro em valores morais da família, sobre o respeito com a figura da escola, do professor, com a importância de estudar”.

É fundamental, não existe uma aprendizagem. Existe uma competição que o aluno tem que compreender o sentido daquilo, a formação moral ela tem muito significado, impor regras. Como eu tenho 46 anos, na minha época,

muitas regras eram impostas, você vai usar uniforme, e não tinha um porquê hoje, hoje em dia, nosso público é muito inteligente, então, a partir do momento que você fala assim: olha, é obrigatório usar tênis pela segurança de vocês, porque o chinelo tropeça, causa acidentes, tudo se torna mais fácil quando você trabalha com significado, uma equipe pedagógica coloca assim: a partir de amanhã, a gente vai fazer avaliações adaptadas para os alunos que tem lá, vamos justificar isso, nossa escola quer crescer, a gente quer ser bem visto em nossas cidade, inicialmente, como uma escola padrão, nós queremos qualificar isso, incluir respeito às diferenças, incluir sim uma educação moral, uma educação de formação de valores, que olhe cada indivíduo (PART.C).

Em relação ao entendimento docente sobre valores morais e autonomia moral, percebemos dificuldade na assimilação, havendo confusão de conceitos, tratados, muitas vezes, como semelhantes. No que concerne à contribuição do trabalho com valores morais para o desenvolvimento do estudante, notamos, nas respostas dos professores, a concordância sobre a importância dos valores morais no âmbito escolar, porém percebemos a dificuldade na apropriação de tais conceitos.

Isso mostra o conhecimento de senso comum e não científico. Sabemos que a formação pedagógica inicial não é completa. É importante que seja continuada para que os professores incorporem, entre outras, essas teorias do desenvolvimento moral e da construção de valores. Por isso, é essencial a valorização de se formar o profissional já atuante no mercado, uma ação planejada e intencional que pode assegurar tal apropriação científica dos conceitos.

Nesse sentido, os profissionais B, E, F, G e H afirmam não conhecer o tema a fundo, mas mencionam a questão interdisciplinar, o questionamento dos jovens, a vida que ganha a percepção do grupo, a maturidade que forma o cidadão crítico, a necessidade da autonomia em sociedade. E nem mencionam o tema em suas respostas. F divaga: “Olha, os valores morais, eles são de super importância para que o aluno possa entender até onde isso se aplica no princípio ético”. G também não menciona o tema em suas respostas. H pareceu não entender a pergunta: “Mas, como eu disse, tudo depende daquilo que ele acha que é certo e o que tem de casa, porque, às vezes aquilo que para mim é moral, pra ele não é”. Também relatam como se os valores morais fossem responsabilidade apenas da família:

Os valores morais, é... não sei se posso dizer que eles fariam, mas acho que posso, que fariam, que cada um tem o seu ensinamento dentro de casa, então assim que são, cada série é um universo, e dentro desse universo, a gente tem os planetinhas, que cada aluno é um deles, né. Então, a questão disso, eu acho que cada um traz o que aprendeu em casa (PART.B)

Educação de valores morais não é papel da família apenas. Para o senso comum, a família educa, e a escola ensina. Deve ser uma ação compartilhada entre escola e família.

A educação para a construção de valores morais se refere ao currículo das escolas sobre como se desenvolvem valores e moralidade, incluindo intenções e práticas de educação de valores dos professores. Ensinar constitui atividade moral em que os professores consideram a complexidade ética do ensino e o impacto moral que eles têm sobre seus alunos, na formação de cidadãos críticos e conscientes na sociedade (SARMENTO, 2002).

Os valores morais direcionam o comportamento humano, com escolhas baseadas no certo e no errado, desenvolvendo crítica, democracia e respeito mútuo, desde a infância, no desenvolvimento humano, em diversos ambientes, A escola é um espaço essencial para aprendizagens. Esse é o motivo da necessidade de entendimento docente sobre educação em valores, contemplando a formação cognitiva (LA TAILLE, 2006).

Com base nas análises das respostas dos entrevistados, percebemos, mais uma vez, que alguns professores ainda não compreendem por completo o que são valores morais e como esses valores interferem no desenvolvimento do seu trabalho pedagógico, evidenciando a necessidade da organização, por parte da equipe gestora, de eventos de formação para que esse estudo ocorra de maneira efetiva. Os professores não conhecem o assunto a fundo, incluindo os temas transversais.

Isso sim, nós fazemos, eu tento colocar isso em prática a autonomia e o protagonismo ao aluno. Ao meu ver, pelo que eu estudei e pelo que nós conversamos, você dando voz, você dando oportunidade para que esse aluno sintam-se importante, sintam: "olha só, a minha voz é importante, a minha dúvida, mesmo que ela esteja errada, e isso mexe com o emocional dele, é muito bom você sentir que, naquela hora, o professor olhou pra mim, você vai fazer tal coisa, você vai responder, você vai dar esse olhar para ele também, perguntar como é que ele está, como é que ele acha isso, porque tem que dar voz. Autonomia é exatamente isso, deixa esse aluno, essa geração têm uma tendência para fazer as coisas de maneira autônoma. Hoje, assim, você falou uma coisa, ele pega o celular, digita, já sabe rapidamente, ele sabe, ele vai ver um zilhão de coisas, então ele precisa também, além da autonomia de buscar, fazem comparações em relações, também dizendo esse incentivo emocional (PART.I).

Educação em valores é o aspecto da prática educacional em perspectivas morais ou políticas, além de normas, disposições e habilidades desses valores, que sejam mediados ou desenvolvidos entre os alunos para o desenvolvimento da

autonomia moral. Ensinar é uma atividade moral em que professores necessitam considerar a complexidade ética do ensino e o impacto moral que educadores têm sobre alunos, na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Na **Subcategoria 4**, a orientação governamental sobre a BNCC indica que o trabalho pedagógico deve ser baseado no desenvolvimento de dez competências gerais, sinalizando que a educação básica deve priorizar a formação integral dos alunos, mas levando em conta as particularidades do corpo discente e permitindo que sejam sujeitos ativos no processo de ensino aprendizagem, a fim de fortalecer relações democráticas inclusivas e desenvolver um ambiente de respeito às diversidades (BRASIL, 2017, p. 14).

Perguntados sobre a BNCC e as competências socioemocionais, os entrevistados responderam sobre a necessidade de aprofundamento para se conhecer o documento, deixando claro que a visão deles é bem superficial, assim como sobre a percepção que os professores têm sobre competências socioemocionais.

Desse modo, a coordenadora (PART. C) destaca que a BNCC é um documento que necessita de muito estudo para ser mais bem entendido, pois emprega o termo “dedicar” para se referir aos conteúdos descritos nele; também afirma que é um material rico que deve ser uma base para a vida em sociedade, facilitando as relações sociais.

a BNCC ela é muito completa, eu gosto muito desse documento, eu tenho a ideia de que, se todos os professores se dedicassem um tempo para estudo desse conhecimento, todas as aulas se tornariam mais ricas, porque voltamos naquele ponto da nossa época: o professor de história entrava e dava aula do Descobrimento do Brasil. Hoje, essa aula se torna muito mais atrativa e mais significativa quando ele fala imagina: você é um dos índios que estão vendo a cara dela de qual que é a tua opinião, é o que você pensa que os índios sentiram, se torna mais significativo, é isso que a BNCC traz, a prática daquilo. O que eu uso, né, o polímero, para que se usa polímero e qual plástico que tem polímero, qual é indústria que eu preciso ter esse conhecimento, quando a gente fala das habilidades, das competências, eu não consigo perceber um trabalho separado, um trabalho apostilado com livros, ou até numa escola que é construtivista, que não tem material apostilado, sem trabalhar essas habilidades, essas competências. Ela tá embutida na roda de conversa, está na hora de escrever na lousa, está na hora de fazer um resumo, ela está na hora de preparar o teu aluno para falar, para ouvir, para dançar, para cantar, é toda a parte socioemocional, ela é fundamental para o futuro. E hoje, uma criança chegando numa escola nova precisa estar socioemocionalmente preparada, ela precisa ter essas habilidades de querer correr atrás...eu fui mal mas eu tenho ainda outras possibilidades, e de saber expor os seus desejos, as suas vontades, os seus

desgostos. Ela não vai sofrer com uma depressão futura, porque ela consegue colocar para fora o que ela sente de maneira respeitosa e ética. Uma pessoa bem estruturada consegue colocar o que ela não gosta sem desrespeitar, sem desvalorizar ninguém, conseguindo se expressar de forma que ela possa ser vista, então essas habilidades que a BNCC traz não ficam isoladas, elas estão embutidas a cada proposta dentro de uma escola, deveriam estar, mas nem sempre estão (PART.C).

Observamos a visão restrita que os entrevistados A, D, F e H apresentaram sobre a BNCC e as competências socioemocionais. A BNCC como apenas um documento que determina os conteúdos que cada disciplina e que cada série deverá desenvolver, sendo esses conteúdos obrigatórios em todo o Brasil. A afirma: “Eu entendo o da BNCC, agora esse PCNS, complementação, não lembro”. D nem menciona o tema em suas respostas. F também não menciona. H é mais um que não menciona o tema.

Nesse sentido, a participante G cita a importância da conceituação, mas mostra dificuldade em explicar a BNCC, assim como o participante B. G não menciona o tema (competências socioemocionais) em suas respostas. Portanto, na análise das respostas dos participantes, fica evidente que a maioria dos professores não conhece profundamente quais são as competências socioemocionais e como o desenvolvimento delas pode auxiliar no trabalho pedagógico e na educação em valores sociomoraes.

A BNCC regulamenta aprendizagens essenciais em instituições educacionais públicas e particulares no Brasil, incluindo a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Ela propõe direitos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes. Ela promove igualdade e ajuda na formação integral educacional, para uma sociedade com justiça, inclusão e democracia. A fim de que professores possam trabalhar com alunos as competências gerais da BNCC (BRASIL, 2017), é importante que desenvolvam a construção das competências socioemocionais para promoverem a autonomia intelectual e moral dos alunos, fundamentada em justiça, solidariedade, honestidade, respeito, cuidado, que são desejados universalmente.

As transformações que envolvem sociedade e tecnologia, as exigências do mercado de trabalho, além da interconectividade, entre outros fatores, permitem que a construção das CSEs – Competências Socioemocionais - no ambiente escolar ajude, em vários aspectos, o desenvolvimento do indivíduo, gerenciando emoções, estabelecendo relações de respeito, empatia, com a tomada de decisões responsáveis e razoáveis.

As competências socioemocionais incluem a capacidade de cada um lidar com suas próprias emoções, desenvolver autoconhecimento, se relacionar com o outro, de ser capaz de colaborar, mediar conflitos e solucionar problemas. Elas são utilizadas no nosso dia a dia de forma sistemática e integram todo o processo de formação de uma pessoa como um ser integral: indivíduo, profissional e cidadão (HIBOO, [2021], não paginado).

Na **Categoria III**, “Indisciplina, incivildades, *(cyber)bullying* e Projetos de prevenção”, buscamos analisar o entendimento que os entrevistados apresentam em relação aos termos mencionados e suas diferenças, além de um questionamento se o participante já teve contato com casos de *(cyber)bullying*. O objetivo era saber se o profissional tinha conhecimento de leis, projetos e medidas que combatessem esse comportamento.

Na **Subcategoria 5**, “Indisciplina, incivildades, *(cyber)bullying*”, Vinha *et al.* (2009, p. 29) mencionam que estudos mostram o crescimento da violência na sociedade, pois há pouca capacidade de se negociar conflitos, fazendo com que a violência seja empregada para se solucionar problemas com frequência. Apesar de conflitos serem comuns nas escolas, a violência, a incivildade, o *bullying* e a indisciplina geram constrangimento e tragédias eventualmente. Segundo conceituam La Taille e Menin (2009, p.10), “os valores estariam doentes, isto é, sendo desaparecidos, ou em ‘crise’ sendo interpretados de outras formas”.

Perguntamos aos entrevistados se eles tinham conhecimento sobre os termos indisciplina, incivildade e *(cyber)bullying*, como eles observavam esses temas no ambiente escolar, além do que sabiam sobre as diferenças entre eles e suas concepções. As respostas mostram que os termos não são amplamente conhecidos, sendo entendidos, na maioria das vezes, como sinônimos. Indisciplina é o termo mais familiar aos entrevistados.

A indisciplina e a incivildade afetam diretamente o processo educacional do estudante, além de seu desenvolvimento, tendo impacto nas suas relações sociais. Segundo La Taille (2006, p. 10), a disciplina é baseada em comportamentos controlados por uma série de normas, ocorrendo como uma revolta contra essas regras ou por desconhecimento delas, o que acarreta a transgressão de regras pedagógicas, pois vários alunos pensam que elas são determinadas de maneira autoritária pelos professores. A indisciplina é um rompimento do contrato pedagógico, enquanto a incivildade trata dos comportamentos que afetam o cumprimento do contrato social, desafiando regras e o esquema da vida social. A incivildade não

constitui uma manifestação de violência; ela é formada por pequenas agressões cotidianas que se repetem. A indisciplina escolar é a desobediência de ensinamentos, regras e normas de conduta escolares.

O participante A resume o conhecimento básico que a grande maioria dos profissionais tem no ambiente educacional, considerando o empirismo, que aborda o papel do ambiente como fundamental para se obter conhecimento. O meio influencia o desenvolvimento do ser humano, já que condições ambientais fornecem estímulos a fim de se conseguir certas respostas:

Indisciplina seria algumas atitudes que não condizem com a sala de aula, vamos dizer, quem é mãe e quem é pai pensa no filho, eles disciplinam talvez uma simples bagunça, uma pequena falta de respeito ou atitude. Então na sala de aula, seria basicamente isso, o professor chamar muita atenção, acaba perdendo o tempo da aula chamando atenção e acaba desfocando do conteúdo, tem que parar pra chamar a atenção, dar uma puxadinha na orelha, porque cada aluno tem sua particularidade e também tem aqueles que são concentrados, então despertam o foco rápido, então às vezes acaba gerando certa indisciplina, conversas paralelas, indevidas, então de forma geral seja isso. Agora, sobre incivilidade, talvez a meu ver seria, civilização seriam pessoas que sabem viver em grupo, é uma civilização. Agora a incivilização seria pensando talvez no lado animal, até porque animais sabem viver entre eles, comparando em ser racional e ser irracional. Seja por julgar regras, fazer atitudes mais extravagantes, assim, que fogem na questão do respeito, acredito eu que possa estar pensando agora (PART.A).

Segundo Silva (2015), a instituição de ensino não pode desencorajar a manifestação de opinião, mas deve estar atenta ao discurso de ódio, mantendo a disciplina escolar e respeitando o direito de todos. A escola não pode correr o risco de ser acusada de agente inconstitucional. Ao longo do tempo e com o avanço tecnológico, a questão de escolas poderem ou não interferir nos atos dos estudantes fora do ambiente de ensino se estabeleceu. A opinião pessoal e o conhecimento de mundo são utilizados como base, no senso comum, para se tentar conceituar alguns termos:

Indisciplina é a falta de educação, é o que eles não colocam aqui o que é feito, porque eu acho que há uma grande diferença entre ensinar e educar, acredito eu. É a grande diferença entre ensinar e educar, nós somos educadores, certo? Acredito que o ensino vem de casa, sai sabendo o que é certo e o que é errado, vem de casa, porque a gente tá aqui, tá tentando mostrar aqui, não é bem isso que é certo e o que é errado. Assim passar a matéria, a educação, à risca para que eles compreendam... no meu caso, eu compreendo o espaço geográfico, compreendo o que é isso e o que é aquilo em questão de mundo. Acho que é isso? (PART.B)

Os participantes C, F e H relatam entender os termos quase como sinônimos, ligando comportamentos sociais à vida em grupo, que usam atos individuais como parâmetro para uma análise do convívio no contexto escolar. C afirma: “ela é algo que interfere negativamente na vida do aluno ou do profissional porque não existem só a alunos indisciplinados também existem profissionais indisciplinados”. H partilha da mesma visão: “Indisciplina é uma norma que não respeita as regras, dentro de sala de aula não sabe a hora de falar, para mim isso é aluno indisciplinado, e lá a gente tem bastante”. A indisciplina se mostra um termo bem mais conhecido pelos entrevistados.

Eu vejo que são 2 conceitos [indisciplina e incivildade] que, às vezes, em algumas situações, eles são juntos, mas não, necessariamente, são a mesma coisa. Por exemplo, indisciplina seria no caso da gente fazer um acordo, esse acordo precisa ser cumprido, a gente tem as bases da lei do colégio e eu faço, e às vezes, eles acham que, porque eu fiz um acordo, e não é um acordo do colégio, às vezes, eles vão menosprezando, eu vou fazendo as coisas que não foi o que a gente combinou só para testar até onde consegue levar aquilo. Então eu vejo que precisa ser sempre retomado essa questão, “olha não é só você, é um conjunto, é a sala toda, é o professor, é a funcionária”. Eu acho que, nessa questão, às vezes, principalmente dos mais novos, eles têm... é lógico que é natural, é lógico que eles têm esse comportamento, porque eles estão testando, o que ele pode ou não fazer no ambiente, mas eu vejo que também é uma questão de entender que não é só ele, é o grupo como um todo (PART.F).

O participante D entende que tudo aquilo que não garante o bem-estar, por ter sido tirado por outrem, é uma indisciplina, complementando que “aquilo que incomoda a ponto de tornar ou deixar que a minha aula (não) tem um segmento que eu planejei me traz uma ideia de indisciplina”. O participante E ressalta o papel da família ao afirmar que “Indisciplina está muito mais relacionado ao ambiente familiar”, também deixando de conceituar a incivildade, visão compartilhada com o participante G, o que mostra que esse conteúdo carece de conscientização no meio educacional em ampla escala: “Indisciplina seria no caso da gente fazer um acordo, esse acordo precisa ser cumprido, a gente tem as bases da lei do colégio”.

Isso vem ao encontro do que já foi comentado anteriormente: a visão de senso comum de que a família educa e a escola ensina. Mas deve ser uma ação compartilhada entre escola e família.

Conforme Moreira (2015), há interações as quais alunos jovens têm com o sistema de mídias, sendo aptos a manipular com destreza tecnologias midiáticas com grande facilidade, visto que a intimidade é construída pela convivência cotidiana. O

bullying são atos de violência física ou psicológica exercidos presencialmente entre alvo e autor. Com a internet, essas agressões ganharam proporções maiores, praticadas no ambiente on-line com pessoas assistindo, o que se denomina como *bullying* virtual ou *cyberbullying*.

Quanto ao *(cyber)bullying*, especificamente, os profissionais demonstraram mais conhecimento:

Cyberbullying não tem mesmo, eu não me recordo, para ser sincero, só se for caso bem esporádico. O *bullying*, sim, mas isso já é uma política do colégio de sempre tomar cuidado: ouviu, viu, leve até a coordenação, e ela vai se encarregar de resolver, ou se for algo mais sutil, digamos assim, tem que haver uma intervenção do professor no momento. Eu já fiz isso. Às vezes, o aluno tá começando, né, uma perseguição mais acentuada. O *Cyberbullying* é pior pelo que eu vejo, dói mais, eles falam que é mais dolorido, porque também tem essa imagem das redes sociais. Rola solto as conversas, as brincadeiras, a propagação rápida, tudo isso tem muito. A menina está em tal foto, olha só que ridículo, sabe? Fica voando aqueles print, aquela coisa toda. A escola tem algumas campanhas, isso é sempre falado, sempre notificado aos pais e professores, então, na minha visão, é algo sendo monitorado (PART.I)

Avilés Martinez (2013) define *cyberbullying* como uma forma de assédio virtual entre pessoas, que, ao usarem celular ou computador, cometem ações violentas e agressivas no mundo virtual, pelo mero motivo de colocarem um alvo em condições de constrangimento e medo. A forma presencial desse assédio foi mais apontada pelos entrevistados, que relataram a presença da tecnologia como algo recente:

Sobre o *cyberbullying*, é uma coisa que, quando chegou na era tecnológica, começou essa certa evolução, é como se fosse o *bullying* da vida real. Mas agora focado na era tecnológica, até porque, temos justamente as duas vidas, a vida real e a vida digital. Então é onde realmente nós sofremos, as crianças, os adultos, todos nós podemos sofrer essas atitudes que não condiz com a moral do ser humano, que acaba gerando certas consequências pras pessoas, seja para quem sofre e pra quem acaba gerando isso (PART.A).

Os participantes B, C e D afirmam que o *bullying* é muito mais observado no cotidiano escolar: “O *cyberbullying*... não me recordo, certo? O *bullying*, eu acredito que sim, né?” (PART.B). O participante D diz que é um “tema recorrente onde a gente ouve diariamente casos né que de tipo *Bullying* desrespeito e os próprios alunos também acredito que saibam muito sobre isso”.

Sim, *bullying* se tornou uma palavra muito conhecida. Em 2015, eu fiz muitos cursos a respeito de *Bullying*. A gente estava com consultoria na escola que eu trabalhava. E fizemos muitos cursos para saber até o lado oculto do

bullying. Eu estou conversando com um aluno na ideia de estar ajudando e estou ampliando aquilo, muitas vezes. Então não só o *bullying* acontece de um coleguinha para o outro, de um amigo para outros, pela internet e pelas redes sociais. Muitas vezes, a gente comete um *bullying* sem ter a consciência de que está fazendo uso desse ato. Também acredito que houve muita confusão aí no termo. Os pais mesmo passaram a usar de maneira errada: ai, meu filho está sofrendo *bullying*, meu filho sofreu *bullying*, porque o amigo fez isso. Houve um desajuste ali na conversa, eles se desentenderam, mas não foi. O *bullying* tem repetição, a pessoa já foi alertada que não gosta que chame ela de cabelo escorrido e eu continuo chamando. A internet acaba camuflando também, tornando os adolescentes muito corajosos (PART.C).

Perguntados sobre o conhecimento de algum serviço e/ou canal de ajuda para o enfrentamento e prevenção do *(ciber)bullying*, incluindo a Lei de Combate ao Bullying e a alteração da LDB 9394/96 sobre a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência pelos estabelecimentos de ensino, apenas uma participante tinha uma pequena lembrança sobre o assunto:

Eu conheço algumas páginas, mas elas não são páginas oficiais, são páginas indiretas. No Instagram que às vezes eles divulgam alguma informação como identificar. Eu fiz um curso em relação a isso que eles incentivava até o próprio colégio ter (PART.G)

A SaferNet é uma Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. Ela promove ações para sensibilizar a ética no uso da internet, contando com o apoio de pesquisadores e bacharéis em Direito, além de cientistas da computação e professores. A missão dela é a defesa e a promoção de direitos humanos na internet. A plataforma on-line oferece formas de denúncias de crimes cibernéticos, assim como maneiras de prevenção e de conscientização para uso seguro, responsável e consciente da rede. Em parcerias com escolas, a plataforma oferece, gratuitamente, cursos de formação EAD, com base na BNCC e na LDB, para profissionais da educação, como o curso "Educando para boas escolhas on-line" que teve o apoio do Google, a fim de facilitar a incorporação da temática de aprendizagens socioemocionais nos ambientes de ensino e nos projetos pedagógicos (SAFERNET, [2021]).

Na **Subcategoria 6**, "Projetos de Prevenção", segundo Lippe, Andreassa e Santos (2020), em razão da proximidade, a família é essencial na atenção contínua para fiscalizar celulares e computadores, além do diálogo como instrumento para enfrentar o *cyberbullying*. A educação moral é muito presente na formação

educacional, auxiliando nos valores morais, como base para se formar autonomia, pois dominar formas de pensamento permite criar juízos valiosos e otimizados (PUIG, 1998).

Perguntamos aos profissionais da educação se eles tinham conhecimento sobre projetos de prevenção contra o combate à violência com agressões físicas, verbais, *bullying* e *cyberbullying*, incluindo convivência ética, e se tais projetos estavam contidos nos planos de ensino. As respostas evidenciam que os projetos são genéricos, carecendo de aprofundamento específico.

A maioria dos entrevistados relata que os projetos são mais abrangentes, não sendo tão focados nessas formas de violência, deixando esses profissionais com uma visão superficial, como exemplifica a participante E:

Tenho um conhecimento, mas é bem raso, bem pouco, só realmente o que foi comentado ali durante a faculdade: “não pode, é proibido, tem que controlar, não pode deixar explodir, chamar o pai se começar a conversar”, mas é bem pouquinho coisa mesmo. Que eu saiba, o projeto mesmo não, porque eu acho que não tem necessidade, são casos bem isolados que acontecem raramente. Só acho que, até o momento, não houve a necessidade de criar um projeto (PART.E).

De acordo com os participantes A, B, F e G, percebemos a falta de uma padronização de atitudes quanto às providências que devem ser tomadas nos casos que ocorrem, supondo falta de treinamento dos profissionais direcionado a mitigar as consequências de tais violências. A afirma: “Temos projetos pensando sobre o lado social, questão ambiental, puxado para o tecnológico, não.” B complementa: “Exatamente, que fazem as reuniões que fazem com elas, então a gente não conhece todos os projetos delas”. F partilha da mesma perspectiva: “Mas é sempre enfatizado aquilo, enfatizam sobre essas questões, não há palestras, projetos em si sobre isso não”.

Comunicando, fazendo ocorrências. Claro que, quando a gente está em sala de aula, a gente tem que resolver sala de aula. Ontem mesmo, aconteceu uma situação, então, com relação à *bullying*, eu sei, e o menino estava brigando com o outro, eles não se entendem, porque um é afeminado, e tem tendência a ser homossexual, e o outro é muito machão, e um deles queria quebrar as pernas do outro. Como eu sou conselheira da outra sala, eu estava ouvindo barulho, eu fui lá, pedi licença pro professor, chamei um por um para conversar. Pedi o respeito, que eles respeitassem, cada um sentou no seu canto e ficou por isso mesmo. Não chamei os dois para conversar, porque naquele momento, não era o momento deles conversarem. Eu acredito que o professor resolveu isso depois. Não perguntei pro professor, só conversei com eles e pedi um pouco mais de respeito e não discutir, eu disse separadamente com cada um (PART.G).

A coordenadora pedagógica ressalta que o PPP da instituição contempla projetos menos direcionados ao assunto, além de mostrar falta de conhecimento sobre leis específicas e a escassez de canais de ajuda, assim como os participantes H e I. H afirma: “A providência é passar o assunto para a coordenação”. I complementa: “nós sempre, professores das disciplinas, nós trabalhamos sempre, desenvolvemos projetos conjuntos, então recentemente, eu desenvolvi um projeto com um professor de matemática”.

Consta no PPP, temos projetos específicos dos dias. Amanhã, a gente vai vestir violeta contra a violência, aí todos os professores vão abordar, nas salas, todas as questões de violência. A gente sempre pega uma campanha já existente e dá uma ampliada, trazendo para a nossa realidade. Cada nível de ensino trabalha de acordo com a sua faixa etária, mas usamos bastante teatro, exposição verbal, pesquisas. Eles gostam muito da internet, então a gente acaba usando esse tipo de abordagem também nas produções de texto dentro da disciplina de português, de inglês. Eles fazem cartazes, nós implantamos, recentemente, um projeto de uma oficina de cartões com mensagens de valorização ao próximo. A gente trabalha muito assim. (PART.C).

O participante D destaca a questão do respeito a opiniões divergentes em sala de aula: “Inclusive suas questões pessoais desses alunos, os seus desafios pessoais também estão sendo, nessa nova gestão, monitorados ou sendo realmente colocados, checando, buscando, tentando resolver”. O participante E resume o pensamento de outros participantes sobre um conhecimento parco relativo à Cultura da Paz:

Olha, bom, cultura da paz, acho que a nomenclatura traz o que seria, mas a cultura da paz seria uma condição, é desses hábitos serem pacificadores, é isso, é muito importante, a gente é muito bélico, né, seja no sentido físico ou no sentido oral, tem que deixar de ser um pouco bélico. Na sala de aula, tudo é necessário para trazer uma condição de estabilidade emocional, porque eu acho que uma estabilidade emocional não é para o aluno, a gente é difícil ter isso, né? Mas quando a gente tem, a gente consegue desenvolver melhor a cultura da paz. Talvez, pela nomenclatura, o que eu imagino ser é muito importante antes de deixar de ser um pouco ácido, mais consciente, nacionalista, compreender a realidade próxima e, assim, conseguir algo (PART. E).

No contexto escolar, é necessário se colocar em prática projetos de prevenção de violência, incivildades e indisciplina desde a primeira infância a fim de que crianças e adolescentes tenham formação educacional com valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida que lhes permitam resolver conflitos por meios

pacíficos e com espírito de respeito pela dignidade humana, com tolerância e sem discriminação.

A Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da ONU entende Cultura de Paz como “[...] conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida” (ONU, 1999, p. 2), com princípios de respeito à vida, rejeição à violência, generosidade, compreensão ao escutar o próximo, preservação do planeta e redescoberta da solidariedade.

A UNESCO criou o “Manifesto por uma Cultura de Paz e Não Violência” com foco em atitudes que as pessoas deveriam adotar: respeitar a vida e a dignidade de qualquer pessoa sem discriminar ou prejudicar; rejeitar a violência em todas as suas formas - física, social, psicológica, econômica -, principalmente diante de pessoas vulneráveis; compartilhar tempo e recursos materiais, para acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão; defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural; promover o consumo responsável e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta; contribuir para o desenvolvimento da comunidade e o respeito aos princípios democráticos (UNESCO, 2000).

No geral, a análise das entrevistas demonstrou que essas temáticas devem permear discussões futuras para garantir mais conhecimento sobre esses conceitos por parte dos docentes, permitindo que tais assuntos façam parte do cotidiano dos estudantes, otimizando a reação a eventuais problemas por meio de diálogo e maior conscientização da comunidade escolar e sociedade sobre a importância de projetos que privilegiem a Cultura da Paz para o desenvolvimento de relações éticas e democráticas.

A seguir, no próximo capítulo, serão tecidas as considerações finais sobre o tema do trabalho.

SEÇÃO VIII

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais retomam os questionamentos propostos no começo desta dissertação sobre o desenvolvimento de valores éticos e morais no ensino fundamental II de uma instituição privada.

De acordo com o objetivo geral desta pesquisa - analisar quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do ensino fundamental II em relação à construção de valores sociomorais e à prevenção do *cyberbullying*; analisar a inserção da construção de valores éticos e morais e de planos de convivência ética para a prevenção da violência (*(ciber)bullying*) nos documentos institucionais: Projeto Político-Pedagógico e Plano de Ensino do Ensino Fundamental II da instituição pesquisada - e considerando os resultados das análises feitas, concluímos que desenvolver as aprendizagens socioemocionais e a construção de valores morais está além de somente orientações em reuniões de equipe; deve acontecer um trabalho contínuo de formação pedagógica docente, com educação em valores, discussão e reflexão sobre a prática, guiadas por legislações educacionais vigentes, com perspectiva teórica e participação de todos os professores e da equipe gestora para a transformação da prática.

O *cyberbullying* e o *bullying* são questões altamente perturbadoras e exasperantes. Eles são angustiantes, porque, às vezes, resultam em suicídio, e qualquer perda de vida é triste. Esses fenômenos são particularmente desesperadores, pois, frequentemente, as vidas perdidas como resultado de formas de *bullying online* e *offline* são de jovens adolescentes. O *cyberbullying* e o *bullying* os privaram de seu futuro. Esses fenômenos são frustrantes, porque a maioria desses infortúnios poderia ter sido evitada caso as partes interessadas estivessem em conformidade com as normas básicas de responsabilidade social. De fato, o *cyberbullying* e o *bullying* são uma tragédia social. Esses fenômenos são um testemunho sombrio de um lado obscuro da natureza humana. A internet exacerbou o problema do *bullying* e o transformou em um pesadelo constante. Ela equipou os

agressores com uma arma poderosa que lhes permite atormentar as vítimas sem descanso.

Em relação à percepção dos professores sobre a BNCC, as Competências Gerais da Educação, notamos pouca apropriação referente às legislações educacionais, entretanto os docentes constroem e desenvolvem atividades/didáticas pedagógicas que promovem essas competências, de acordo com seus saberes experienciais. Essas atividades/didáticas pedagógicas são desenvolvidas dentro do contexto educacional em que o docente se norteia por meio do plano de curso, porém a instituição e seus professores têm a liberdade de desenvolver suas práticas e ações dentro de seu planejamento pedagógico, de acordo com sua identidade, princípios, objetivos educacionais e cultura, pois cada escola tem seu PPP norteador.

A demanda do mercado de trabalho pede profissionais com perfil humanístico e responsáveis, que saibam trabalhar em equipe, que sejam proativos e que saibam lidar com as emoções diante dos desafios diários encontrados no ambiente laboral. Uma proposta de trabalho deve ser implantada com práticas morais para o desenvolvimento da autonomia moral e a promoção de uma cultura da paz. Isso ocorrerá por meio de rodas de conversa, conferências de conscientização e formação de pais e mestres, projetos integradores de toda a comunidade, palestras informativas em todos os setores sociais, além do envolvimento ativo dos pais na busca de soluções satisfatórias para a resolução de conflitos e o enfrentamento de desafios.

A internet afetou todos os aspectos da sociedade. As plataformas digitais são locais onde cada vez mais conhecemos novas pessoas e mantemos contatos mais antigos. Isso ficou muito aparente durante a recente crise do coronavírus, em que muitos países entraram em quarentena e as pessoas foram forçadas a conduzir seus negócios *online*. Pela internet, as pessoas trabalham, estudam e fazem ligações; administram negócios, videoconferências e campanhas sociais; buscam informações; fazem compras, socializam e paqueram; compartilham fotos e experiências; ouvem música, assistem a filmes e exploram o mundo *online*. A população mundial está se aproximando de 8 bilhões de pessoas. Destas, mais de 4,6 bilhões estão usando a internet. Na Europa e na América do Norte, a taxa de acesso à internet é superior a 87% (INTERNET WORLD STATS, [2020]).

Notamos uma lacuna formativa docente relacionada a outros aspectos educacionais tais como as aprendizagens socioemocionais, educação em valores e legislações educacionais. Em relação a sobre como os docentes concebem a

transposição dos PCNs para a BNCC, os professores entendem a evolução pedagógica dos temas transversais para as CSEs, porém a educação em valores guia o trabalho das aprendizagens socioemocionais.

Há a importância da formação continuada docente voltada para a educação em valores para subsidiar a construção da autonomia intelectual e moral do aluno. Os docentes sentem dificuldades no desenvolvimento de um trabalho pedagógico relacionado aos assuntos que envolvem a ética, os valores morais e as CSEs, não conseguindo associar que as competências cognitivas, morais e afetivas se completam, pois não vislumbram sua aplicabilidade nas práticas e ações pedagógicas para a promoção da personalidade moral.

Na era da internet, as pessoas têm uma vida ativa nas plataformas de redes sociais e têm muito mais “amigos” virtuais do que amigos genuínos e verdadeiros nos quais podem confiar em momentos desafiadores. O Facebook, sozinho, tem um número impressionante de quase 2,6 bilhões de usuários ativos mensais. Muitas pessoas têm mais de um perfil. As pessoas criam identidades falsas para todos os tipos de propósitos, legítimos e ilegais. Durante 2019, o Facebook removeu 5,4 bilhões de contas falsas e, em 2018, cerca de 3,3 bilhões dessas contas (GARCIA; MORAIS, 2022). Em outras palavras, o número de contas falsas excede o número de contas verdadeiras. A facilidade de abertura de novas contas tem consequências significativas que até agora não foram adequadamente abordadas.

Em face do exposto, reiteramos a importância da instrumentalização docente sobre a educação em valores norteando as aprendizagens socioemocionais, para que os mestres possam planejar ações relacionadas às CSEs e a valores morais, para a construção da autonomia intelectual, moral e afetiva, visando à formação integral. Este trabalho discutiu a responsabilidade moral e social na internet. As empresas de internet têm papel vital em tornar o *cyberbullying* parte de nossas vidas e ajudar a redimir esse doloroso desafio social. A responsabilidade moral diz respeito à consciência do agente, à sua conduta ética e à bússola moral que orienta a sua vida que, normalmente, está dentro de certos códigos morais da sociedade em determinado período. A responsabilidade social está relacionada a essas normas sociais e às implicações mais amplas da conduta moral das pessoas. A responsabilidade legal refere-se à conduta dos órgãos do poder estatal em legislar e fazer cumprir as leis que permitem a convivência e que exigem que as pessoas sejam responsáveis por sua conduta (JENSEN; NUTT, 2015).

Não existem muitas ações preventivas na escola em questão. O pragmatismo proporciona ações pontuais e resolutivas quando as ocorrências de problemas se apresentam. O ideal é que houvesse uma forma profilática como a formação continuada.

Os professores podem compreender os alunos adolescentes e o contexto, fazendo um diagnóstico de cada turma/sala em que atuam, propondo, de forma direcionada, atividades, projetos, metodologias ativas, uso de tecnologias, para cada turma, pois elas são diferentes entre si e cada uma tem suas particularidades.

Sugerimos a utilização de diversas práticas didático-pedagógicas com metodologias ativas e atividades interligadas, com ferramentas tecnológicas diversas, além de atividades extramuros, como visitas técnicas em espaços públicos, de meio ambiente, de saúde, ações solidárias e de cidadania, com aproximações e interações interpessoais.

As práticas morais ajudam nos diferentes contextos de aulas e situações, sendo procedimentais (reflexividade ou deliberativas) e/ou substantivas (virtudes ou normativas): assembleias, dramatizações, discussão de dilemas e outras. A perspectiva é fundamental para a formação do adolescente, direcionada para a construção das CSEs e de valores, voltada para o desenvolvimento das competências e da autonomia intelectual, moral e afetiva, baseada na educação em valores, com diálogo, escuta ativa e respeito mútuo, para se criar personalidades éticas, justas e democráticas.

A formação de professores é constituída por etapas definidas e contínuas ao longo da trajetória profissional. Devem-se valorizar aprendizados teóricos e práticos e o desenvolvimento integral do educador, como ser humano. A formação inicial é uma etapa que necessita ser sempre aprimorada, o que já acontece em vários países que aproximam teoria e prática. Esse conceito de aproximar o que futuros docentes estudam na teoria e o que praticam, em estágios durante a formação, também pode ser utilizado na formação contínua, um elemento essencial da trajetória pessoal no âmbito da profissão.

O mestrado em educação foi escolhido, mesmo sendo de área diversa da minha atuação principal, por intenção de conhecer mais profundamente como os projetos da escola e a maneira como combatem o *bullying* para que isso fosse levado ao consultório médico, para que a abordagem do assunto levasse a uma resolução mais eficiente dos desafios enfrentados, tanto pelo agressor, quanto pelo agredido.

Devido à pequena amostra que tivemos no nosso trabalho, ocasionada pela pandemia, pela indisponibilidade de profissionais da educação, além da limitação temporal; esperamos que esta pesquisa seja uma base para os próximos estudos e possa contribuir para as possibilidades de conscientização de ambientes escolares saudáveis e democráticos com projetos de Cultura da Paz e práticas morais bem estabelecidos, a começar pela escola e pela família, para que possam ser praticados em todos os ambientes, inclusive os virtuais.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ABRAMOVAY, M. **Debate**: violência, mediação e convivência na escola. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <https://silo.tips/download/debate-violencia-mediaao-e-convivencia-na-escola-boletim-23-novembro-2005>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ABRAMOVAY, M. (org.). **Cotidiano nas escolas**: entre violências. Brasília: Unesco, 2006.
- ARAÚJO, U. **Autogestão na sala de aula**: as assembleias escolares. São Paulo: Summus, 2015.
- ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. **Educação e valores**: pontos e contrapontos. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.
- AVILÉS MARTÍNEZ, J. M. **Bullying**: guia para educadores. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- BABVEY, P.; CAPELA, F.; CAPP, C.; LIPIZZI, C.; PETROWSKI, N.; RAMIREZ-MARQUEZ, J. Using social media data for assessing children's exposure to violence during the COVID-19 pandemic. **Child Abuse & Neglect**, v.16, n. 2, jun. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33358281/>. Acesso em: 04 out. 2021.
- BLACKMORE, S. **The meme machine**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRANDÃO, B. S. **Cyberbullying**: uma análise das percepções de estudantes da educação básica da cidade de Ipatinga/MG. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional de diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27839. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4e_d.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso: 01 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 nov. 2015, seção 1, p. 1. Disponível em: http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/lei_no.13.185.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de combate ao bullying completa um ano de vigência**. Brasília: Senado Notícias, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/07/lei-de-combate-ao-bullying-completa-um-ano-de-vigencia>. Acesso em: 27set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 03 dez. 2019.

BUXARRAIS, M. R. **Educação em valores e democracia**. México: Ed. Instituto Federal Eleitoral, 2013.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Ed. Publifolha, 2000.

CASTRO, B. P.; NAZARETH, L.; MARQUES, L.; FERREIRA, N. Crimes contra a honra: uma análise da ineficácia das leis existentes frente aos delitos cometidos nas redes sociais. **Jornal Eletrônico das FIVJ**, v. 13 n. 1, 2021. Disponível em:

<https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/805/759>. Acesso em: 04 out. 2021.

CASTRO-GOMEZ, S. **Pós-Colonialidade Explicado a los Niños**. Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2005. Disponível em: <https://territoriosendisputa.files.wordpress.com/2015/09/158.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, Á. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CLEMENTINO, F. S.; CHAVES, A. E. P.; PESSOA JÚNIOR, J. M.; MIRANDA, F. A. N.; MEDEIROS, S. M.; MARTINIANO, C. S. Enfermagem na atenção às pessoas com covid-19: desafios na atuação do sistema COFEN/CORENS. **Texto & Contexto-Enfermagem**, 29, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/kLJZqNMz7Myp3dJqy7Pj97j/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.

CONVIVERE MAIS. **O que é conviver mais**. [2021]. Disponível em: <https://www.conviveremais.com.br/o-que-e/>. Acesso em: 04 out. 2021.

CÓRDULA, E. B. L. O planejamento e a escola. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 13, p. 01-02, 2014.

CUFA. Central Única das Favelas. 2020. Disponível em: <http://www.cufa.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da Covid-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2479-2486, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702479. Acesso em: 30 jun. 2021.

DIAS, C. L. *et al.* Construção de competências socioemocionais e o ensino remoto: o fazer docente em tempos de pandemia. *In*: FÜRKOTTER, M.; DIAS, C. L.; SHIMAZAKI, E. M. **Contextos escolares e processos educativos na pandemia de COVID-19**. Curitiba: CRV, 2022.

DÍAZ-AGUADO, M. J. **Del acoso escolar a la cooperación en las aulas**. Madrid: Pearson Educación, 2006.

DÍAZ-AGUADO, M. J. **Da violência escolar à cooperação na sala de aula**. Americana, SP: Adonis, 2015.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 6. ed. São Paulo: Versus, 2011.

FERRIANI, M. G. C.; SANTOS, G. V. B. Adolescência: puberdade e nutrição. **Revista Adolescer**, cap. 3. [2011]. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/revista/cap3.2.html>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FERREIRA, T. R. S. C. **Cyberbullying de crianças e adolescentes**: definições, associações com a saúde, a educação e propostas de ação. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

FORNASIER, M. O.; SPINATO, T. P.; RIBEIRO, F. L. *Cyberbullying*: intimidação sistemática, constrangimento virtual e consequências jurídicas. **Revista Direitos Humanos E Democracia**, v. 8, n. 16, p. 260–279, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/10558>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FUJITA, J. S.; RUFFA, V. Cyberbullying: família, escola e tecnologia como stakeholders. **Estudos Avançados [online]**, v. 33, n. 97, p. 401-412, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pSp8hgXLcG786hZpVGNqPNH/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2022.

G1 Notícias. **MASSACRE de Columbine, nos EUA, completa 20 anos em abril; relembre**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/13/massacre-em-columbine-nos-eua-completa-20-anos-em-abril-relembre.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GARCIA, J.; TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Indisciplina, conflitos e bullying na escola**. 1.ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

GARCIA, M. F.; MORAIS, S. N. Bullying no ambiente escolar: um olhar a nossa volta. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 19, p. 140-158, 5 jan. 2022.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Contrapontos**, v. 3, n.3, p. 393-405. Itajaí, set/dez. 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HIBOO. Escola HIBOO. **Competências socioemocionais**. [2021]. Disponível em: <https://www.hiboo.com.br/single-post/2017-8-18-competencias-socioemocionais>. Acesso em: 28 jul. 2023.

INTERNET WORLD STATS. The Internet Big Picture. **World internet users and 2020 population stats**. [2020]. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em: 14 set. 2022.

JENSEN, F. E.; NUTT, A. E. **O cérebro adolescente**: guia de sobrevivência para criar adolescentes e jovens adultos. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

KANT, I. Fundamentos da metafísica dos Costumes. *In: Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LINS, B. F. E. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos Aslegis Artigos & Ensaios**, v. 48, jan./abr. 2013. Disponível em: http://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

LIPPE, P. R. F.; ANDREASSA, J. V. N.; SANTOS, J. E. L. Cyberbullying: o conceito e a família no processo de prevenção. In: II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, DIREITO, PANDEMIA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS. 2., 2020. Florianópolis. Anais eletrônico [...]. Florianópolis: CONPEDI, 2020. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/nl6180k3/wcxe0flc/qLyMSX8P4t5tA86y.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, R. Uma tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, São Paulo, v.9, n.2, p.191-210, 2003.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3.ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

MOREIRA, B. D. Participar com os jovens e adolescentes da experiência de aproximação com o mundo adulto: o desafio da Educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 1137-1155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gHqbgZSmmZ7xcS5by7WsdXM/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.

NABUCO, C; BORELLI, A.; GABIONETA, N.; CARDINELLE, F.; TONO, C.; GÓES, D. **Família & Tecnologia**: promoção do uso inteligente da tecnologia no seio da família. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/1954/1/CardenoSNF2021.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

NEWALL, M. Cyberbullying: a global advisor survey. Canadá: Instituto Ipsos, 2018. Disponível em: https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-06/cyberbullying_june2018.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

NIC.BR. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**:

pesquisa TIC Domicílios (Edição COVID-19 - Metodologia adaptada). 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2020/domicilios/>. Acesso em: 30 set. 2021.

OLIBONI, S. P.; LUNARDI, V. L.; LUNARDI, G. L.; PEREIRA, B. O.; OLIVEIRA, W. A. Prevalência do bullying entre alunos do ensino fundamental. **Aletheia**, Canoas, v. 52, n. 1, p. 08-21, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942019000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 dez. 2022.

OLIVEIRA, Á. M. **Literatura infantil e desenvolvimento moral: a construção da noção de justiça em pré-escolares**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Problemas de la salud de la adolescencia**. Genebra: OMS, 1965.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz**. Resolução aprovada por Assembleia Geral em 6 out. 1999, nº 53/243. Brasília: ONU, 1999. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Brasília: OPAS/OMS, [2021]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 04 out. 2021.

PEREIRA, L. H. P. **Bioexpressão: a caminho de uma educação lúdica para a formação de educadores**. Rio de Janeiro: Mauad X Bapera, 2005.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. Os procedimentos de educação moral. *In*: MACEDO, L. (org.) **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIAGET, J. Os procedimentos da educação moral. *In*: PARRAT, S.; TRYPHON, A. (org.). **Jean Piaget: sobre a Pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 25-58.

PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PUIG, J. M.; MARTÍN, X.; ESCARDÍBUL, S.; NOVELLA, A. M. **Democracia e participação escolar: propostas e atividades**. São Paulo: Moderna, 2000.

PUIG, J. M. **Práticas morais**: uma abordagem sociocultural da educação moral. São Paulo: Moderna, 2004.

QUEIROZ, A. M. N. P. Educação e inclusão social das crianças e dos adolescentes. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, v. 20, n. 74, p. 113–134, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/gWNGGJgvbLgZsbZGLGNxTLJ/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2019.

RAYO, J. T. Valores y objetivos mínimos para crear en la escuela, espacios de paz. *In*: I Congreso Hispanoamericano de Educación Y Cultura de Paz, 1., Granada. **Anais eletrônico [...]**. Granada, 2002. p. 459-469. Disponível em: https://editorial.ugr.es/libro/actas-del-i-congreso-hispanoamericano-de-educacion-y-cultura_138793/. Acesso em: 21 ago. 2019.

REZENDE, E. N.; CALHAU, L. B. Cyberbullying, direito educacional e responsabilidade civil: uma análise jurídica e deontológica da realidade brasileira. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**. Araraquara, v. 24, n. 2, p. 494-517, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13630>. Acesso em: 20 maio. 2021.

ROSEMBERG, M. **Comunicação não violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 5.ed. São Paulo: Ágora, 2021.

SAFERNET. Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. [2021]. Disponível em: https://new.safernet.org.br/home?field_subject_value=All&field_type_value=All&page=1#mobile. Acesso em: 04 out. 2021.

SANTOS, J.; SILVA, L.; QUEIRÓZ, L.; SILVA, F. Investigando o Cyberbullying entre estudantes do ensino médio: um estudo no IFRN - Parelhas/RN. *In*: III CONGRESSO SOBRE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. 3., Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Cultura Maker, p. 249-257, 2018. Disponível em: http://ceur-ws.org/Vol-2185/CtrlE_2018_paper_60.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n. 78, abr. 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 2007.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. 2.ed. São Paulo: Principium, 2015.

SCB. Somos Contra o Bullying. [2021]. Disponível em: <https://www.somoscontraobullying.com.br/>. Acesso em: 04 out. 2021.

SOUZA, M. C.; KOCH, I. V. **Linguística aplicada ao português**: sintaxe. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SPRINTHALL, N. A.; SPRINTHALL, R. C. **Psicologia educacional: uma abordagem desenvolvimentista**. Lisboa: McGraw-Hill, 1993.

TOGNETTA, L. R. P.; AVILÉS MARTÍNEZ, J. M.; ROSÁRIO, P. **Bullying e suas dimensões psicológicas em adolescentes**. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 7, n. 1, p. 289-296, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3498/349851791030.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

TOGNETTA, L. R. P. **Perspectiva ética e generosidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TORRES, T. O fenômeno dos memes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, july/sept. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300018. Acesso em: 04 out. 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A place to learn: lessons from research on learning environments**. Paris, 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Direitos Humanos**. 2000. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf. Acesso em: 02 out. 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pesquisa do UNICEF: mais de um terço dos jovens em 30 países relatam ser vítimas de bullying online**. Brasília: UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>. Acesso em: 30 set. 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Países estão falhando em prevenir a violência contra crianças, alertam agências**. Brasília: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/paises-estao-falhando-em-prevenir-violencia-contra-criancas>. Acesso em: 30 set. 2021.

VASCONCELOS, M. S. A afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 616-620, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vq3qWsrwSBcQftRbDF8JsCK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

VEIGA, A. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas: Papyrus editora. 2008.

VINHA, T.; NUNES, C. A. A.; SILVA, L. M. F.; VIVALDI, F. M. C.; MORO, A. **Da escola para a vida em sociedade: o valor da convivência democrática**. 1. ed. Americana: Adonis, 2009.

VIOLA, D. T. D.; VORCARO, Â. M. R. A adolescência em perspectiva: Um exame da variabilidade da passagem à idade adulta entre diferentes sociedades. **Psicologia:**

Teoria e Pesquisa, v. 34, p. e3448, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/ngNVbd8grFqhXZMCTLjnTLx/?lang=pt>. Acesso em: 03 maio. 2023.

WADSWORTH, B. **Inteligência e afetividade da criança**. 5. ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1997.

ZEDNIK, H.; ARRAIS, T.; VALE, R.; GUERRA, E. P. M. Os desafios da escola no enfrentamento e na prevenção do *cyberbullying*. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 22, 2016, Uberlândia. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2016. Disponível em:
<https://sol.sbc.org.br/index.php/wie/article/view/16470>. Acesso em: 03 maio. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “*Cyberbullying* e a escola como espaço para desenvolvimento de valores morais e éticos: dialogando com gestores e professores de uma escola privada”.

Nome da Pesquisadora: Med. Daniele Leite Cotini de Oliveira

Nome da Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia Dias

1. **Natureza da pesquisa:** O objetivo geral é investigar o trabalho desenvolvido para prevenção de violência *cyberbullying* na promoção de cultura da paz no ensino fundamental II. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória. Faremos a análise das interpretações das realidades sociais dos participantes, por meio da análise das respostas, no intuito de conhecermos a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto em que ela se insere.
2. **Participantes da pesquisa:** 12 participantes, incluindo gestor escolar e professores do ensino fundamental II, que atuam com os alunos do 6º ao 9º anos que correspondem às idades de 11 e 13 anos, de uma escola particular do oeste paulista.
3. **Envolvimento na pesquisa:** Para a obtenção de dados, analisaremos as documentações **nacionais** como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e Base Nacional Comum Curricular (2017) e institucionais como Projeto Político-Pedagógico e Plano de Ensino do Ensino Fundamental II da instituição pesquisada. Faremos um roteiro inicial previamente estabelecido com questões aos participantes da pesquisa. Esse roteiro será submetido ao processo de validação de conteúdo, por meio da análise por juízes. Nesse roteiro de entrevista semiestruturada, queremos compreender quais concepções a gestão escolar e os professores têm a respeito da construção de valores morais e do desenvolvimento da autonomia moral bem como entender o trabalho desenvolvido pelos professores com os alunos do ensino fundamental II em relação à construção de valores sociomorais e à prevenção do *cyberbullying*. Como os dados a ser coletados consistem em argumentações elaboradas pelos sujeitos, recorreremos à Análise Textual Discursiva – ATD -, que se refere a uma metodologia para se analisar informações de cunho qualitativo, visando à produção de novas compreensões a partir dos discursos analisados. As informações obtidas por meio da entrevista semiestruturada será organizada para fim de apresentarmos uma proposta de trabalho com práticas morais para o desenvolvimento da autonomia moral e a promoção de uma Cultura da Paz dos alunos inseridos na instituição pesquisada. O(a) sra(sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a(o) sra (sr.). Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa ou esclarecer dúvidas por meio do telefone da pesquisador do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa, que é o órgão que avalia se não há problemas na realização de uma pesquisa com seres humanos. Todas as orientações das autoridades em relação às medidas de prevenção da Covid-19 serão tomadas, inclusive adiamento da intervenção, se necessário.
4. **Riscos e desconforto:** considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, mesmo que mínimo, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como psicológico, intelectual ou emocional, desconforto, medo, vergonha, estresse e cansaço. A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e não gera nenhum outro tipo de risco maior. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme a resolução nº. 466/2012 e a resolução CNS nº. 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.
5. **Assistência em virtude de danos:** no que se refere às complicações e aos danos decorrentes da pesquisa, o pesquisador responsável se compromete a proporcionar assistência imediata e se responsabilizar pela assistência integral da(o) sra (sr.).

6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e se comprometem a mantê-la em sigilo ao publicarem os resultados.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa, a(o) sra(sr.) não terá nenhum benefício direto além do certificado de participação. Entretanto, esperamos que este estudo possa contribuir para as possibilidades de conscientização de ambientes escolares saudáveis e democráticos com projetos de Cultura da Paz e práticas morais bem estabelecidos a começar pela escola e família para que possam ser praticados em todos os ambientes, inclusive os virtuais.
8. **Pagamento:** a(o) sra(sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.
9. **Indenização:** caso a sra(sr.) venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação em qualquer fase da pesquisa ou dela decorrente, a(o) sra(sr.) tem o direito a buscar indenização. A questão da indenização não é prerrogativa da resolução CNS n°. 466/2012 ou da resolução CNS n°. 510/2016, mas está prevista no Código Civil (lei 10.406, de 2002), sobretudo nos artigos 927 a 954, dos Capítulos I (Da Obrigação de Indenizar) e II (Da Indenização), Título IX (Da Responsabilidade Civil).

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura da(o) Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura da Orientadora

Pesquisadora: Daniele Leite Cotini de Oliveira

Orientadora: Carmen Lúcia Dias

Telefone da orientadora: (14) 99723-4878

E-mail da orientadora: kkaludias@gmail.com

CEP/UNOESTE - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNOESTE: Coordenadora: Profa. Dra. Aline Duarte Ferreira/ Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Nair Correia Salgado de Azevedo. Endereço do CEP: Coordenadoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (CPDI). UNOESTE - Campus II - Bloco B2 - 1º andar. Rodovia Raposo Tavares, Km 572 - Bairro Limoeiro-Presidente Prudente, SP, Brasil, CEP 19067-175 - Telefone do CEP: (18) 3229-2110 E-mail: cep@unoeste.br - Horário de atendimento do CEP: das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.

O Sistema CEP/Conep tem por objetivos proteger os participantes de pesquisa em seus direitos e contribuir para que as pesquisas com seres humanos sejam realizadas de forma ética.

APÊNDICE B – ENTREVISTA DE COORDENADOR

Prezado(a) participante,

Para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado “*Cyberbullying* e a escola para desenvolver nos alunos valores morais e éticos: dialogando com gestores e professores de uma escola privada”, gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo à entrevista a seguir. Lembramos que ela será utilizada apenas para o fim da pesquisa e as informações mais detalhadas sobre a pesquisa podem ser conferidas no “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE”.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Me. Mestranda Daniele Leite Cotini de Oliveira
Profa. Dra. Carmen Lúcia Dias
Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade do Oeste Paulista

Entrevista - Coordenadora Pedagógica:

- 1- Como você define o papel do (a) coordenador (a) pedagógico (a) na escola?
- 2- No trabalho que desenvolve na unidade escolar, você procura envolver os professores, funcionários e pais nos projetos da escola? De que forma?
- 3- Você conhece e participa da construção do Projeto Político Pedagógico da sua escola?
- 4- Qual a perspectiva teórica (abordagem) utilizada por esta escola no Projeto Político Pedagógico da instituição?
- 5- Como são as relações interpessoais na sua escola envolvendo gestores, professores, alunos e funcionários e pais? Como são estabelecidas as regras na escola e as de convivência?
- 6- Diante do afastamento social que vivemos com a pandemia da Covid 19 e os desafios do ensino remoto, na sua opinião, o que isso afetou nas relações interpessoais, nos aspectos emocionais e na aprendizagem dos alunos?
- 7- Você tem conhecimento sobre os temas transversais descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais? Como você orienta/orientava seus professores para trabalharem o tema ética com seus alunos?
- 8- O que você sabe a respeito de desenvolvimento moral? E por autonomia moral?

- 9- Qual sua concepção sobre valores morais? Qual a contribuição do trabalho com valores morais para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral do aluno?
- 10- Como você entende a complementação que a BNCC traz em relação aos PCNs, com foco na aprendizagem, ênfase nas Competências Gerais da Educação e mais especificamente as CSEs? O que você entende sobre CSEs e qual a contribuição destas para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral do aluno?
- 11- Como as CSEs estão contempladas no PPP da sua escola? Como são discutidas junto aos professores para o trabalho com os alunos?
- 12- O que você entende por indisciplina e incivilidades?
- 13- Você já ouviu falar em *bullying*? Você sabe o que é *bullying*?
- 14- Você já ouviu falar em *ciberbullying*? Sabe o que é *ciberbullying*?
- 15- Você já presenciou algum caso de *bullying* e *ciberbullying* em sua escola? Quais as providências que foram tomadas?
- 16- Você conhece algum serviço e/ou canal de ajuda para o enfrentamento e prevenção do (*ciber*)*bullying*?
- 17- Você tem conhecimento sobre a Lei de Combate ao *Bullying* e da alteração da LDB 9.394/96 sobre a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência pelos estabelecimentos de ensino?
- 18- A sua escola tem projetos de prevenção sobre o combate à violência como agressões físicas, verbais, *bullying* e *ciberbullying*? E projetos sobre convivência ética? Constam do PPP? Como são desenvolvidos pela escola? Como você realiza a orientação aos seus professores?
- 19- Você já ouviu falar e o que entende sobre a Cultura da Paz? Qual a importância desta para o desenvolvimento das relações éticas e democráticas na escola? Como isso pode ser tratado na escola?

APÊNDICE C – ENTREVISTA DE PROFESSOR

1. Qual a sua percepção sobre a gestão da sua escola (direção, coordenação)?
2. Você conhece e participa da construção do Projeto Político Pedagógico da sua escola?
3. Qual a perspectiva teórica (abordagem) utilizada por esta escola no Projeto Político Pedagógico da instituição?
4. Qual a sua percepção sobre trabalhar com alunos no ensino fundamental II, na faixa etária de 11 a 14 anos?
5. Como são as relações interpessoais na sua escola envolvendo gestores, professores, alunos, funcionários e pais? Como são estabelecidas as regras na escola e as de convivência?
6. Diante do afastamento social que vivemos com a pandemia da Covid 19 e os desafios do ensino remoto, na sua opinião o que isso afetou nas relações interpessoais, nos aspectos emocionais e na aprendizagem dos alunos?
7. Você tem conhecimento sobre os temas transversais descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais? Como você trabalha/trabalhava com o tema ética com seus alunos?
8. O que você sabe a respeito de desenvolvimento moral? E por autonomia moral?
9. Qual sua concepção sobre valores morais? Qual a contribuição do trabalho com valores morais para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral do aluno?
10. Como você entende a complementação que a BNCC traz em relação aos PNCs, com foco na aprendizagem, ênfase nas Competências Gerais da Educação e mais especificamente as CSEs? O que você entende sobre CSEs e qual a contribuição destas para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral do aluno?
11. Como as CSEs estão contempladas no PPP na sua escola? Elas constam em seu Plano de Ensino? Como são trabalhadas junto aos seus alunos?
12. O que você entende por indisciplina e incivildades?
13. Você já ouviu falar em *bullying*? Você sabe o que é *bullying*?
14. Você já ouviu falar em *ciberbullying*? Sabe o que é *ciberbullying*?

15. Você já presenciou algum caso de *bullying* e *ciberbullying* em sua escola?
Quais as providências que foram tomadas?
16. Você conhece algum serviço e/ou canal de ajuda para enfrentamento e prevenção do (*ciber*)*bullying*?
17. Você tem conhecimento sobre a Lei de Combate ao *Bullying* e da alteração da LDB 9.394/96 sobre promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência pelos estabelecimentos de ensino?
18. A sua escola tem projetos de prevenção sobre o combate à violência como agressões físicas, verbais, *bullying* e *ciberbullying*? E projetos sobre convivência ética? Constam do PPP? Como são desenvolvidas pela escola? Constam do seu Plano de Ensino/Aula? Como trabalha em sala de aula?
19. Você tem recebido orientações da coordenação pedagógica e/ou trocado experiências com os colegas de como trabalhar a prevenção da violência (agressões físicas, verbais, *bullying* e *ciberbullying*)? De que forma?
20. Você desenvolve temáticas/discussões junto aos seus alunos como ética, valores morais, *bullying*, *ciberbullying* entre outros? De que forma? Qual a contribuição dessas temáticas para as relações interpessoais e para a prevenção da violência?
21. Quais os resultados positivos percebidos por você e quais as dificuldades encontradas no trabalho junto aos seus alunos com essas temáticas (ética, valores morais, *bullying*, *ciberbullying* entre outros)?
22. Você já ouviu falar e o que entende sobre a Cultura da Paz? Qual a sua importância para o desenvolvimento das relações éticas e democráticas na escola? Como isso pode ser tratado na escola?